

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA SEMIPRESENCIAL CAMPUS JOÃO PESSOA

JOÃO PESSOA - PB

2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITORIA

Reitora - Mary Roberta Meira Marinho
Pró-Reitora de Ensino - Neilor Cesar dos Santos
Diretor de Educação Superior - Richardson Correia Marinheiro
Diretora de Articulação Pedagógica - Lucrécia Teresa Gonçalves Petrucci
Diretoria de Educação a Distância - Francisco de Assis Rodrigues de Lima
Coordenação dos Cursos de Licenciatura - Carolina de Brito Barbosa

CAMPUS JOÃO PESSOA

Ricardo José Ferreira | Diretor Geral
Rafael José Alves do Rêgo Barros | Diretor de Desenvolvimento do Ensino
Karolina Yonara Lucena de Castro | Diretora de Administração, Planejamento e Finanças
Anderson Sávio de Medeiros Simões | Chefe do Departamento de Ensino Superior
Flávio Alves Albuquerque | Chefe da Unidade Acadêmica de Formação Geral e Licenciaturas
Maria José Pereira Dantas | Coordenadora do Departamento de Articulação Pedagógica
Josali do Amaral | Coordenação de Educação a Distância

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC – PORTARIA 353/2025 - /REITORIA/IFPB, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025

Neilson Alves de Medeiros (Presidente)
Maria Betania da Silva Dantas - Docente
Denize de Oliveira Araújo - Docente
Maria Analice Pereira da Silva - Docente
José Moacir Soares da Costa Filho - Docente
Otoniel Machado da Silva - Docente
Antonio Rodrigues da Silva - Docente
Marta Célia Feitosa Bezerra - Docente
Kelly Sheila Inocência Costa - Docente
Josali do Amaral - Docente
Cícero Nicácio do Nascimento Lopes - Docente
Jocileide Bidô Carvalho Leite - Pedagoga
Jânsen Almeida Diniz - Téc. em Assuntos Educacionais

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO

CAMPUS DE OFERTA: João Pessoa

NOME DO CURSO: Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, no formato Semipresencial.

CÓDIGO E-MEC:

TÍTULO CONFERIDO: Licenciado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa

PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO:

Número da Portaria: (a definir)

Data da publicação: (a definir)

PORTARIA DO ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO:

Número da Portaria: Portaria MEC nº 846, de 29 novembro de 2018

Data da publicação: 30 de novembro de 2018 (D.O.U)

TURNOS(S) DE OFERTA: Integral

CARGA HORÁRIA MÍNIMA (horas): 3.280

DURAÇÃO (semestres):

Mínima: 8 semestres

Máxima: 12 semestres

VAGAS (anuais): 320

EIXO TECNOLÓGICO: Desenvolvimento Educacional e Social

MODALIDADE: Formato Semipresencial

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO: Semestre 2026.1

SUMÁRIO

1	CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	9
1.1	DADOS DA MANTENEDORA E MANTIDA	9
1.2	Missão Institucional	9
1.3	Perfil Institucional	10
1.4	Histórico do Instituto Federal da Paraíba	10
1.5	Políticas Institucionais	15
1.6	Cenário Sócio Econômico, Socioambiental e Educacional	18
1.7	Política Institucional de Acompanhamento do Egresso	21
2.	CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO	24
2.1	Dados do Curso	24
2.2	Justificativa e Histórico do Curso	25
2.3	Processo de Construção, Implantação e Consolidação do PPC	28
2.4	Diretrizes Curriculares Nacionais Adotadas	30
2.5	Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	36
2.6	Requisitos e Formas de Acesso	37
2.7	Cumprimento de Recomendações dos Processos de Avaliação Interna e Externa	38
2.8	Objetivos	39
2.8.1	Objetivo Geral	39
2.8.2	Objetivos Específicos	39
2.9	Perfil Profissional do Egresso	41
2.10	Estrutura Curricular	43
2.10.1	Matriz Curricular	48
2.11	Conteúdos Curriculares	53
2.11.1	Do Formato Semipresencial	56
2.11.2	Da Oferta das Atividades Presenciais	59

2.11.3	Da Oferta dos Componentes Curriculares em Aulas Síncronas Mediadas	59
2.11.4	Da Oferta dos Componentes Curriculares em Educação a Distância	59
2.11.5	Infraestrutura do Polo de Educação a Distância (PEAD)	62
2.11.6	Conhecimentos, Habilidade e Atitudes Necessárias às Atividades de Mediação da Aprendizagem	63
2.11.7	Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância	64
2.11.8	Ambiente Virtual de Aprendizagem	65
2.11.9	Material Didático	66
2.11.10	Ambientação na EaD para os Discentes	68
2.11.11	Flexibilidade, Interdisciplinaridade e Acessibilidade Metodológica	69
2.11.12	LIBRAS	70
2.11.13	Atividades Acadêmicas de Extensão	71
2.11.14	Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	72
2.11.15	Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual	73
2.11.16	Educação Ambiental	75
2.11.17	Educação em Direitos Humanos	75
2.12	Metodologia	76
2.13	Estágio Curricular Supervisionado	78
2.13.1	Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica	81
2.13.2	Relação Teoria e Prática	82
2.13.3	Aproveitamento do PIBID como Carga Horária do Estágio Supervisionado	85
2.13.4	Estágios Não Obrigatórios Remunerados	86
2.14	Trabalho de Conclusão de Curso	86
2.14.1	Repositório Digital	89
2.15	Apoio ao Discente	90
2.15.1	Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito Estudantil	90
2.15.2	Acessibilidade	91
2.15.3	Monitoria	92

2.15.4	Nivelamento	92
2.15.5	Apoio Psicopedagógico	93
2.15.6	Centros Acadêmicos	93
2.15.7	Intercâmbios Nacionais e Internacionais	94
2.16	Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa	94
2.16.1	Avaliação Interna	95
2.16.2	Comissão Própria de Avaliação - CPA	96
2.17	Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem	97
2.18	Número de Vagas	99
2.19	Integração com as Redes Públicas de Ensino	100
2.20	Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas	100
2.21	Aproveitamento de Estudos	101
3	CORPO DOCENTE E DE MEDIADORES DA APRENDIZAGEM	102
3.1	Núcleo Docente Estruturante	102
3.2	Colegiado do Curso	104
3.3	Equipe Multidisciplinar	105
3.4	Coordenação de Curso	106
3.5	Corpo Docente	107
3.5.1	Titulação	108
3.5.2	Experiência Profissional e no Magistério	109
3.5.2.1	<i>Experiência Profissional</i>	110
3.5.2.2	<i>Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância</i>	111
3.6	Mediadores de Aprendizagem	111
3.6.1	Experiência do Corpo de Mediadores de Aprendizagem no Ensino a Distância	112
3.6.2	Titulação e Formação do Corpo de Mediadores de Aprendizagem	112
3.6.3	Interação entre Professores Formadores, Mediadores de Aprendizagem e Coordenação do Curso	113
3.7	Pessoal Técnico Administrativo	114

3.8	Política Institucional de Capacitação de Servidores	115
4	INFRAESTRUTURA	116
4.1	Infraestrutura do Campus Ofertante	116
4.2	Infraestrutura dos Polos	117
4.2.1	Infraestrutura do Polo de Educação a Distância do Campus João Pessoa	118
4.3	Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral	119
4.4	Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso	119
4.5	Espaço de Trabalho para o Coordenador do Polo de Educação a Distância do Campus Ofertante	120
4.6	Sala Coletiva dos Professores	121
4.7	Salas de Aula	121
4.8	Biblioteca	122
4.8.1	Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico	124
4.8.2	Sistema de Gestão do Acervo Bibliográfico	126
4.8.3	Plano de Contingenciamento	127
4.9	Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática	128
4.10	Laboratórios Didáticos de Formação Básica	129
4.11	Laboratórios Didáticos de Formação Específica	129
4.12	Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático	130
4.13	Comitê de Ética em Pesquisa	131
4.14	Ambientes Profissionais Vinculados ao Curso	132
4.15	Política Institucional de Acessibilidade	133
5	CERTIFICAÇÃO	137

REFERÊNCIAS

APÊNDICE A - EMENTÁRIO

APÊNDICE B - FLUXOGRAMA

APRESENTAÇÃO

Este documento consiste no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, no formato Semipresencial, que será oferecido pelo Campus João Pessoa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Elaborado pela Comissão de Elaboração do Curso, conforme Portaria 353/2025 - DG/JP/REITORIA/IFPB, de 19 de agosto de 2025, este projeto teve apoio do corpo docente e das unidades acadêmico-administrativas do Campus João Pessoa, como a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, a Coordenação de Educação a Distância do Campus João Pessoa e o Departamento de Articulação Pedagógica.

A proposta está em conformidade com a legislação educacional vigente, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), o Decreto 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e a Resolução CNE/CP nº 4/2024, de 29 de maio de 2024, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Além disso, a proposta também está alinhada com a Resolução nº 55-CS, de 20 de março de 2017, que convalida a Resolução - AR nº 01, de 06/01/2017, que dispõe sobre Regulamento para criação, alteração e extinção de cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, bem como demais resoluções no âmbito do IFPB.

Este Projeto Pedagógico constitui-se como instrumento teórico-metodológico que visa alicerçar e dar suporte ao enfrentamento dos desafios do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, no formato semipresencial, de uma forma sistematizada,

didática e participativa. Determina a trajetória a ser seguida pelo público-alvo no cenário educacional e tem a função de traçar o horizonte da caminhada, estabelecendo a referência geral, expressando o desejo e o compromisso dos envolvidos no processo.

É fruto de uma construção coletiva dos ideais didático-pedagógicos, do envolvimento e da contribuição conjunta do pensar crítico dos docentes da comissão, sempre amparado na legislação educacional vigente e nas diretrizes institucionais, visando ao estabelecimento de procedimentos de ensino e de aprendizagem aplicáveis à realidade e, consequentemente, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico.

Com isso, pretende-se que os resultados práticos estabelecidos neste documento culminem em uma formação globalizada e crítica para os envolvidos no processo formativo e beneficiados ao final, de forma que se exerça, com fulgor, a cidadania e se reconheça a educação como instrumento de transformação de realidades e responsável pela resolução de problemáticas contemporâneas.

Dessa forma, este Plano Pedagógico de Curso (PPC) configura-se como instrumento de ação política balizado pelos benefícios da educação de qualidade, assumindo a pretensão de direcionar o cidadão educando ao desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas no âmbito do IFPB, e profissionais competentes, hábeis e cooperativos no exercício da docência.

Ademais, com a implantação efetiva do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, no formato semipresencial, no Campus João Pessoa, o IFPB consolida a sua vocação de instituição formadora de profissionais cidadãos, na região, capazes de lidarem com o avanço da ciência e da tecnologia, promovendo a participação de forma proativa e configurando condição de vetor de desenvolvimento tecnológico regional e de crescimento humano.

1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

1.1. Dados da Mantenedora e Mantida

Mantenedora :	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB						
End.:	Avenida João da Mata					n.:	256
Bairro:	Jaguaribe	Cidade:	João Pessoa	CEP :	58015-020	UF:	PB
Fone:	(83) 3612-9701		Fax:	(83) 3612-9702			
E-mail:	pre@ifpb.edu.br						
Site:	www.ifpb.edu.br						
Atos Legais	Recredenciamento Institucional por meio da Portaria MEC nº 330, de 08/02/2019, publicada no DOU de 11/02/2019, pelo prazo de 8 (oito) anos						
Mantida:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Campus João Pessoa						
End.:	Av. Primeiro de Maio					nº:	720
Bairro:	Jaguaribe	Cidade:	João Pessoa	CEP :	58015-430	UF:	PB
Fone:	(83) 3612-1200		Fax:	—			
E-mail:	dde.jp@ifpb.edu.br						
Site:	https://www.ifpb.edu.br/João Pessoa						

1.2. Missão Institucional

“Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.” (PDI/IFPB 2021-2024).

1.3. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais. O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. O Instituto Federal da Paraíba tem administração descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do artigo 9º da Lei nº 11.892/2008, conforme disposto em seu Regimento Geral.

1.4. Histórico do Instituto Federal da Paraíba

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, que integra a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é uma instituição que possui mais de cem anos de existência. Ao longo desse período, recebeu diferentes denominações, que indicam, sobretudo, diferentes perspectivas adotadas nas ações educativas: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba – de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa – de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba – de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba – de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – de 1999 a 2008.

A partir da vigência da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, surgido da fusão do CEFET-PB e da Escola Agrotécnica Federal, no município de Sousa, sertão do estado.

No ano de 1909, criada por meio de decreto presidencial no governo de Nilo Peçanha, a Escola de Aprendizes Artífices foi concebida visando prover de mão-de-obra o modesto parque industrial brasileiro, que estava em fase de instalação. De acordo com Cunha (Apud Nascimento, 2007, p.111), a Escola de Aprendizes e Artífices se destinava “à formação profissional de operários e de contramestres, através do ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendiam aprender um ofício”.

As Escolas de Aprendizes e Artífices, nos seus primeiros anos, assemelhavam-se a um centro correcional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. Havia uma instituição dessa natureza em cada capital dos estados da federação (ao todo 19, na época), tida como solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, sob a justificativa de conter possíveis conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar somente a partir de 1930.

A Escola de Aprendizes e Artífices oferecia cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria. Importa mencionar que havia, paralelamente ao ensino profissional, o curso primário e o de desenho. Segundo Nascimento (2007, p.125), o curso primário “teria por fim o ensino de leitura e de escrita, o de aritmética até regra de três, bem como as noções de geografia do Brasil e de gramática elementar da língua pátria”. Na Paraíba, a Escola de Aprendizes e Artífices funcionou inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, transferindo-se depois para o edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960. Já sob a nomenclatura de Escola Industrial, instalou-se na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe, local onde atualmente fica localizado o campus João Pessoa.

Ao final da década de 60, ocorre mais uma mudança de nome. A Instituição passou a ser denominada de Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB). Sob essa nomenclatura, tornou-se

conhecida em todo o estado como referência pela qualidade dos serviços educacionais prestados. Na capital paraibana, marcou as décadas de 70, 80 e começo dos anos 90, muito procurada, inclusive, por jovens de famílias de boas condições financeiras.

No ano de 1995, a ETFPB interiorizou suas atividades, ato considerado um marco no desenvolvimento institucional, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED-CJ.

Em 1999, transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), ampliando sobremaneira a sua área de atuação, vivenciando um fecundo processo de crescimento e expansão de atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede e da UNED-CJ, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional - NEEP, na Rua das Trincheiras, em João Pessoa. Foi a partir de então que se iniciou um processo de ampliação. Antes restrita ao ensino técnico de nível médio, a partir desse momento, a Instituição passa a ofertar cursos em outros níveis de educação, inicialmente com cursos de graduação na área tecnológica e intensificando, também, as atividades de pesquisa e de extensão. Nessa fase foram implantados cursos tecnológicos – de graduação – na área de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários e uma Licenciatura em Química.

Ao final da década de 60, ocorre mais uma mudança de nome. A Instituição passou a ser denominada de Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB). Sob essa nomenclatura, tornou-se conhecida em todo o estado como referência pela qualidade dos serviços educacionais prestados. Na capital paraibana, marcou as décadas de 70, 80 e começo dos anos 90, muito procurada, inclusive, por jovens de famílias de boas condições financeiras.

No ano de 1995, a ETFPB interiorizou suas atividades, ato considerado um marco no desenvolvimento institucional, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED-CJ.

Em 1999, transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), ampliando sobremaneira a sua área de atuação, vivenciando um fecundo processo de

crescimento e expansão de atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede e da UNED-CJ, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional - NEEP, na Rua das Trincheiras, em João Pessoa. Foi a partir de então que se iniciou um processo de ampliação. Antes restrita ao ensino técnico de nível médio, a partir desse momento, a Instituição passa a ofertar cursos em outros níveis de educação, inicialmente com cursos de graduação na área tecnológica e intensificando, também, as atividades de pesquisa e de extensão. Nessa fase foram implantados cursos tecnológicos – de graduação – na área de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários e uma Licenciatura em Química.

Esse processo de ingresso na educação superior consolidou-se com a criação dos Cursos de Bacharelado nas áreas de Administração e de Engenharia Elétrica bem como a realização de cursos de pós-graduação em parceria com Faculdades e Universidades locais e regionais, a partir de modelos pedagógicos construídos atendendo às disposições da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – e normas delas decorrentes.

Em 2007, ainda sob a denominação de CEFET, houve a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande – UNED-CG – e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de João Pessoa.

Com o advento da Lei 11.892/2008 e o surgimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Instituição se consolidou como referência da Educação Profissional na Paraíba e, além dos cursos usualmente denominados “regulares”, passou a ofertar cursos de formação inicial e continuada além de cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem foram destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício profissional.

No tocante à expansão física da rede, a instituição, que, até o surgimento da marca IFPB contava com três unidades (mais a escola Agrotécnica), passou a ter nove unidades.

Contemplado com o Plano de Expansão da Educacional Profissional do Governo Federal, Fase II, o IFPB contava com 09 (nove) Campi nos seguintes municípios: João Pessoa e Cabedelo, no litoral; Campina Grande, alcançando o brejo e o agreste; Picuí, no Seridó Ocidental; Monteiro, no Cariri; Princesa Isabel, Patos, Cajazeiras e Sousa, na região do sertão.

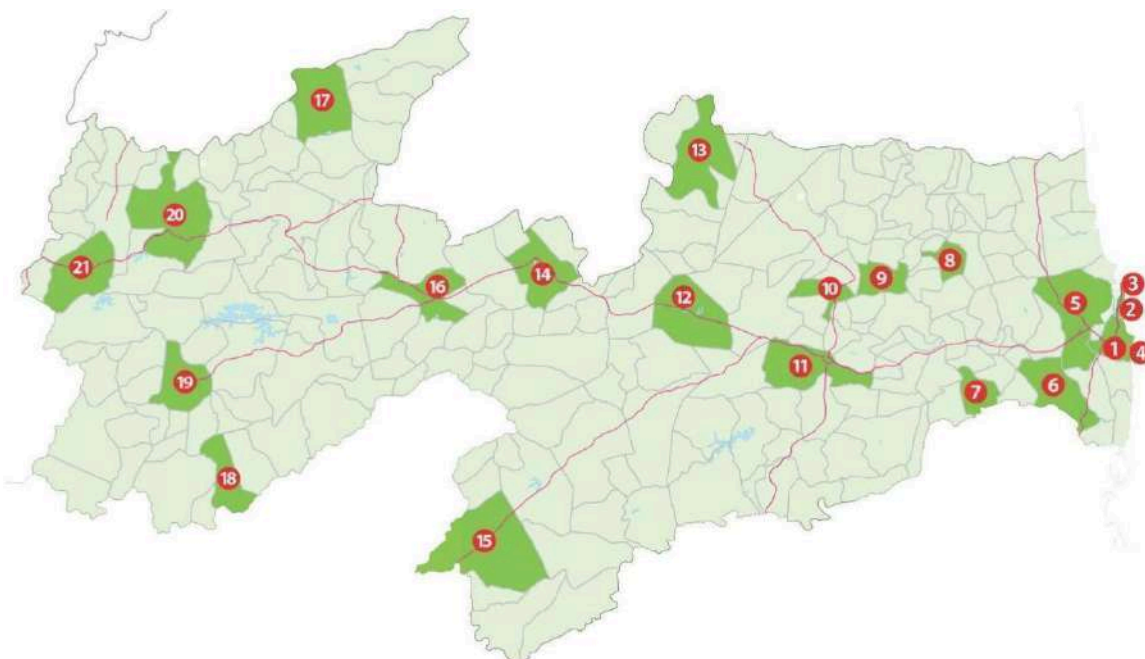
Com a Fase III do Plano de Expansão da Educação Profissional do Governo Federal, que se estendeu até o final de 2014, o Instituto implantou um Campus na cidade de Guarabira, o Campus Avançado Cabedelo Centro e viabilizou o funcionamento de mais dez unidades, a saber: Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade. Destarte, as 21 unidades do IFPB levam educação em todos os níveis a essas localidades paraibanas, oportunizando o desenvolvimento econômico e social e melhorando a qualidade de vida nessas regiões. A Figura 1 apresenta a nova configuração na expansão e interiorização do IFPB.

Nessa perspectiva, o IFPB, expandindo as áreas de atuação em um curto período, diversificou as modalidades de ensino em que atua bem como as áreas do conhecimento humano, contemplando, com o leque de cursos ofertados em todo o estado, as áreas das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e, com o curso de Letras, a área de Linguística, Letras e Artes.

A organização do ensino no IFPB oferece oportunidades em diversos níveis da aprendizagem, permitindo o processo de verticalização do ensino, desde cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Cursos Técnicos, nas modalidades integrada e subsequente, passando pelos Cursos Superiores, abrangendo as modalidades de Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado, adentrando os estudos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, com o Mestrado em Engenharia Elétrica, o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT em Rede Nacional, o Mestrado Profissional em Tecnologia da Informação, todos ofertados no Campus João Pessoa, e o Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT, ofertado no Campus Campina Grande.

Quanto à configuração atual do IFPB, resultado do processo de expansão e interiorização do IFPB, tem-se 21 campi. A Figura 1 ilustra a distribuição dos campi do IFPB no estado da Paraíba.

Figura 1: Distribuição atual dos Campi do IFPB



- | | | |
|--|---------------------------|----------------------------|
| 1. Campus João Pessoa e Polo de inovação | 8. Campus Guarabira | 15. Campus Monteiro |
| 2. Campus Cabedelo | 9. Campus Areia | 16. Campus Patos |
| 3. Campus Avançado Cabedelo Centro | 10. Campus Esperança | 17. Campus Catolé do Rocha |
| 4. Campus Mangabeira | 11. Campus Campina Grande | 18. Campus Princesa Isabel |
| 5. Campus Santa Rita | 12. Campus Soledade | 19. Campus Itaporanga |
| 6. Campus Pedras de Fogo | 13. Campus Picuí | 20. Campus Sousa |
| 7. Campus Itabaiana | 14. Campus Santa Luzia | 21. Campus Cajazeiras |

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB (PDI-IFPB) 2020-2024

1.5. Políticas Institucionais

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, historicamente, tem se destacado no cenário Paraibano como uma instituição de referência educativa ministrando cursos na área técnica e tecnológica.

A gestão acadêmica do Curso Superior de Licenciatura em Letras no formato Semipresencial se articula com as políticas institucionais do Instituto Federal da Paraíba, que

define, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), um conjunto de princípios filosóficos e teóricos norteadores de suas ações de gestão acadêmica. Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais da instituição consideram a educação como uma prática sociopolítica, realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais, promotora da formação de pessoas tecnicamente competentes, mais humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos.

As ações educacionais do IFPB sustentam-se nos seguintes princípios:

- Verticalização do Ensino e sua integração com a Pesquisa e a Extensão;
- Formação humana integral;
- Articulação entre educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Inclusão social;
- Gestão democrática;
- Defesa dos direitos humanos.

Quanto aos princípios filosóficos e teóricos da Educação Profissional e Tecnológica, o IFPB compreende a educação tecnológica como a conjugação interativa entre a educação geral e a tecnologia, valorizando e contextualizando os indivíduos no processo, dirigindo sua abordagem para a formação do educando no sentido do pensar, saber, saber fazer e saber ser nas várias dimensões, fazendo uso da crítica e da reflexão sobre a sua utilização de forma mais precisa e humana, conhecendo a tecnologia, sua relação com a ciência, o binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais.

Em relação aos princípios filosóficos e teóricos do Desenvolvimento da Ciência, o IFPB, em sua prática educativa, considera que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, que é o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida.

A ciência pós-moderna resgata estes valores e o IFPB terá em sua prática a busca por esta realidade, reconhecendo no senso comum o caminho para a produção do conhecimento pragmático, reproduzido a partir das trajetórias e das experiências de vida de um grupo social.

Já no que alcança os princípios filosóficos e teóricos da Prática Acadêmica, a Instituição contempla a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos, dirigindo o ensino para a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências necessárias para uma atuação no mundo de forma reflexiva, cooperativa e solidária. Para isso, as práticas pedagógicas devem estar vinculadas também a um processo reflexivo constante por parte do professor, bem como a uma perspectiva que considere a aprendizagem como um processo dinâmico, contribuindo, deste modo, para que os alunos compreendam a interdependência dos diversos fatores que constituem o ambiente e a realidade na qual estão inseridos.

A conjugação dos princípios supramencionados e da prática acadêmica no Curso Superior de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa tem como objetivo o desenvolvimento teórico, prático e humano, visando formar profissionais conscientes de sua cidadania, preocupados em transformar a realidade para se alcançar uma sociedade mais democrática, solidária e humanista.

Em consonância com esses princípios, o IFPB modalidade de Educação a Distância (EaD) por meio de parcerias, sendo notável a criação e autorização do primeiro curso institucional totalmente à distância, o Curso de Licenciatura em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa. Essa iniciativa proporciona maior flexibilidade e acesso a estudantes que trabalham e enfrentam diversas dificuldades que os impedem de concluir o ensino superior. Nessa perspectiva, após a publicação da Portaria no 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que autoriza a "introdução da oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais", compreende-se que a oferta de componentes curriculares na modalidade EaD é uma ação estratégica. Essa estratégia busca flexibilizar parte do currículo, permitindo que os estudantes minimizem as dificuldades associadas à participação em aulas

presenciais, especialmente no turno noturno. Questões como transporte e horários têm se mostrado obstáculos para a conclusão oportuna dos cursos.

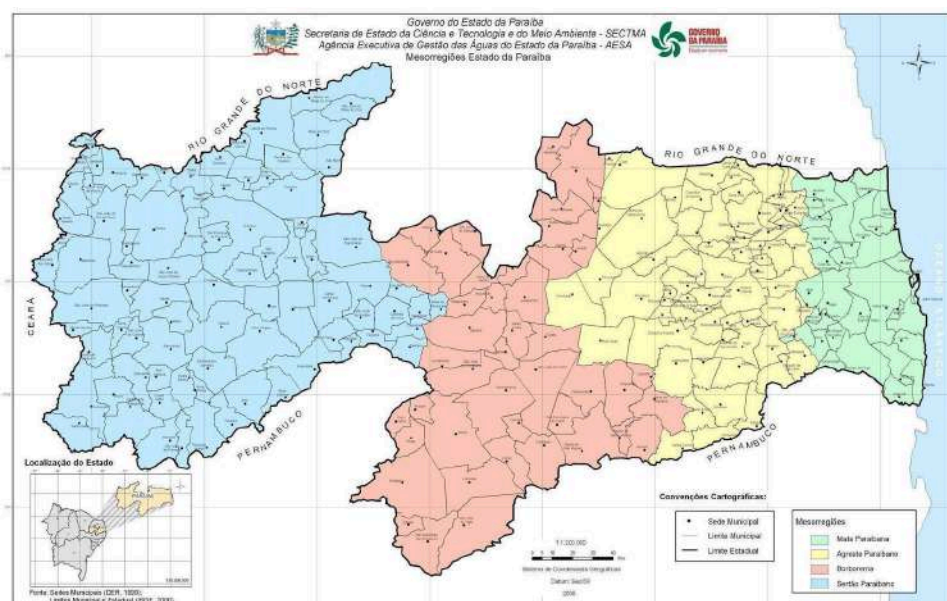
1.6. Cenário Socioeconômico, Socioambiental e Educacional

A Paraíba está situada no Nordeste brasileiro, limitada pelos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, além de ter sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Segundo o censo do IBGE de 2022, a Paraíba conta com uma população estimada 4.059.905 de habitantes.

A Paraíba está entre as quatro economias do país que mais cresceram no primeiro trimestre de 2021-2022 e na segunda posição entre os estados do Nordeste. De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) da Paraíba registrou um crescimento real de 5,1% naquele ano, ficando acima da média nacional, que foi de 2,9%.

No tocante aos aspectos econômico, social e político, a Paraíba está dividida em quatro mesorregiões, assim denominadas, de acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano (Figura 2).

Figura 2: Mesorregiões econômicas da Paraíba



Fonte: : PDI-IFPB (2020-2024)

Essas mesorregiões, por sua vez, estão divididas em 23 microrregiões geográficas. Essa divisão levou em consideração as características e as formas de organização socioeconômica e política.

Mesorregião da Mata Paraibana: é integrada pelas microrregiões geográficas Litoral Norte, Sapé, João Pessoa e Litoral Sul e engloba 30 dos 223 municípios do estado, ou seja, 13,45% do total. Com uma superfície de 5.262,405 km² (9,3% do território do estado), abrigava uma população estimada de 1.542.405 habitantes em 2020, o que significa uma densidade de 293,10 hab./km². O grande aglomerado urbano da capital do estado é um dos principais responsáveis por essa concentração populacional. Nesse aglomerado destacam-se as indústrias alimentícia, têxtil, a de construção civil e a do cimento. O destaque também se dá no comércio e na rede de serviços. Essa mesorregião apresentou PIB per capita médio de R\$ 15.253,25 (IBGE, 2020).

Mesorregião do Agreste Paraibano: constitui a mesorregião de transição entre a Zona da Mata e a Mesorregião da Borborema, com 12.914 km² de extensão, 66 municípios, população estimada de 1.273.243 habitantes em 2020 e densidade de 98,59 hab./km², sendo o peso

populacional, em grande parte, devido à cidade de Campina Grande, onde se concentram cerca de 418 mil habitantes. As cidades de Campina Grande, Guarabira e Itabaiana, de acordo com o IBGE e o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME-PB), somaram juntas em 2010 uma receita de R\$ 9,2 bilhões, o que representa quase 28,7% da economia paraibana. Na Zona do Agreste destaca-se a produção de cana-de-açúcar, algodão e sisal, a pecuária e o desenvolvimento do comércio, que geram um PIB per capita médio de R\$ 9.809,83 (IBGE, 2020).

Mesorregião da Borborema: tem área de 15.572 km² e é formada por 44 municípios, localizados no Planalto da Borborema, entre o Sertão e o Agreste, e agrupados em quatro microrregiões: Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Seridó Ocidental Paraibano e Seridó Oriental Paraibano, que abrigam cerca de 316.900 habitantes. Tem como principais centros urbanos as cidades de Monteiro, Picuí, Juazeirinho e Santa Luzia, e sua economia concentra-se na extração mineral, na produção de sisal e algodão e na pecuária de caprinos. Sua densidade demográfica de 20,4 hab./km² espelha as dificuldades enfrentadas pela população que vive nessa mesorregião, pois, dada a escassez relativa de recursos naturais que a caracteriza, ela apresenta a menor densidade demográfica entre as zonas geoeconômicas consideradas, com PIB per capita médio de R\$ 10.348,91 (IBGE, 2018).

Mesorregião do Sertão Paraibano: é a mais extensa em área, com 22.720 km², formada pela união de 83 municípios agrupados em sete microrregiões, com população estimada de 906.758 habitantes em 2020 e densidade demográfica de 39,9 hab./km². Seus principais centros urbanos são Patos, Sousa e Cajazeiras, mas também merecem destaque cidades como Pombal, Catolé do Rocha, Itaporanga, São Bento e Conceição. Comparado aos demais espaços do Sertão do Nordeste, o Sertão da Paraíba é um dos mais afetados pela degradação ambiental. Sua população está sujeita a condições de insustentabilidade tanto econômica quanto social, bem mais difíceis de controlar do que as encontradas nas mesorregiões da Mata e do Agreste Paraibano. A Mesorregião do Sertão Paraibano apresenta PIB per capita médio de R\$ 9.402,55 (IBGE, 2018).

O IFPB procura, ao interiorizar a educação tecnológica, adequar sua oferta de ensino, extensão e pesquisa primordialmente às necessidades estaduais. Ressalte-se que a localização geográfica da Paraíba permite que a área de influência do Instituto Federal se estenda além das divisas do estado. Assim, regiões mais industrializadas, como Recife e Natal, têm, historicamente, solicitado profissionais formados pelo IFPB para suprir a demanda em áreas diversas.

Portanto, além de desempenhar o seu próprio papel no desenvolvimento de pessoas, nos mais diversos níveis educacionais, o IFPB atua em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no apoio às necessidades tecnológicas empresariais. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas gradualmente vem se consolidando dentro do contexto macrorregional, delimitado pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O cenário de expansão da educação em diferentes níveis e modalidades revela o direcionamento de políticas públicas e programas governamentais no sentido da democratização do ensino. Diante desse cenário, entende-se que a Educação se constitui de uma demanda social de primeira ordem. Essas novas demandas educacionais como a expansão da educação superior contribuem no desenvolvimento econômico e social do país, ajudando o Brasil a cumprir a meta 12 do PNE.

Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa objetiva a formação de profissionais qualificados para a Sociedade Brasileira, em especial para o estado da Paraíba e circunvizinhos.

1.7. Política Institucional de Acompanhamento do Egresso

A política de acompanhamento do egresso no IFPB está institucionalizada por meio da Resolução CS/IFPB nº 43, de 20 de fevereiro 2017, a qual descreve o sistema de acompanhamento da seguinte forma: as ações do PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS (PAE) devem estar sempre articuladas com as atividades do ensino, da pesquisa e da extensão. O egresso poderá atuar em projeto de extensão, pesquisa e outras atividades

promovidas pelo IFPB, como voluntário. Os projetos e as atividades deverão apresentar a identificação do participante egresso, especificando em que forma se dará a sua participação. O egresso que participar como voluntário ficará sujeito à legislação vigente, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. A prestação de serviço voluntário será exercida mediante a celebração de termo de adesão entre a instituição e o prestador de serviço voluntário, devendo constar o objetivo e as condições de seu exercício.

Em nível de Pró-Reitoria, o PAE está vinculado à Diretoria de Planejamento e Gestão das Políticas Estudantis da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE.

Em nível de campus, o PAE será atribuição do Coordenador de Extensão ou um servidor designado pela Direção Geral do campus, sendo de sua competência:

- I – Coordenar, articular e orientar as atividades do PAE no campus;
- II – Propor ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão que articule a aproximação dos egressos ao IFPB;
- III – Disponibilizar às Coordenações dos Cursos informações referentes aos egressos;
- IV – Apresentar relatórios às Coordenações dos Cursos das atividades desenvolvidas com os egressos;
- V – Elaborar relatório semestral das atividades do PAE e apresentá-lo à Direção Geral do Campus, às Coordenações de Cursos, à Diretoria de Planejamento e Gestão das Políticas Estudantis da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE e à Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- VI – Assinar as correspondências, certidões e declarações, em nível de campus, referentes ao PAE;
- VII – Alimentar banco de dados referente ao acompanhamento dos egressos;
- VIII – Manter os egressos informados sobre eventos culturais e científicos, cursos de aperfeiçoamento, capacitação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu realizados pelo IFPB;
- IX – Desenvolver as atividades do PAE em consonância ao Projeto Pedagógico dos Cursos, atuando, sempre que possível, em conjunto com as demais Coordenações e CPA;

X – Propor a criação e adequação dos formulários disponibilizados para o PAE.



2. CONTEXTO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO

2.1. Dados do curso

Campus Ofertante:	IFPB - Campus João Pessoa			
End.:	Rua Primeiro de Maio			
Bairro:	Jaguaribe	Cidade:	João Pessoa	CEP : 58015-430
Fone:	+55 (83) 3612-1325		Fax:	
E-mail:	letras.ead@ifpb.edu.br			
Site:	https://www.ifpb.edu.br/João Pessoa			
Nome do Curso:	Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa			
Nível:	Superior			
Regime de Oferta:	Semestral			
Turno de Oferta:	Integral			
Número de Vagas:	320			
Período Mínimo de Integralização:	8 semestres		Período Máximo de Integralização:	12 semestres
Carga Horária Total:	3.280			
Modalidade de Oferta:	Formato Semipresencial			
Ato Legais:				
Ato:	Autorização		Ano:	2012
Data da Publicação:				
Ato:	Reconhecimento		Ano:	2017
Data da Publicação:				
Ato:	Renovação de Reconhecimento		Ano:	—
Data da Publicação:				
Conceito Enade:		3	Ano:	2021
Conceito de Curso:		4	Ano:	2017
Conceito Preliminar de Curso:		—	Ano:	—
Conceito Institucional:		4	Ano:	2018
Índice Geral de Cursos:		4	Ano:	2023

2.2. Justificativa e Histórico do Curso

O projeto inicial de implementação do curso de Licenciatura em Letras no IFPB, datado de 2009, visava à obtenção de financiamento por meio do programa Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC). Contudo, diante de análises realizadas na fase de planejamento, o referido projeto não foi viabilizado, pois se chegou à conclusão de que os polos credenciados pela UAB no estado não estavam devidamente estruturados para atender às políticas governamentais de acesso à modalidade EaD com a qualidade desejada.

Diante desse quadro, o IFPB, atendendo ao Plano de Estruturação, Expansão e Atuação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), decidiu institucionalizar a oferta do curso na modalidade a distância, em quatro polos, em localidades estratégicas, contemplando as Mesorregiões socioeconômicas do estado da Paraíba: Campina Grande, João Pessoa, Picuí e Sousa. Tal ação priorizava a oferta de vagas para professores das redes públicas, conforme preceitos legais e demandas da sociedade, previstos no art. 7º da Lei 11.892/2008, que apresentava como um dos objetivos dos Institutos Federais oferecer, em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica.

Inicialmente, o curso foi proposto fundamentalmente visando minimizar a falta de profissionais com formação adequada para o exercício da docência nas escolas de educação básica da Paraíba. Dessa forma, no primeiro processo seletivo para preenchimento das vagas para o segundo semestre de 2012, foram reservadas 28 das 50 vagas em cada polo (percentual de 56%) exclusivamente para candidatos que comprovassem o exercício da docência na rede pública de ensino. Contudo, com o advento da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, também denominada “Lei de Cotas”, o percentual de vagas reservado a este público teve que ser reduzido, tendo em vista as adequações necessárias para o atendimento à referida lei, passando a ser de 18 vagas por polo (36%).

A partir da vigência da “Lei de Cotas”, 50% (cinquenta por cento) das vagas do curso passaram a ser destinadas ao ingresso de candidatos que houvessem concluído o ensino médio em escolas públicas. Esse percentual é, ainda segundo a referida lei, subdividido em modalidades de concorrência que levam em conta aspectos étnicos e socioeconômicos. É importante salientar que essa medida, que objetivou a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, entrou em vigor praticamente com o início do curso, não havendo, portanto, mudanças significativas no perfil do alunado de Letras, tal como ocorreu com os cursos presenciais do IFPB, por exemplo.

Portanto, além de disponibilizar a oportunidade para que docentes da rede pública alcançassem a formação adequada, reservando-lhes um percentual de vagas exclusivo, o curso propôs, também, ampliar o número de professores nas mais diversas regiões do estado da Paraíba mediante a oferta de vagas a candidatos nas mais diversas situações.

Em 2020, o curso passou a integrar o Sistema de Seleção Unificada (SISU) como forma de ingresso e a disponibilizar vagas remanescentes por processo seletivo interno - Processo Seletivo de Cursos Superiores (PSCS).

Após treze anos de funcionamento, o curso mantém 657 alunos efetivamente matriculados (2025.2), distribuídos nos quatro polos de apoio presencial do curso. Segundo levantamento realizado pela Coordenação do Curso, ao longo de sua trajetória, foram atendidos estudantes de mais de 188 municípios do estado da Paraíba - cerca de 80% dos municípios do estado, e de estados circunvizinhos, o que significa o cumprimento de um dos grandes objetivos do curso, que é a disponibilização de acesso à educação superior aos excluídos do processo educativo por questões de localização. Esses dados revelaram, também, o enorme alcance da modalidade e a democratização proporcionada pela educação a distância, possibilitando a formação de profissionais que poderão atuar dentro de seus próprios municípios, superando dificuldades históricas de fixação desses profissionais nas cidades do interior.

Em termos de preenchimento das vagas ofertadas no processo seletivo de ingresso no curso, têm-se obtido números efetivos, com índice geral de ocupação, na média de todos os processos seletivos já realizados, de quase 90% das vagas ofertadas por semestre.

Em 2016 formaram-se os estudantes da primeira turma do curso de Licenciatura em Letras EaD, ingressantes no ano de 2012, os quais representaram um marco na história dessa instituição de ensino, já que foi um curso pioneiro, institucional, que consolidou a modalidade EaD, que proporcionou um curso superior de qualidade reconhecida pela sociedade paraibana, de caráter inclusivo, com formação humanística, contrastada com a história de uma instituição vocacionada ao ensino técnico.

A partir de então, todos os anos, em todos os semestres, o IFPB apresenta à sociedade paraibana e estados vizinhos, profissionais aptos a atuar na docência em redes públicas e privadas de ensino, além de contribuir para com a produção científica e acadêmica.

Com a publicação do Decreto nº 12.456 de 19 de maio de 2025, seguido da Portaria MEC nº 378 de 19 de maio de 2025, que extinguiu os cursos de licenciatura na modalidade EaD, autorizando apenas a oferta de cursos de licenciatura no formato presencial ou semipresencial, efetivaram-se as últimas matrículas do Curso de Licenciatura em Letras EaD, no segundo semestre do ano de 2025. Com isso, garantiu-se aos matriculados a oferta dos componentes curriculares necessários para a conclusão do curso, devendo-se promover as adequações referentes à Resolução CNE nº 04/2024 para aqueles que foram matriculados após a sua publicação, conforme o Parecer CNE- CP nº 5/2025, as quais demandam a inclusão da prática de extensão e a introdução do Estágio Supervisionado desde os períodos iniciais do curso.

Face a essas determinações legais e no intuito de seguir com a oferta do Curso de Licenciatura em Letras, este Projeto Pedagógico de Curso tem **por finalidade adequar** a matriz curricular e as estratégias de ensino para o formato semipresencial, nos termos do Decreto 12.456 de 19 de maio de 2025.

2.3. Processo de Construção, Implantação e Consolidação do PPC

O processo de construção e consolidação do PPC teve início com a Portaria nº 204/2025 - DG/JP/Reitoria/IFPB, de 7 de maio de 2025, que estabeleceu a comissão do processo de atualização do curso ofertado originalmente na modalidade EaD e que deveria se adaptar às diretrizes curriculares constantes na Resolução CNE nº 04/2024. Nesse momento inicial, foram revistas as ementas das disciplinas. Sobressaiu-se, nessa etapa, o debate sobre a viabilidade de manter a oferta multicampi, considerando a necessidade de disponibilizar carga horária docente para a execução de Atividades Presenciais em cada um dos Polos de Educação a Distância (PEaD) vinculados ao Curso de Licenciatura em Letras - EaD, fato que demanda a disponibilidade de códigos de vaga para suprir as atividades docentes, já deficitárias na rotina de cada umas das unidades do IFPB.

A modalidade EaD, definida como um processo de ensino e aprendizagem síncrono e assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente, ou outro responsável pela atividade formativa, estejam em lugares ou tempos diversos (Decr. 12.456/2025), permite a flexibilização de horários e o maior aproveitamento da carga horária docente. Ao longo dos treze anos de funcionamento do Curso de Licenciatura em Letras EaD, a demanda por carga horária docente foi suprida por meio de parcerias com diversos campi que não se constituíam como PEaD.

Concernente à natureza da modalidade EaD, o campus ofertante - João Pessoa - é responsável pela coordenação geral do curso que, em articulação com as coordenações dos polos EaD, proporciona a execução da carga horária dos componentes curriculares a partir da contabilidade da carga horária de docentes lotados em cada um dos polos EaD e demandando a colaboração de professores voluntários de outras unidades, com disponibilidade de carga horária e interesse em atuar no campo de sua formação específica, mediante a autorização da Direção de Desenvolvimento do Ensino e da Direção Geral do campus de lotação do docente. Essa peculiaridade permitiu que o curso mantivesse um bom engajamento docente, o qual vislumbrava

a oferta do curso como um lugar de realização profissional; em consequência, essa dinâmica permitiu que o curso mantivesse significativa qualidade de oferta, à medida que as especialidades acadêmicas podiam ser atendidas com profissionais pesquisadores pós-graduados.

Desde sua criação, o Curso de Licenciatura em EaD desenvolveu parte de sua carga horária na forma presencial, destinada a atividades avaliativas (provas, seminários e defesas de trabalho de conclusão de curso) e desenvolvimento de projetos. Com aumento exponencial da carga horária das atividades presenciais, nos termos da Resolução CNE-CP 04/2024, que modifica a natureza da modalidade, determinando que professores e estudantes ocupem o mesmo espaço e tempo, seriam necessárias novas estratégias para continuar com a oferta para o público específico para o qual o curso foi criado, ou seja, trabalhadores, residentes em localidades onde não há IES, pessoas com necessidades específicas, entre outras variáveis.

É mister esclarecer que a Resolução CNE-CP nº 04/2024 estabelece o prazo de dois anos, após a sua publicação para a implantação das modificações estabelecidas.

O segundo momento de elaboração do PPC iniciou-se após a publicação do Decreto nº 12.456/2025, que modificou a organização dos cursos de graduação e criou três formatos de oferta, a saber: formato presencial, formato semipresencial e Curso a Distância. Essa nova organização eliminou a noção de modalidade EaD para os cursos superiores e introduziu a obrigatoriedade de atividades presenciais em todos os formatos, determinando percentuais mínimos obrigatórios, de acordo com a natureza da oferta. Foi então constituída a Comissão de Elaboração de um novo PPC, por meio da Portaria 353/2025 - DG/JP/REITORIA/IFPB, de 19 de agosto de 2025, composta pelos integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso agora em extinção, responsável pelo trabalho de reestruturação do PPC, a fim de redefinir o seu formato, nos termos do referido decreto. Destaca-se que este novo marco legal, no Art. 11, determina que no cômputo da carga horária total dos cursos superiores ofertados no formato semipresencial, sejam reservados um percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de atividades presenciais e que 20% (vinte por cento) seja cumprida no formato presencial ou em atividades síncronas mediadas. Por Atividades Síncronas Mediadas (ASM) entende-se o que define o Inciso

IV, do Art. 3º do Decreto 12.456/2025: “IV - atividade síncrona mediada - atividade síncrona realizada com participação de grupo de, no máximo, setenta estudantes por docente ou mediador pedagógico e controle de frequência dos estudantes;”.

Neste contexto, as atividades da comissão supracitada foram concentradas no estudo dos marcos legais, na análise das ementas das disciplinas para avaliar como as atividades presenciais poderiam ser melhor distribuídas, considerando o público-alvo atendido pelo IFPB. Outra frente de trabalho necessária foi a de adequar a estrutura do curso aos núcleos da formação inicial das licenciaturas, destacando-se a necessidade de implantar o Estágio Curricular Supervisionado desde o primeiro período do curso e (Res. CNE-CP nº 04/2024), bem como definir o formato de cumprimento das Atividades Acadêmicas de Extensão, conforme orienta a Resolução CNE/CP nº 04/2024, em atenção à Resolução CNE-CP 7/2018.

Para continuidade dos trabalhos referentes ao PPC, foi adotado o sistema de grupos de trabalhos, objetivando a validação do texto escrito, da estrutura do curso e do atendimento aos documentos regulamentares do IFPB.

2.4. Diretrizes Curriculares Nacionais Adotadas

Para elaboração deste PPC, a comissão constituída pela Portaria 353/2025 - DG/JP/REITORIA/IFPB, de 19 de agosto de 2025, considerou as diretrizes nacionais definidas nos seguintes marcos legais:

1. A Lei nº 9394 de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
2. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
3. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;

4. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
5. Resolução CNE-CP nº 04 de 29 de maio de/2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);
6. Resolução CNE/CES nº 18/2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras;
7. Portaria MEC nº 610/2024. Institui o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de Licenciatura.

Além dessas Diretrizes Nacionais, esta Comissão considerou, também, os atos regulatórios do IFPB definidos nas seguintes normativas:

1. Resolução nº 55-CS, de 20 de março de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 01, de 06/01/2017 que dispõe sobre Regulamento para criação, alteração e extinção de cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
2. Resolução CNE/CES nº 7/2018. A inclusão da curricularização da extensão na matriz curricular do PPC do curso entendendo que a curricularização da extensão é uma estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Consiste na adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) visando garantir um percentual mínimo de 10% (dez por cento) na carga horária da matriz curricular dos cursos de

- graduação, direcionados para as atividades de extensão e orientados prioritariamente para as áreas de grande pertinência social (Meta 12.7 da lei nº 13.005/2014);
3. Resolução nº 34/2022 - Consuper/DAAOC/Reitoria/IFPB. Convalida a Resolução AR 84/2021 que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB;
 4. Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena (lei nº 11.645 de 10/3/2008);
 5. Resolução *ad Referendum* nº 34, de 24 de setembro de 2018. Altera a Resolução nº 158, de 15 dezembro de 2017, que dispõe sobre o Regulamento de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do IFPB;
 6. Resolução nº 22/2022 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Convalida a Resolução AR 79/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências;
 7. Resolução nº 18/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Convalida a Resolução AR 5/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que dispõe sobre regulamento referente à oferta e registro das atividades complementares no currículo dos cursos de graduação do IFPB;
 8. Resolução nº 141, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a Regulamentação do Colegiado dos Cursos Superiores presenciais e a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
 9. Resolução nº 143, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a Regulamentação do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;

10. Resolução nº 21/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 12 de setembro de 2022. Regulamenta a admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial-PSE, e dá outras providências.;
11. Resolução nº 13/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Convalida a Resolução AR 27/2022 do Consuper que dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências;
12. Resolução AR nº 28/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Dispõe sobre Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de graduação;
13. Resolução nº 132, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação da Política Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
14. Resolução nº 63/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
15. Resolução nº 240, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
16. Resolução nº 6/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Dispõe sobre o Regulamento das Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
17. Resolução nº 146, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de educação superior e educação profissional técnica de nível médio oferecidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
18. Resolução nº 61/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Convalida a Resolução AR 17/2022 que dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e

- Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências;
19. Resolução-CS nº 24, de 30 de abril de 2019. Dispõe sobre o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
 20. Resolução-CS nº 16, de 02 de agosto de 2018. Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
 21. Resolução nº 63/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
 22. Resolução nº 96/2021 - CS/IFPB Dispõe sobre aprovação da Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB;
 23. Resolução nº 50/2019 - Dispõe sobre o Regulamento da Estrutura mínima dos Polos Institucionais de Educação a Distância no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
 24. Resolução nº 51/2019 - Dispõe sobre o Regulamento da aquisição, elaboração e produção de conteúdos e matérias didáticos escritos, audiovisuais e interativos para cursos, componentes curriculares e atividades ofertados na modalidade a Distância;
 25. Resolução nº 80/2021 - Dispõe sobre o Regulamento da Estrutura mínima das Coordenações de Cursos ofertados na modalidade a distância no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
 26. Resolução nº 72/2019 - REITORIA/IFPB - Dispõe sobre o Regulamento da composição das atividades on-line, atividades presenciais e a constituição do quadro de notas dos cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;

27. Resolução nº 9/2024 - Aprova a Regulamentação das Atividades dos Docentes (RAD), por regime de trabalho, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.
28. Portaria nº 851/2023 - REITORIA/IFPB, de 16 de maio de 2023. Designa os representantes da Comissão Própria de Avaliação - CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação - SPA das unidades do IFPB;
29. Portaria nº 851/2023 - REITORIA/IFPB, de 16 de maio de 2023. Designa os representantes da Comissão Própria de Avaliação - CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação - SPA das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
30. Portaria nº 352/2023 - REITORIA/IFPB, de 17 de fevereiro de 2023. Institui o Sistema de Gestão de Aprendizagem disponível em ava.ifpb.edu.br e ava.ead.ifpb.edu.br, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem exclusivo de cursos ofertados na modalidade a distância no âmbito do IFPB;
31. As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e as As diretrizes para Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
32. Instrução Normativa nº 01/2019/DED/PRE/IFPB Regulamenta a estrutura das seções dos Materiais Didáticos Audiovisuais para os cursos superiores de pós-graduação lato sensu, stricto sensu e aperfeiçoamento;
33. Instrução Normativa nº 02/2016-PRE, de 29 de novembro de 2016. Dispõe sobre obrigatoriedade da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências;
34. Instrumento de Avaliação - Autorização - 2017 - (INEP) - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - Presencial e a Distância;
35. Instrumento de Avaliação - Reconhecimento - 2017 (INEP) - Reconhecimento/Renovação - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - Presencial e a Distância;

- 36. Instrumento de Avaliação - Recredenciamento - 2017 (INEP) -Recredenciamento - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA - Presencial e a Distância;
- 37. Modelos de Quadros de Notas e Categorias de Atividades - Contém os modelos de quadros de notas e categorias de atividades no Moodle;
- 38. Cartilha Institucional: Conhecendo o transtorno do espectro autista;
- 39. Cartilha sobre Saúde Mental.

2.5. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

As Políticas de Ensino no IFPB estão baseadas na relevância da educação, com ênfase na qualidade, na construção dos conhecimentos técnico-científicos, no respeito às culturas, na proteção ao meio ambiente e nas necessidades sociais do estado e da região. Devem almejar a criação de uma sociedade constituída de indivíduos motivados e íntegros, críticos e éticos, inspirados nos princípios humanitários, buscando desenvolver-se plenamente no campo dos conhecimentos científicos e tecnológicos e, sobretudo, no campo das relações sociais (PDI 2020-2024). Dessa forma, tendo como horizonte os princípios básicos citados, este PPC almeja atuar colaborando nas seguintes ações:

1. Efetivar o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos alunos do IFPB 2017-2027 (Resolução CS/IFPB nº 24/2019), para minimizar a retenção e a evasão em todos os níveis e modalidades de educação do IFPB;
2. Incentivar o uso de novas tecnologias e novas práticas pedagógicas à educação, para viabilizar a permanência dos estudantes com êxito e a melhoria da oferta de recursos de acessibilidade metodológica e pedagógica;
3. Valorizar práticas pedagógicas que visem à participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, pela adoção de metodologias que valorizem o protagonismo dos alunos e os processos investigativos;

4. Priorizar uma organização curricular que considere a articulação e a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares e as metodologias integradoras, possibilitando a inserção e o desenvolvimento do currículo, de ações ou atividades, com vistas à promoção da formação ética, política, estética, entre outras, tratando-as como fundamentais para a formação integral do aluno;
5. Envolver discentes em atividades de natureza científica e tecnológica. A concretização e a viabilização dos programas institucionais de pesquisa são realizadas por meio do lançamento de editais;
6. Fortalecer e intensificar a produção técnico-científica em todo o Instituto;
7. Motivar iniciativas para o fortalecimento das ações culturais contínuas; com o reconhecimento de grupos artísticos e coletivos culturais.

2.6. Requisitos e Formas de Acesso

Os processos seletivos do IFPB são constituídos tendo por base legal a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e alterações posteriores, que dispõem sobre o ingresso nas Universidades e Instituições Federais, reservando no mínimo 50% das vagas ofertadas para estudantes provenientes da Rede Pública de Ensino, abrangendo subgrupos destinados a candidatos com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio); autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; que sejam pessoas com deficiência (PcD), como definida na Lei nº 13.146, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

De acordo com o Regimento Didático dos Cursos Superiores, Resolução nº 05-CS, de 23 de maio de 2018 e na Resolução nº 21/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 03 de março de 2023, o ingresso nos Cursos Superiores do IFPB poderá acontecer das seguintes formas: adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU); Processo Seletivo Próprio; Processo Seletivo Especial (PSE), para as modalidades de reingresso, transferência interna, transferência

interinstitucional e ingresso de graduados ou através de termo de convênio. Em todos os casos, o processo seletivo deve ser descrito em edital.

2.7. Cumprimento de Recomendações dos Processos de Avaliações Interna e Externa

A Autoavaliação Institucional no âmbito do IFPB é conduzida, coordenada e articulada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão de natureza consultiva e com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados presentes na instituição. A CPA tem a atribuição de condução dos processos de avaliação internos, realizados anualmente na instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep. A CPA é atualmente regulada pela Resolução nº 63/2021, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; e pela Portaria 851/2023 - REITORIA/IFPB, de 16 de maio de 2023, que determina a sua constituição por uma Comissão Própria de Avaliação, no âmbito da Reitoria e por Subcomissões Próprias de Avaliação (SPA) em cada Campus, como órgão de apoio.

De acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES no 65/2014 – “Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional”, a autoavaliação institucional realizada pela CPA contempla cinco eixos, a saber:

- I. Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional
- II. Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional
- III. Eixo 3 – Políticas Acadêmicas
- IV. Eixo 4 – Políticas de Gestão
- V. Eixo 5 – Infraestrutura Física

Por se tratar da primeira oferta do curso de Licenciatura em Letras no formato Semipresencial no Campus João Pessoa, não se identificam itens a serem observados no relatório da CPA de 2023. Entretanto, após o início da oferta, deve-se observar os relatórios da CPA do IFPB.

2.8. Objetivos

O Curso de Licenciatura em Letras tem seus objetivos definidos em conformidade com as competências e habilidades estabelecidas no perfil de egresso, atendendo às políticas institucionais de desenvolvimento de pesquisas para o segmento das licenciaturas.

2.8.1. Objetivo Geral

Formar professores de Língua Portuguesa e suas Literaturas, com sólida base teórico-prática, aptos a atuar com competência linguística, literária, crítica, ética e tecnológica na Educação Básica, comprometidos com a inclusão, a sustentabilidade, a inovação pedagógica e o desenvolvimento humano integral, em consonância com as políticas institucionais e o perfil de egresso.

2.8.2 Objetivos Específicos

- Investigar e aprofundar conhecimentos de temas e problemas essenciais nos campos da Língua Portuguesa, Linguística e Literatura;
- promover discussão sobre a relação entre língua e sociedade, entendendo aquela como instrumento essencial para a configuração desta no que se refere aos seus aspectos sociais, culturais e artísticos;
- propiciar o conhecimento de teorias linguísticas e da literatura como suportes importantes para a constituição de métodos de análise, reflexão e ensino;
- oportunizar formação em Letras, visando à compreensão de aspectos diacrônicos e sincrônicos da Língua Portuguesa, inseridos nos fatores das variações linguísticas, da textualidade, da formação da Literatura Brasileira;
- promover formação teórico-metodológica em Linguística, Literatura, Educação e Tecnologias, assegurando o domínio dos fundamentos científicos e didáticos necessários à prática docente.
- desenvolver a autonomia intelectual e o pensamento crítico, possibilitando que o

egresso compreenda a linguagem como prática social e instrumento de transformação cultural.

- promover a articulação entre teoria e prática, desde os períodos iniciais do curso, mediante o desenvolvimento da prática de extensão, da pesquisa e do estágio supervisionado, conforme a Resolução CNE/CP nº 04/2024.
- estimular a produção científica, cultural e literária, valorizando a pesquisa aplicada e a inovação pedagógica voltada à melhoria da educação pública.
- fomentar o uso crítico e criativo das tecnologias digitais, favorecendo o letramento digital, a educação híbrida e o desenvolvimento de recursos pedagógicos acessíveis e inclusivos.
- fortalecer o compromisso ético, político e estético da docência, incentivando a atuação responsável, o respeito à diversidade e a defesa dos direitos humanos.
- contribuir para o desenvolvimento sustentável e regional, formando professores comprometidos com a preservação ambiental, a cidadania e o desenvolvimento socioeconômico da Paraíba.
- integrar ensino, pesquisa, extensão e inovação, em consonância com o princípio da indissociabilidade previsto na LDB (Lei nº 9.394/1996).
- incentivar o protagonismo estudantil e a aprendizagem ao longo da vida, valorizando a autoavaliação, a autonomia e a reflexão contínua sobre a prática docente.
- atender às metas do PNE (2014–2024), especialmente no que se refere à formação de professores.
- promover metodologias ativas de aprendizagem, centradas no desenvolvimento da autonomia, da criticidade e do protagonismo do estudante, em consonância com a Resolução CNE/CP nº 04/2024.
- formar profissionais críticos, éticos e comprometidos com o exercício da cidadania, preparados para atuar em contextos educativos diversos e promover a inclusão social e educacional;

- proporcionar formação didático-pedagógica sólida, que contemple métodos e técnicas de ensino voltados à Educação Básica, com atenção à diversidade e às necessidades educacionais específicas;
- compreender os fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e políticos da educação, relacionando-os com os desafios contemporâneos da escola e das políticas públicas brasileiras;
- analisar e aplicar as políticas educacionais voltadas à inclusão e à equidade, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos e Educação a Distância;
- fomentar a utilização crítica e criativa das tecnologias digitais de informação e comunicação, promovendo o letramento digital e a inovação pedagógica;
- promover atitudes de respeito à diversidade e aos direitos humanos, combatendo todas as formas de discriminação e preconceito;
- integrar ensino, pesquisa, extensão e inovação, assegurando a indissociabilidade entre essas dimensões e a aplicação do conhecimento científico e tecnológico em benefício da comunidade;
- estimular a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos, promovendo o diálogo entre saberes e a resignificação dos conhecimentos no contexto da prática pedagógica.

2.9. Perfil Profissional do Egresso

O egresso do Curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal da Paraíba, ofertado no Formato Semipresencial, será um profissional crítico, ético e comprometido com a transformação social por meio da linguagem, da educação e da cultura. Sua formação integra as dimensões

acadêmica, técnica, pedagógica, inclusiva, científica, ética e socioemocional, assegurando sólida competência para atuar na educação básica e em outros contextos educacionais e culturais.

- Dimensão Acadêmica e Técnica

Deverá demonstrar domínio da Língua Portuguesa, da Linguística e da Literatura, articulando conhecimentos teóricos e práticos que possibilitem a análise crítica, a interpretação e a produção de textos em diferentes gêneros e contextos. Será capaz de planejar, executar e avaliar práticas pedagógicas e projetos de ensino em consonância com a Resolução CNE/CP nº 4/2024, a Resolução CNE/CES nº 18/2002 e a Lei nº 9.394/1996 (LDB).

- Dimensão Pedagógica

O egresso deverá aplicar metodologias inovadoras e interdisciplinares, desenvolver práticas centradas na aprendizagem e utilizar tecnologias educacionais, com ênfase na integração entre ensino presencial e a distância. Essa atuação alinha-se à Resolução CNE/CP nº 4/2024, ao Decreto nº 12.456/2025 e à Lei nº 11.892/2008, que orientam a formação docente e a oferta da Educação Profissional e Tecnológica.

- Dimensão Inclusiva e Social

Deverá promover a equidade e o respeito à diversidade, atuando de forma crítica e sensível em contextos de educação inclusiva, Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA- EPT), Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e educação de pessoas com deficiência e com altas habilidades. Também se espera o engajamento em ações comunitárias e projetos de extensão, em consonância com a Lei nº 12.711/2012, a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e o Decreto nº 10.502/2020 (Política Nacional de Educação Especial).

- Dimensão Investigativa e Científica

O egresso deverá integrar ensino, pesquisa e extensão, participando de grupos de estudo, projetos de iniciação científica e ações extensionistas. Espera-se produzir e socializar conhecimentos técnico-científicos voltados ao ensino de Língua e Literatura, conforme a Resolução CNE/CP nº 1/2021 e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI IFPB vigente).

- Dimensão Ética e de Cidadania

Deverá atuar com compromisso ético, autonomia intelectual e responsabilidade social, promovendo valores democráticos, culturais e humanísticos. Sua prática profissional deve contribuir para a construção de uma sociedade justa, plural e solidária, em conformidade com a LDB nº 9.394/1996, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e a Agenda 2030 da ONU (ODS 4 – Educação de Qualidade).

- Dimensão Socioemocional e Colaborativa

Por fim, o egresso deverá demonstrar competências socioemocionais voltadas à empatia, comunicação assertiva, trabalho em equipe, resolução de conflitos e adaptação a diferentes contextos educacionais e culturais. Essa dimensão reforça os princípios do PDI IFPB, em vigência, e das Diretrizes Nacionais de Formação de Professores da Educação Básica.

2.10. Estrutura Curricular

A Licenciatura em Letras é um curso que atua com conhecimento de caráter multidisciplinar, cuja especificidade se constitui de teorias e de práticas que preparam para a docência na Educação Básica e suas modalidades. Com base nesse entendimento e considerando a organização da Resolução CNE/CP nº 04, de 12 de março de 2024, e o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, a proposta curricular do curso inclui:

- Conteúdos que permitam a compreensão da área de Letras a partir de diversas áreas de conhecimento, sobretudo da área de formação geral;
- Conteúdos que fundamentam a prática da pesquisa como elemento essencial para a atualização, apropriação, domínio, disseminação e aplicação de avanços tecnológicos na área de atuação da Letras;
- Práticas de ensino e estágios que oportunizam o conhecimento sobre a realidade e a ação;
- Atividades de extensão realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares.

Os conhecimentos configurados no currículo envolvem as áreas dos conteúdos essenciais, previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais das Licenciaturas, Resolução CNE-CS nº 04/2024. O currículo do curso de primeira Licenciatura em Letras, está dividido em 4 (quatro) Núcleos de forma a contemplar os objetivos traçados nesse projeto:

- **NÚCLEO 1:** Estudos de Formação Geral. Composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar .
- **NÚCLEO 2:** Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional. Composto pelos conteúdos específicos da área de Letras.
- **NÚCLEO 3:** Atividades Acadêmicas de Extensão. Envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor da IES.
- **NÚCLEO 4:** Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório. Desenvolvimento de formação profissional, em ambiente escolar, a ser realizado em instituição de Educação Básica.

O curso de Licenciatura em Letras no Formato Semipresencial terá duração de 4 anos (8 períodos), podendo ser estendido por um prazo máximo de 6 anos (12 períodos). A carga horária total é de 3.280 horas, distribuídas entre os Núcleos I (930h), II (1.605h), III (345h), IV (400h). O curso será ofertado por meio de atividades presenciais, atividades síncronas mediadas (ASM) e da Educação a Distância, em atendimento à regulamentação vigente, o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que nos Incisos I e II, do Art. 11, determina o mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais; e 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas. A carga horária restante, será ofertada em Educação a Distância, caracterizando o curso no formato semipresencial.

As atividades presenciais serão desenvolvidas da seguinte forma: 1) atividades avaliativas distribuídas em 98 horas dos componentes curriculares do Núcleo I e 150 horas dos componentes curriculares do Núcleo II; 2) 345 horas de Atividades Curriculares de Extensão (Núcleo III); e, 3) 400 horas referentes ao Estágio Curricular Supervisionado (Núcleo IV), totalizando 993 horas.

As ASM serão distribuídas em 708 horas, nos componentes de Linguística e de Literatura, correspondentes ao Núcleo II.

A Educação a Distância será desenvolvida por meio de atividades síncronas e assíncronas, em componentes curriculares dos Núcleos I (832 h) e II (747 h), nos termos do Inciso I, do Art. 3º e do § 1º do Art. 4º do Decreto 12.456/2025, totalizando 1.579 horas.

Em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), o Estágio Curricular Obrigatório será ofertado ao longo do curso, desde o primeiro período, em escolas da rede pública, associado a cinco componentes curriculares destinados à orientação teórica e acompanhamento das atividades de observação em sala de aula, planejamento, regência, prática de ensino, observação da gestão escolar, projetos e registro das atividades.

As Atividades Acadêmicas de Extensão serão desenvolvidas a partir de três unidades curriculares, distribuídas no segundo, quarto e quinto semestres, de forma que cada uma delas será articulada com pelo menos uma área de conhecimento que compõe o Curso de Letras, a saber: Linguística, Literatura e Formação Pedagógica.

No quadro abaixo, as Atividades Formativas que serão ofertadas foram classificadas conforme o núcleo a que pertencem e o tipo da oferta:

Quadro 1- Componentes curriculares do Núcleo I

Componente Curricular	Sigla	Sem	CH Pres	CH ASM	CH EaD
Inglês Instrumental	II	1	4	–	41
Educação a Distância e suas Tecnologias	EADT	1	4	–	41
História da Educação Brasileira	HEB	1	4	–	56
Orientação do Estágio Supervisionado I	OES I	1	4	–	11
Metodologia da Pesquisa Científica	MPC	2	4	–	56
Filosofia da Educação	FE	2	4	–	56
Psicologia da Aprendizagem	PA	3	4	–	41
Orientação do Estágio Supervisionado II	OES II	3	4	–	11
Didática	DID	4	4	–	56
Orientação do Estágio Supervisionado III	OES III	4	9	–	21
Currículo e Avaliação	CAV	5	4	–	41
Educação Inclusiva	EI	6	4	–	56
Libras	LIBRAS	6	4	–	56
Orientação do Estágio Supervisionado IV	OES IV	6	4	–	11
Gestão e Fundamentos da Educação Básica	GFEB	7	4	–	56
Trabalho de Conclusão de Curso I	TCC I	7	4	–	41
Orientação do Estágio Supervisionado V	OES V	7	9	–	21
Tópicos em Projetos Especiais	TPE	8	4	–	26
Educação em Direitos Humanos	EDH	8	4	–	26
Educação Ambiental e Interdisciplinaridade	EAI	8	4	–	26
Sociologia da Educação	SE	8	4	–	41
Trabalho de Conclusão de Curso II	TCC II	8	4	–	41
<i>Totais Parciais</i>			98	0	832
Carga Horária Total do Núcleo I			930		

Quadro 2 - Componentes Curriculares do Núcleo II

Componente Curricular	Sigla	Sem	CH Pres.	CH ASM	CH EaD
Introdução aos Estudos Literários	IEL	1	4	56	–
Introdução à Linguística	IL	1	4	56	–
Leitura e Produção de Texto I	LPT I	1	9	51	–
Teoria Literária I	TL I	2	4	–	56
Morfologia da Língua Portuguesa	MLP	2	4	–	56
Literatura e Ensino	LE	2	9	-	36
Linguística I	L I	2	4	-	56
Teoria Literária II	TL II	3	4	56	–
Leitura e Produção de Texto II	LPT II	3	4	56	–
Literatura Brasileira I	LB I	3	4	-	41
Literatura Portuguesa I	LP I	3	4	-	41
Linguística II	L II	3	4	-	56
Literatura Brasileira II	LB II	4	4	56	–
Morfossintaxe	MS	4	4	56	–
Fundamentos Históricos da Língua Portuguesa	FHLP	4	4	-	56
Literatura Portuguesa II	LP II	4	4	-	41
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	MELP	5	9	51	–
Metodologia do Ensino de Literatura	MEL	5	9	51	–
Literaturas dos Povos Originários do Brasil	LPOB	5	4	-	26
Semântica da Língua Portuguesa	SLP	5	4	-	41
Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	FFLP	5	4	-	56
Literatura Brasileira III	LB III	6	4	56	–
Sociolinguística	SLG	6	4	56	–
Pragmática	PRG	6	9	–	36
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	LALP	6	4	-	41
Literatura Brasileira IV	LB IV	7	9	51	–
Literatura Infanto-Juvenil	LIJ	7	4	-	41
Literatura e Cultura Popular	LCP	7	4	-	26
Aquisição da Linguagem	AL	7	4	-	41
Literatura Brasileira V	LB V	8	4	56	–
<i>Totais Parciais</i>			150	708	747
Carga Horária Total do Núcleo II			1605		

Quadro 3 - Componentes Curriculares do Núcleo III

Componente Curricular	Sigla	Sem	CH Pres.	ASM	CH EaD
Práticas Curriculares de Extensão I	PCE I	2	120	-	-
Práticas Curriculares de Extensão II	PCE II	4	105	-	-
Práticas Curriculares de Extensão III	PCE III	5	120	-	-
<i>Totais Parciais</i>			345	0	0
Carga Horária Total do Núcleo III			345		

Quadro 4 - Atividade Presencial Formativa - Núcleo IV

Atividade Presencial Formativa (Decreto 12.456/2025, Art. 3º, inciso II)	Sigla	Sem.	CH Pres.	ASM	CH EaD
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	ECSO I	1	80	-	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	ECSO II	3	80	-	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	ECSO III	4	80	-	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	ECSO IV	6	80	-	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório V	ECSO V	7	80	-	-
<i>Totais Parciais</i>			400	0	0
Carga Horária Total do Núcleo IV			400		

2.10.1. Matriz Curricular

<u>PRIMEIRO PERÍODO</u>				
Unidade Curricular	CH	CH PR/PRES	CH CE	Formato
Introdução aos Estudos Literários	60	4	-	ASM
Introdução à Linguística	60	4	-	ASM
Leitura e Produção de Texto I	60	9	-	ASM
Educação a Distância e suas Tecnologias	45	4	-	EaD
Inglês Instrumental	45	4	-	EaD
História da Educação Brasileira	60	4	-	EaD
Orientação de Estágio Supervisionado I	15	4	-	EaD
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	80	80	-	Presencial
TOTAL	425	113	-	-

CH = Carga horária total

CH PR/PRES = Carga horária prática/presencial

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

SEGUNDO PERÍODO

Unidade Curricular	CH	CH PR/PRES	CH CE	Formato
Teoria Literária I	60	4	–	ASM
Morfologia da Língua Portuguesa	60	4	–	ASM
Literatura e Ensino	45	9	–	EaD
Linguística I	60	4	–	EaD
Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	–	EaD
Filosofia da Educação	60	4	–	EaD
Práticas Curriculares de Extensão I	120	120	120	Presencial
TOTAL	465	149	120	

CH = Carga horária total

CH PR/PRES = Carga horária prática/presencial

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

TERCEIRO PERÍODO

Unidade Curricular	CH	CH PR/PRES	CH CE	Formato
Teoria Literária II	60	4	–	ASM
Leitura e Produção de Texto II	60	4	–	ASM
Literatura Brasileira I	45	4	–	EaD
Literatura Portuguesa I	45	4	–	EaD
Linguística II	60	4	–	EaD
Psicologia da Aprendizagem	45	4	–	EaD
Orientação de Estágio Supervisionado II	15	4	–	EaD
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	80	80	–	Presencial
TOTAL	410	108	-	

CH = Carga horária total

CH PR/PRES = Carga horária prática/presencial

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<u>QUARTO PERÍODO</u>				
Unidade Curricular	CH	CH PR/PRES	CH CE	Formato
Literatura Brasileira II	60	4	–	ASM
Morfossintaxe	60	4	–	ASM
Fundamentos Históricos da Língua Portuguesa	60	4	–	EaD
Literatura Portuguesa II	45	4	–	EaD
Didática	60	4	–	EaD
Práticas Curriculares de Extensão II	105	105	105	Presencial
Orientação de Estágio Supervisionado III	30	9	–	EaD
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	80	80	–	Presencial
TOTAL	395	214	105	

CH = Carga horária total

CH PR/PRES = Carga horária prática/presencial

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<u>QUINTO PERÍODO</u>				
Unidade Curricular	CH	CH PR/PRES	CH CE	Formato
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60	9	-	ASM
Metodologia do Ensino de Literatura	60	9	-	ASM
Literaturas dos Povos Originários do Brasil	30	4	-	EaD
Semântica da Língua Portuguesa	45	4	-	EaD
Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60	4	-	EaD
Currículo e Avaliação	45	4	-	EaD
Práticas Curriculares de Extensão III	120	120	120	Presencial
TOTAL	420	158	120	

CH = Carga horária total

CH PR/PRES = Carga horária prática/presencial

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

SEXTO PERÍODO

Unidade Curricular	CH	CH PR/PRES	CH CE	Formato
Literatura Brasileira III	60	4	-	ASM
Sociolinguística	60	4	-	ASM
Pragmática	45	9	-	EaD
Literaturas Africanas em Língua Portuguesa	45	4	-	EaD
Educação Inclusiva	60	4	-	EaD
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	4	-	EaD
Orientação de Estágio Supervisionado IV	15	4	-	EaD
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	80	80	-	Presencial
TOTAL	425	113	-	

CH = Carga horária total

CH PR/PRES = Carga horária prática/presencial

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

SÉTIMO PERÍODO

Unidade Curricular	CH	CH PR/PRES	CH CE	Formato
Literatura Brasileira IV	60	9	-	ASM
Literatura Infantil e Juvenil	45	4	-	EaD
Literatura e Cultura Popular	30	4	-	EaD
Aquisição da Linguagem	45	4	-	EaD
Gestão e Funcionamento da Educação Básica	60	4	-	EaD
Trabalho de Conclusão de Curso I	45	4	-	EaD
Orientação de Estágio Supervisionado V	30	9	-	EAD
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	80	80	-	Presencial
TOTAL	395	118	-	

CH = Carga horária total

CH PR/PRES = Carga horária prática/presencial

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

OITAVO PERÍODO				
Unidade Curricular	CH	CH PR/PRES	CH CE	Formato
Literatura Brasileira V	60	4	-	ASM
Tópicos em Projetos Especiais	30	4	-	EaD
Educação e Direitos Humanos	30	4	-	EaD
Educação Ambiental e Interdisciplinaridade	30	4	-	EaD
Sociologia da Educação	45	4	-	EaD
Trabalho de Conclusão de Curso II	45	4	-	EaD
TOTAL	240	24	-	

CH = Carga horária total

CH PR/PRES = Carga horária prática/presencial

CH CE = Carga horária da Curricularização da Extensão

<u>Resumo da distribuição da oferta da carga horária (Decreto nº 12. 456/2025)</u>		
<u>Atividades Presenciais</u>		
	CH	(%)
Componentes curriculares do Núcleo I	98	3
Componentes Curriculares do Núcleo II	150	4,6
Componentes Curriculares do Núcleo III	345	10,5
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório – Núcleo IV	400	12,2
Subtotal 1	993	30,3
<u>Atividades Síncronas Mediadas</u>		
Componentes Curriculares do Núcleo II	708	21,5
Subtotal 2	708	21,5
<u>Unidades Curriculares em EAD</u>		
Componentes Curriculares do Núcleo I	832	25,4
Componentes curriculares do Núcleo II	747	22,8
Subtotal 3	1589	48,2
Integralização da CH (Subtotal 1+2+3)	3.280	100

QUADRO RESUMO (Resolução CNE - CS nº 04/2024)

Estrutura e Currículo	Carga Horária	Percentual (%)
Componentes Curriculares do Núcleo I *	930	28,4
Componentes Curriculares do Núcleo II	1605	49
Componentes Curriculares do Núcleo III	345	10,5
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório– Núcleo IV	400	12,1
Integralização da CH	3.280	100

*Inclui as disciplinas TCC 1 e TCC 2, que visam orientar a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

2.11. Conteúdos Curriculares

Os Conteúdos Curriculares para o curso de Licenciatura em Letras do IFPB - Campus João Pessoa são organizados em uma estrutura que contempla os seguintes núcleos de formação: formação geral, formação específica profissional, atividades de extensão e estágio curricular. Esta organização se baseia na Resolução CNE/CP nº 04 de 12 de março de 2024, que visa proporcionar uma formação abrangente, preparando os alunos para os desafios do mundo do trabalho e da sociedade em geral, a saber:

a. Estudos de Formação Geral - EFG: composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar;

b. Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - AACE: conteúdos específicos da área de Letras, contemplando objetos de conhecimento da Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos;

c. Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE: práticas vinculadas aos componentes curriculares em ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação de um professor formador da IE;

d. Estágio Curricular - EC: realizado em instituição de Educação Básica, para favorecer a conexão entre os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

Essa estrutura curricular é projetada para desenvolver profissionais qualificados, com conhecimento técnico, habilidades práticas e uma compreensão abrangente do processo da educação.

Neste PPC, a carga horária das unidades curriculares estão contabilizadas em hora-relógio, ou seja, de 60 minutos. Cada um dos componentes curriculares tem a carga horária definida a partir da sua natureza teórica e prática, variando conforme a complexidade dos conteúdos e da finalidade que exercem na composição dos conhecimentos exigidos pelo perfil profissional da docência em Letras. Dessa forma, as disciplinas podem apresentar carga horária de 15h, 30h, 45h e 60h. Saliente-se que as disciplinas com menor carga horária(15h) destinam-se a orientações para a prática de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nas escolas da rede pública. Para integralização da carga horária total do curso, devem ser consideradas as formas de contabilização das Atividades Presenciais, das Atividades Síncronas Mediadas e as Atividades em EaD, na forma a seguir:

- a. **Oferta de Atividades Presenciais:** serão contabilizadas em hora-relógio (60 min)
- b. **Oferta de componentes curriculares em Aulas Síncronas Mediadas:** serão contabilizadas em hora-relógio (60 min), com registro de frequência dos estudantes;
- c. **Oferta de componentes curriculares e em Educação a Distância:** no IFPB, a hora-aula dos componentes curriculares em EAD, por sua natureza, são contabilizadas em 60 minutos, igualando-se à hora-relógio. Portanto, a execução da carga horária será contabilizada conforme a metodologia de ensino e o desenho instrucional aplicado no IFPB. Os componentes curriculares serão organizados por Semanas Didáticas (SD) no

AVA, cada uma delas correspondendo a uma temática geradora, guiada pelo material didático disponibilizado, desenvolvida por meio de interações, síncronas e assíncronas e a utilização de ferramentas avaliativas disponibilizadas no Moodle. O semestre deverá ser integralizado em, no mínimo, 17 semanas de aulas.

De acordo com a tipologia da carga horária do componente curricular (15, 30, 45 ou 60 horas), cada semana didática desenvolverá um tema referente à ementa, conforme a complexidade e finalidade da disciplina no conjunto de saberes, habilidades e competências do curso. A partir destes parâmetros, podemos compreender a equivalência de Carga Horária do Componente Curricular (CHCC) da seguinte forma: $HR \times SD = CHCC$, obtendo os seguintes dados para sua integralização:

HR	SD	CHCC
15	1	15
30	2	15
45	3	15
60	4	15

As semanas restantes serão destinadas às atividades de finalização do semestre, incluindo aulas de aprofundamento dos conhecimentos, revisões, a obrigatoriedade das Avaliações Presenciais, a reposição das Avaliações Presenciais e a Avaliação Final, em cumprimento à Resolução CONSUPER Reitoria/IFPB nº 72 /2021.

- d. **Práticas de Atividades Acadêmicas de Extensão:** as 345 horas de Práticas Curriculares de Extensão serão contabilizadas em horas-relógio, vinculadas ao Projeto de Extensão cadastrado pelo Professor Regente junto à Coordenação de Extensão do Campus em que o estudante está matriculado. Serão executadas três unidades curriculares, por meio do desenvolvimento de Projetos de Extensão, respeitando a carga horária prevista para a

integralização de cada componente curricular constante na matriz deste PPC. As horas serão distribuídas pelas semanas do semestre letivo, em cada componente curricular, conforme as atividades de planejamento e execução de cada um dos projetos, junto à Unidade de Educação Básica parceira.

- e. **Prática de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:** as 400 horas destinadas ao cumprimento desta unidade curricular serão desenvolvidas em escolas da rede pública, por meio de Termo de Compromisso a ser gerenciado pela Coordenação de Estágios do Campus em que o estudante está matriculado. As horas serão contabilizadas em hora-relógio e o cumprimento da carga horária será realizado por meio de Folha de Frequência, com registro dos dias e horários, assinada pelo próprio estudante e pelo Supervisor da Unidade de Ensino da Educação Básica responsável pelo estudante-estagiário, sujeita à conferência do docente responsável pelo Componente Curricular de Orientação do Estágio Supervisionado, em cada um dos períodos em que a unidade curricular é ofertada, conforme a matriz curricular.

2.11.1. Do Formato Semipresencial

O Decreto 12.456/2025 que alterou o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, reorganizou os formatos de oferta dos cursos de graduação, vedou (Art. 8º) a oferta de cursos de licenciatura em EaD e determinou que o Formato Semipresencial (Art. 11º) desenvolva 30% de atividades presenciais e 20% de Aulas Síncronas Mediadas. Considerando os treze anos de experiência acumulada na oferta do Curso de Licenciatura em Letras EaD, após reuniões de esclarecimento sobre as normativas publicadas, com o corpo docente e com a gestão do IFPB, decidiu-se por adotar o Formato Semipresencial para conduzir a adequação do curso às novas diretrizes legais, objeto deste PPC. Em cumprimento aos parâmetros determinados pelo decreto e sob a guarda da Resolução CNE-CP nº 04/2024, o curso será organizado conforme a descrição que se segue.

A Licenciatura em Letras Semipresencial, institucional (sem fomento externo), possui carga horária total de 3.280 horas, que serão distribuídas em Atividades Presenciais, Atividades em EaD, Atividades Acadêmicas de Extensão e Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório. As atividades presenciais serão compostas pela oferta de 98 horas no Núcleo I, 150 horas do Núcleo II, 345 horas de Atividades Acadêmicas de Extensão e 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, somando 993 horas. Serão destinadas 708 horas do Núcleo II às Aulas Síncronas Mediadas. As atividades em EaD serão compostas por unidades curriculares dos Núcleos I e II, que perfazem um total de 1.589 horas.

O Formato Semipresencial, nos termos do decreto que norteia a estruturação deste PPC, é uma iniciativa original para o IFPB, uma vez que, orientado pelas normativas ministeriais e do CNE, tipifica os cursos superiores de graduação ofertados na instituição em Presenciais e EAD. Embora tenha sido autorizada a oferta de componentes curriculares em EAD nos cursos presenciais, pela Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, e tenha sido iniciado o processo de oferta de até 20% da carga horária total de cursos presenciais em EaD, foi mantida a classificação dos cursos superiores de graduação em presenciais e EAD. Desse modo, o formato caracterizado neste PPC não tem previsão normativa no IFPB, sendo necessário amparar-se pelo Decreto 12.456/2025 e no Regimento Didático dos Cursos Superiores e a Distância do IFPB, conforme a Resolução Ad Referendum nº 31, de 21 De Novembro de 2016.

O formato semipresencial, constituído a partir da estrutura de oferta de cursos que foram originalmente autorizados a serem executados em EAD, deve considerar não só a metodologia aplicada na EAD, como prever a dinâmica das aulas presenciais nos campi que se constituem como PEaD, de forma integrada aos princípios didático-pedagógicos já consolidados.

Desta forma, a dinâmica da oferta do Curso Semipresencial Institucional deve ser amparada por uma sistemática de gestão do ensino que articule a Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras com os Diretores de Desenvolvimento do Ensino (DDE) de cada um dos campi que sedia um PEaD, a fim de que as condições imprescindíveis para a execução da carga horária das Atividades em EaD, das Atividades Presenciais e das Aulas Síncronas Mediadas

ocorram de maneira integrada, em conformidade com a matriz curricular aprovada pela Comissão de Elaboração do PPC e na melhor condição para o estudante. Vale ressaltar que, uma vez matriculado, o estudante deve receber uma educação de qualidade e com previsibilidade de conclusão da carga horária necessária para a integralização do curso no tempo previsto.

Neste sentido, as atribuições do Campus Ofertante e dos campi PEaD devem ser discriminadas, minimamente, da seguinte forma:

Campus Ofertante: lugar que sedia a coordenação do curso, institui o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado, disponibiliza a infraestrutura necessária para a oferta, como os diários de classe, espaço físico para o trabalho da coordenação e docentes, para sediar o PEaD, servidores técnico-administrativos, salas de aula para a execução dos componentes curriculares presenciais; atribui carga horária docente para as atividades presenciais e em EaD conforme a demanda discriminada pela coordenação do curso.

Campus PEaD: lugar que sedia a coordenação do PEaD, disponibiliza a infraestrutura necessária para o funcionamento do PEaD e para atender os estudantes nele matriculados, as salas de aula para a execução das Atividades Presenciais; atribui carga horária docente de professores lotados no respectivo Campus, para as Atividades Presenciais, as Aulas Síncronas Mediadas e em EaD conforme a demanda discriminada pela coordenação do curso.

Em tempo, será necessário estabelecer termos de Cooperação Técnica com os campi, para que os docentes que não são lotados no Campus Ofertante possam integrar os diários de classe de componentes curriculares ofertados em EAD e na forma presencial, que serão gerenciados por esta unidade administrativa. Para a execução do formato semipresencial, que congrega as características da EaD e a educação presencial, que se propõe como uma oferta multicampi, deve-se prever docentes para orientar as atividades de extensão, ministrar os componentes curriculares ofertados em EaD, orientar Trabalho de Conclusão de Curso e outras atividades acadêmicas, conforme a disponibilidade de carga horária, sem comprometimento do trabalho docente, nos termos da Resolução CONSUPER/IFPB nº 9/2023.

É mister esclarecer que, a Diretoria de Educação a Distância é a unidade gestora com competência para a articulação e normatização deste processo de estruturação do Curso Semipresencial, conforme está previsto nos incisos I, II e III do Art. 111 da RESOLUÇÃO Nº 144-CS/IFPB, de 11 de agosto de 2017.

A informação de oferta de disciplinas nos formatos EaD e presencial deve ser divulgada no portal do IFPB em ações de publicidade, durante os processos seletivos, para que a comunidade e o público-alvo possam ter ciência do formato adotado.

2.11.2 Da oferta das Atividades Presenciais

A carga horária referente às atividades presenciais será distribuída em todos os componentes curriculares, destinada ao desenvolvimento de práticas em consonância com a natureza da disciplina, conforme discriminado nos quadros I e II. Somam-se as Atividades Curriculares de Extensão e a Prática de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, conforme os quadros III e IV. Caberá à gestão do campus que sedia um PEaD providenciar a carga horária docente necessária, designando os professores que serão responsáveis pela sua execução.

2.11.3 Da Oferta dos Componentes Curriculares em Aulas Síncronas Mediadas (ASM)

Serão ofertadas por meio da plataforma de ensino, de forma síncrona, como registro de frequência dos participantes, nos termos do Decreto 12.456/2025.

2.11.4 Da oferta dos componentes curriculares Educação a Distância (EAD)

O IFPB acumulou significativa experiência na oferta da EAD, o que foi reconhecido na última avaliação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), quando obteve a nota máxima, cinco. É possível indicar como a modalidade democratizou o acesso à educação, mudando

caminhos, alcançando as realidades mais diversas, conforme se verifica no Quadro 6, que indica a expansão da modalidade EAD no IFPB, no ensino técnico, na graduação e na pós-graduação.

Quadro 6 – Cursos ofertados na Modalidade EAD pelo IFPB

Nível	CURSO
Médio (subsequente)	<ul style="list-style-type: none">- Comércio Exterior- Guia de Turismo- Serviços Jurídicos- Informática para a Internet- Transações Imobiliárias
Especialização Técnica	<ul style="list-style-type: none">- Guia em atrativo turístico natural
Graduação	<ul style="list-style-type: none">- Letras - Língua Portuguesa- Administração Pública- Licenciatura em Computação- Licenciatura em Pedagogia
Pós-Graduação (lato sensu)	<ul style="list-style-type: none">- Docência para Educação Profissional e Tecnológica- Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos- Línguas Estrangeiras Modernas- Ensino de Ciências e Matemática

Fonte: IFPB - Portal do estudante

O campus João Pessoa foi pioneiro na oferta do ensino na modalidade Educação a Distância sem fomento, integralmente institucional, com a oferta do Curso de Licenciatura em Letras EaD, desde 2012. À época, foi ofertado também o Curso de Bacharelado em Administração Pública, fomentado pela Universidade Aberta do Brasil (2013-2019), os programas da Rede e-Tec em nível Pós-médio, Segurança do Trabalho e Secretaria Escolar, entre os anos de 2013 e 2017, bem como o programa Médio-Tec. Recentemente foram autorizados os Cursos de Licenciatura em Pedagogia, sediado no Campus Cabedelo Centro e o Curso de Licenciatura em Computação, sediado no Campus João Pessoa, ambos fomentados pela UAB.

A expansão da modalidade na instituição demandou a criação da Diretoria de Educação a Distância, vinculada à Pró-reitoria de Ensino, com a finalidade de viabilizar, normatizar e

disseminar as ações realizadas na modalidade, bem como articular com as diversas instâncias institucionais e externas à instituição, as quais contribuem para o desenvolvimento das atividades de ensino pesquisa e extensão em EaD.

O desafio de construir uma proposta de oferta que mantenha a formação de qualidade para os estudantes, especialmente com a finalidade de atender um público que por motivos diversos não tem a possibilidade de se dedicar inteiramente a atividades acadêmicas presenciais, motivou o esforço presente neste PPC. Haja vista que em 2012, quando foi elaborada a proposta do Curso de Letras em EaD, a intenção era a de criar a oportunidade para que pessoas tradicionalmente excluídas do processo formal de educação superior, pudessem dar continuidade a seus estudos. Além disso, a proposta se alinha com a necessidade de formação de professores, o que contribui com o cumprimento das Meta 15, descrita no PNE 2014-2024 e que deverá ser mantida no próximo documento decenal, em vista das recentes notícias da necessidade de formar quadros para atuar na Educação Básica.

As diretrizes institucionais, consolidadas por meio de Resoluções, Portarias e Instruções normativas orientam a construção deste PPC. O desenvolvimento das atividades em EAD são coordenadas pela Diretoria de Educação a Distância, unidade administrativa vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PRE), que dentre as suas principais funções, deve articular, implementar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução de ações e projetos de educação a distância (Resolução nº 144 - Conselho Superior/IFPB, de 11 de agosto de 2017).

A oferta de componentes curriculares em EAD tem por finalidade garantir o acesso do estudante, a flexibilidade do ensino e a qualidade da educação. Estes aspectos são expressos no cuidado com os elementos essenciais para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem em EaD, como a Infraestrutura dos PEaD vinculados ao curso, as funções, conhecimentos, saberes, habilidades e atribuições docentes, a mediação da aprendizagem, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), os materiais didáticos e as estratégias de avaliação.

2.11.5 Infraestrutura do Polo de Educação a Distância

Para o funcionamento do Curso de Licenciatura em Letras na modalidade de EaD foram constituídos quatro polos para atendimento presencial dos estudantes, nos campi Campina Grande, João Pessoa, Picuí e Sousa. Para prosseguir com a oferta da Licenciatura em Letras, doravante no formato semipresencial, esses continuarão a dispor das instalações físicas, recursos humanos, didático-pedagógicos e equipamentos eletrônicos já adquiridos e instalados. É notório informar que em cada um dos PEaD, há uma coordenação de polo que, em articulação com a Coordenação do Curso, é responsável por conduzir as atividades avaliativas presenciais, os encontros presenciais, orientar os estudantes, estabelecer o horário de funcionamento do pólo para atendimento de professores e estudantes, acompanhar o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos estudantes do curso vinculados ao polo e demais ações necessárias, conforme a realidade do Campus em que estão sediados.

A estrutura e funcionamento dos polos seguem as diretrizes estabelecidas pela Resolução CS/IFPB nº 50/2019, que regulamenta a infraestrutura mínima necessária para os Polos Institucionais de Educação a Distância no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Esta resolução assegura que os estudantes tenham acesso a recursos e serviços adequados para o pleno desenvolvimento das atividades educacionais a distância, garantindo a qualidade e eficácia do processo de ensino-aprendizagem.

O Polo João Pessoa é o Campus ofertante e possui uma Coordenação de Educação a Distância, que tem a responsabilidade de auxiliar tanto os estudantes quanto os professores que participam da oferta da EAD. Ela desempenha um papel crucial no fornecimento de apoio para o desenvolvimento de metodologias de ensino, na das tecnologias de informação e comunicação e na promoção da familiarização dos estudantes e professores com o uso das plataformas educacionais. Essa coordenação desempenha um papel central em garantir que os cursos na modalidade EAD sejam engajadores e acessíveis. Facilita a adaptação às dinâmicas de ensino online, além de assegurar que tanto os educadores quanto os alunos possam aproveitar ao

máximo as oportunidades educacionais proporcionadas pelas plataformas de aprendizagem digital.

2.11.6 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de mediação da aprendizagem.

Em conformidade com o Art. 36 da Resolução CONSUPER nº 9/2024 IFPB, quando o número de estudantes matriculados em um componente curricular ofertado em EaD exceder a 40, se fará necessária a atuação de um mediador de aprendizagem.

As disciplinas ofertadas no formato EaD serão conduzidas pelo Professor Formador, responsável por organizar, preparar e disponibilizar os materiais didáticos concernentes ao conteúdo disciplinar e mediar a aprendizagem junto aos estudantes. É ainda de sua responsabilidade conceber a Avaliação Presencial e disponibilizar no AVA, na Sala da Coordenação do Curso, o documento que será aplicado nos PEAD, atendendo aos prazos determinados, para sua impressão e posterior aplicação, em tempo previsto no calendário do Curso. O professor formador dos componentes curriculares em EaD contará com a designação de mediadores de aprendizagem, considerando o número de alunos da disciplina. Neste caso, o professor formador e o mediador da aprendizagem realizarão atividades de planejamento que permitam o desenvolvimento das atividades de forma articulada e a partir de decisões didático-pedagógicas conciliadas, respeitando-se a autonomia docente e o melhor desenvolvimento do estudante.

O mediador da aprendizagem envolvido nas atividades de ensino a distância deve engajar-se em tarefas educacionais que estejam alinhadas com a proposta didático-pedagógica do componente curricular. Tais atividades podem incluir:

a) Participação em momentos síncronos, denominados de Web-aula, seja auxiliando o professor formador ou conduzindo exposições sobre temas relevantes ao currículo;

b) Suporte aos estudantes, esclarecendo dúvidas e respondendo a perguntas relacionadas ao conteúdo do curso em tempos e espaços, em conformidade às decisões didático-pedagógicas elaboradas em conjunto com o Professor Formador;

c) Execução de outras tarefas planejadas para o melhor desenvolvimento da disciplina e em atenção às necessidades da coordenação do curso, tais como a aplicação de provas presenciais, participação em reuniões, em momentos de acolhimento e ambientação dos estudantes.

2.11.7 Experiência no exercício da docência na educação a distância

Deve-se considerar que este PPC se propõe a ofertar no formato Semipresencial, nos termos do Decreto 12.456/2025, o Curso de Licenciatura em Letras, que durante treze anos foi disponibilizado à sociedade paraibana na modalidade EaD. Por isso, pretende-se que o corpo docente seja composto por professores efetivos e substitutos, lotados no IFPB, e que tenham acumulado experiência ao longo do período supracitado. Nestes treze anos de funcionamento, professores atuaram nos papéis de formadores e/ou mediadores de aprendizagem, desenvolvendo métodos, técnicas e abordagens que viabilizassem a oferta institucionalizada (sem fomento) da Educação a Distância, além de desenvolver pesquisa na área, com reconhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicações e publicações em eventos acadêmico-científicos.

Os docentes do Curso de Licenciatura em Letras desenvolveram, ainda, de forma inédita, o Programa de Iniciação à Docência e o Programa de Residência Pedagógica, adaptados à realidade da EAD. Os docentes participam periodicamente de formações continuadas, proporcionadas pela Diretoria de Educação a Distância do IFPB (DED-IFPB), com foco no aprimoramento do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), fortalecendo a qualidade do ensino e a interação com os estudantes na modalidade EaD.

2.11.8 Ambiente Virtual de Aprendizagem

Em conformidade à Portaria 352/2023 - REITORIA/IFPB, de 17 de fevereiro de 2023, que institui a Plataforma Moodle como o Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional para a oferta de Cursos e Componentes Curriculares na EaD, o Curso de Letras a Distância ofertará as unidades curriculares em EaD por meio do endereço eletrônico e ava.ead.ifpb.edu.br, hospedado no Sistema Unificado de Administração Pública/IFPB (SUAP.Edu/IFPB).

Os denominados de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (doravante AVA) vêm cumprindo o papel de promover a convergência das diversas mídias (som, palavra, imagem etc.) num ambiente propício à interação, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação humana e profissional. Por meio da adoção do AVA como espaço de realização das ações voltadas ao processo de ensino e de aprendizagem, os conteúdos necessários a essa formação poderão ser trabalhados mediante a utilização de: ferramentas de interação on-line, tais como fórum, wiki, redes sociais, chat, e-mail, entre outras; ferramentas de colaboração; orientações por meio de videoconferências, áudios, web-conferências, vídeoaulas, entre outras; materiais didáticos produzidos em linguagem dialógica pelo docente ou por terceiros, desde que com a devida autorização; materiais didáticos que oportunizam acessibilidade aos alunos com deficiência motora, física ou cognitiva.

Cada meio descrito acima deverá ser adotado pelos docentes de maneira a se adequar aos objetivos propostos para o respectivo componente curricular. O docente tem plena liberdade de escolha, devendo atentar para o fato de que a diversificação desses instrumentos favorece o aprendizado, enriquece as experiências educativas, quebrando a monotonia do texto escrito na interação. Ressalta-se que o fundamento básico da presente proposta é a interação constante, e com qualidade, que respeita o aluno dentro de suas limitações técnicas ou de formação, interação sem a qual o processo de ensino e de aprendizagem torna-se mecânico. A intervenção do docente, seja na figura do formador ou do mediador (papéis que serão delineados mais adiante),

ou mesmo dos profissionais de apoio ao curso, contribui para o fortalecimento de um modelo que favorece a construção da autonomia do aluno.

As ações educativas a distância serão realizadas por meio da plataforma Moodle (AVA adotado pelo IFPB para a oferta de seus cursos a distância), conforme a Portaria Reitoria/IFPB nº 352/2023, a qual tem papel fundamental para a viabilização da oferta de componentes curriculares em EaD. É por meio desse ambiente que são disponibilizados os materiais produzidos pela Instituição que alicerçam tal proposta.

A oferta das disciplinas EaD deve distribuir os conteúdos em semanas didáticas, apresentando uma sequência de procedimentos de aprendizado, que oferecem aos estudantes, estratégias diversas de aquisição de conhecimento. Nesse sentido, cada semana deve apresentar:

- a) Roteiro de estudos;
- b) Material didático que apresenta o tema a ser estudado;
- c) Material complementar que apresenta artigos, vídeos os e/ou outros materiais que diversifique a abordagem metodológica do tema e que apresentem alternativas de aprendizado ao estudante;
- d) Um Fórum de Interação;

Em conformidade com as decisões didático-pedagógicas do professor regente da disciplina, deve ser acrescentada uma ferramenta avaliativa, disponível no AVA, a fim de atender ao cômputo das notas, conforme discrimina a RESOLUÇÃO-CS Nº 72/2019.

2.11.9 Material didático

A oferta da EaD do IFPB adota um desenho instrucional próprio, compreendido como um instrumento didático que orienta o docente no planejamento da oferta da disciplina em EaD, fornecendo ao estudante a possibilidade de se organizar para cumprir o programa de estudos e a avaliação.

Para a apresentação do tema de estudos semanais, serão adotados materiais didáticos que subsidiem os estudos teóricos de forma autônoma pelo discente e que possam apresentar atividades para fomentar a aprendizagem. Nesse sentido, o IFPB consolidou, por meio da Resolução CS Nº 51/2019, o fluxo de aquisição e produção de materiais didáticos para cursos em EaD, o que viabiliza a elaboração e/ou aquisição/licenciamento dos materiais necessários para a oferta das disciplinas, podendo também utilizar materiais já consolidados e utilizados em cursos e disciplinas análogas já existentes nesta instituição ou em outras IES.

Os materiais didáticos próprios do IFPB, produzidos para oferta de disciplinas na modalidade EaD, devem ser estruturados, *a priori*, em quatro parâmetros metodológicos: apresentação dos objetivos de aprendizagem e antecipação dos conteúdos por meio de estímulos ao aprendiz; desenvolvimento do conteúdo, acompanhado de sugestões de leituras complementares; discussão para consolidação da aprendizagem por meio de resumo/reforço desses conhecimentos estratégicos do tema; e exercícios e atividades de autoavaliação, permitindo que o aluno aplique os conhecimentos adquiridos e avalie seu próprio progresso na compreensão dos conteúdos.

O material didático que norteia os princípios metodológicos do Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial foi construído em linguagem dialógica e pensado para o desenvolvimento da carga horária de cada componente curricular, obedecendo à métrica de equivalência das semanas didáticas à quantidade de horas-relógio, conforme descrita em seção anterior.

2.11.10 Ambientação na EAD para os discentes

Para promover a imersão na educação a distância o Curso de Letras deve implementar mecanismos de familiarização que preparem os discentes para as particularidades dessa modalidade. A seguir, são especificados os mecanismos adotados para o processo de ambientação inicial e continuada com o ensino na modalidade a distância no âmbito do curso:

- a) **Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA):** antes do início das aulas, os alunos participarão de uma sessão introdutória sobre o uso do sistema Moodle, que é a plataforma escolhida para as aulas em EaD. Esta sessão incluirá tutoriais sobre como navegar no ambiente, acessar materiais, participar de fóruns e realizar atividades online. Além de abordar as competências digitais básicas necessárias para estudar online, estratégias de estudo a distância e familiarização com ferramentas digitais.
- b) **Suporte Técnico e Pedagógico:** uma equipe de suporte técnico estará disponível para ajudar os alunos e professores com problemas técnicos relacionados ao Moodle ou outras tecnologias de EaD.
- c) **Recursos Multimídia e Interativos:** Para promover um ambiente de aprendizagem envolvente, serão utilizados recursos multimídia, como vídeos, podcasts e simulações interativas. Isso ajudará os alunos a se engajarem com o conteúdo de maneira mais dinâmica e interativa.
- d) **Avaliação Contínua:** Serão implementados sistemas de avaliação contínuos para que os alunos e docentes possam monitorar o progresso e entender onde precisam melhorar. Isso incluirá autoavaliações, quizzes online e feedback personalizado.
- e) **Programa de Monitoria:** Alunos mais experientes poderão ser selecionados, de forma voluntária, ou mediante recebimento de bolsas para atuar junto aos novos alunos, de modo a auxiliá-los a se adaptarem ao aprendizado online, oferecendo conselhos, compartilhando experiências e fornecendo apoio acadêmico, quando necessário.

2.11.11 Flexibilidade, Interdisciplinaridade e Acessibilidade Metodológica

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras é projetada para ser dinâmica e responsiva às necessidades dos alunos e às tendências das práticas educacionais, favorecendo o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

O Curso de Licenciatura em Letras foi construído com um olhar atento à flexibilidade, interdisciplinaridade e acessibilidade metodológica, elementos essenciais para uma educação contemporânea e inclusiva. Esses três pilares são fundamentais para atender às demandas e expectativas de desenvolvimento regional e nacional, além de proporcionar uma formação integral do educando.

A estrutura curricular do curso busca promover a interdisciplinaridade por meio da oferta de disciplinas que dialogam e se complementam a cada período. A interação entre os conhecimentos de diferentes áreas e unidades de ensino é enriquecida por temas transversais e princípios de ética e cidadania. Desta forma, a relevância de cada conteúdo é medida pela sua contribuição efetiva ao desenvolvimento de competências profissionais específicas. A interdisciplinaridade é fortalecida por algumas estratégias: a articulação entre as disciplinas do Núcleo I e do Núcleo II em cada período que, vinculadas ao desenvolvimento dos projetos que serão desenvolvidos na prática de extensão, bem como na prática de estágio supervisionado, visam proporcionar uma compreensão holística da atividade profissional - a prática docente; a oferta da disciplina Educação Ambiental e Interdisciplinaridade, pela qual se pretende investigar as relações entre a sociedade, a natureza e o ensino de Língua Portuguesa e de Literatura como ação transformadora.

Do primeiro ao oitavo períodos, é oferecido um grupo variado de disciplinas, complementadas por atividades que unem saberes e conteúdos de múltiplas áreas.

A acessibilidade metodológica se manifesta na variedade curricular, na flexibilidade temporal e na adoção de recursos pedagógicos e técnicas de estudo alinhadas com a filosofia de ensino dos docentes. O curso se empenha em remover obstáculos ao aprendizado, promovendo

um ambiente educacional inclusivo, que atenda às necessidades de todos os alunos. Isso envolve a utilização de tecnologias de informação e comunicação para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, bem como para integrar os alunos ao ambiente digital. Neste contexto, a Licenciatura em Letras adota medidas para assegurar a acessibilidade metodológica, incluindo adaptações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), nos planos de ensino e nas avaliações, e liberdade para o protagonismo e atualização das práticas docentes, além de oferecer uma diversidade curricular e flexibilidade de tempo, com recursos destinados apoiar o processo de aprendizagem.

2.11.12 LIBRAS

No Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a integração do componente curricular de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS ao currículo segue as diretrizes da Instrução Normativa PRE Nº 2 de 2016. Esta normativa alinha-se com o Art. 3 do Decreto no 5.626 de 2005, que legitima a LIBRAS como meio oficial de comunicação e expressão para a comunidade surda no Brasil.

Para o Curso de Licenciatura em Letras, LIBRAS é apresentada como uma disciplina obrigatória, ofertada em um semestre, em conformidade com o artigo terceiro do Decreto nº 5.626/2005, que preconiza acerca da inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e nos cursos de Fonoaudiologia.

A ementa do curso de LIBRAS abrange uma introdução aos aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos da língua de sinais, além de um vocabulário básico e um olhar sobre a História da Educação de Pessoas Surdas. Também são abordadas as concepções socioculturais da surdez e suas implicações em contextos sociais, linguísticos, legais e culturais.

2.11.13 Atividades Acadêmicas de Extensão

A curricularização da extensão no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) representa a integração das atividades extensionistas aos cursos de graduação, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse processo tanto promove a extensão como parte fundamental da formação dos estudantes, como também cria um espaço para ações que promovem transformações sociais.

A Resolução CNE/CES Nº 07/2018 e a Resolução CS/IFPB Nº 34/2022 delineiam a extensão como uma atividade interdisciplinar que promove uma interação transformadora entre as instituições de ensino superior e outros setores da sociedade. Conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) e as diretrizes do IFPB, pelo menos 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação devem estar vinculados a ações de extensão com relevância social. A Resolução CNE/CES Nº 04/2024 define que as atividades de extensão ocorram de forma presencial, a partir de princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento dos profissionais do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa, conforme descrito no Art. 7º, parágrafo II.

A implementação da curricularização da extensão no Curso de Licenciatura em Letras ocorrerá por meio dos componentes curriculares denominados Práticas Curriculares de Extensão, distribuídos em três semestres. As Atividades Práticas de Extensão serão realizadas em colaboração com as instituições públicas de Educação Básica, onde os estudantes assumirão um papel central no desenvolvimento das ações, com o suporte de professores e técnicos envolvidos no projeto. A extensão, portanto, se estabelece como um processo participativo e colaborativo, que desafia e integra a comunidade acadêmica e a sociedade, em um ambiente de ensino-aprendizagem recíproco e dialógico.

O professor regente de cada um dos componentes curriculares supramencionados desenvolverá um projeto de atuação, pelo qual será o responsável quanto a orientação, implementação e avaliação das ações dos estudantes, com duração mínima de 15 semanas, com 8 horas semanais de atuação, registrando até 120h, em conformidade ao planejamento do

professor formador junto às instituições parceiras. Desta forma, ao concluir as três disciplinas, o estudante cumprirá o total de 345 horas de atividades acadêmicas de extensão.

Cabe observar que os componentes curriculares elencados acima, constantes neste PPC serão suporte para discussões teóricas e sistematização do desenvolvimento do projeto, o qual deverá estar vinculado a conteúdos previstos em disciplinas do núcleo de formação geral (Núcleo I) e ao núcleo de aprendizagem e aprofundamento dos conhecimentos específicos (Núcleo II). A prática de extensão será registrada em projeto junto à Coordenação de Extensão do Campus ofertante, no SUAP.Edu, sob a responsabilidade do professor regente de cada um dos componentes curriculares elencados, na condição de Coordenador do Projeto. Portanto, as horas de prática de extensão, equivalentes a dez por cento da carga horária total do curso, serão cumpridas e registradas, independentemente das horas previstas no PPC para o componente curricular.

Para fins de registro da construção das atividades acadêmicas de extensão, o licenciando deverá elaborar uma produção textual, a critério do professor orientador de cada um dos projetos, que permita o acompanhamento do processo formativo, reunindo observações críticas, relatos de experiências, entre outros.

2.11.14 Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

A Educação das Relações Étnico-raciais está intrinsecamente vinculada à Política em Direitos Humanos, ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (MEC, Parecer CNE/CP No 8, 2012), dentre outros atos regulatórios. No IFPB, a sua implementação se deu por meio da Resolução CS/IFPB no 138/2015, que dispõe sobre a aprovação da Política de Educação das Relações Étnico-raciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba,

No âmbito do Curso de Licenciatura em Letras, foram elaborados dois Componentes Curriculares que abordam os saberes das Culturas africanas e dos Povos Originários, por meio de suas literaturas. O Componente Curricular Literaturas Africanas em Língua Portuguesa pretende colocar o estudante em contato com a produção literária de outros falantes de nossa língua materna, que compartilham o passado colonial e o hibridismo cultural das influências europeias e nativas. Por meio da disciplina Literaturas dos Povos Originários do Brasil, pretende-se imergir no universo simbólico dos povos tradicionais, valorizando os seus saberes, por meio de narrativas que atravessaram o tempo e ganharam, no mundo das letras, um lugar de expressividade e de reconhecimento.

Além disso, a questão das relações étnico-raciais é tema transversal, especificamente, nas disciplinas Educação em Direitos Humanos, História da Educação Brasileira, Sociologia da Educação, Educação Inclusiva e Educação Ambiental e Interdisciplinaridade. Não obstante, o estudo da Literatura Brasileira e da Língua Portuguesa falada no Brasil são propícias às discussões que remetem aos aspectos culturais de matriz africana e dos povos originários que permeiam as nossas vivências sociais cotidianas. Por meio da literatura, especialmente, as identidades e diferenças são contextualizadas e conduzem à reflexão e, quiçá, à transformação do agir e do pensar.

A abordagem dessas temáticas, também, poderá ser implementada por meio de procedimentos didático-pedagógicos (seminários, fóruns, colóquios, palestras, etc.); parcerias com os grupos de pesquisa e de extensão no âmbito do curso e atividades/ações/eventos científicos e culturais.

2.11.15 Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual

A Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual integra as políticas de Direitos Humanos previstas nas DCNs, orientando o enfrentamento às desigualdades, discriminações e violências, em uma perspectiva formativa que valoriza a autonomia, o acesso à informação, o

respeito às diferenças e a promoção dos direitos.

No IFPB, esta temática é regulamentada pela Resolução CONSUPER nº 146/2015, que orienta sua inserção nos currículos, e pela Resolução CONSUPER nº 13/2018, que assegura o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero. No campus João Pessoa, em conformidade com legislações federais e com a Resolução CONSUPER nº 60/2021, instituiu-se o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (COPEVIM), responsável por ações educativas, acolhimento e encaminhamento de situações de violência.

Com fundamento na Lei nº 14.986/2024, o COPEVIM também promove a valorização das experiências, contribuições e perspectivas das mulheres no currículo, bem como ações de formação e conscientização. Sua atuação considera as múltiplas formas de violência de gênero (física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, institucional e simbólica), contribuindo para a construção de práticas pedagógicas e relações institucionais pautadas na equidade e no respeito à diversidade.

2.11.16 Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA Lei no 9.795/99), em seu Art. 2º, garante que “a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

No IFPB, a Política Ambiental é regulamentada pela Resolução no 132/2015 do Conselho Superior, estabelecendo no seu art. 3º, que a Instituição deve promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e que a inserção desses conhecimentos nos currículos da Educação Profissional e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; como

como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; e pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

No Curso de Licenciatura em Letras a inserção de temas relacionados à Educação Ambiental para a sustentabilidade socioambiental, efetiva-se na transversalidade do tema em diversos componentes curriculares e, especificamente, em Educação Ambiental e Interdisciplinaridade e Tópicos em Projetos Especiais. Dessa forma, a estrutura curricular passa a atender às demandas socioeconômicas ambientais sob a ótica da educação ambiental, a qual pressupõe que a educação seja crítica e transformadora, construída por cidadão com habilidades, atitudes, práticas e iniciativas sustentáveis.

2.11.17 Educação em Direitos Humanos

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2007 enfatiza a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), no comportamento social, na produção de instrumentos, nos mecanismos internacionais de direitos humanos e na construção de uma base para os sistemas globais e regionais de proteção dos direitos humanos. Entretanto, há um descompasso entre os avanços no plano jurídico-institucional e a realidade concreta da efetivação dos direitos. A realidade, ainda, registra violações de direitos humanos, civis e políticos, bem como na esfera dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais em todo o mundo: recrudescimento da violência, degradação da biosfera, generalização de conflitos, crescimento da intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política etc.

No IFPB, a Educação em Direitos Humanos (EDH) está em acordo com a Resolução CNE/CP no 1/2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, no que se refere aos fundamentos e orientações para a inserção da temática na Educação Superior, definindo que conhecimentos da EDH poderá ocorrer: pela transversalidade, por meio de temas relacionados

aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade, dentre outras, desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.

No curso de Licenciatura em Letras, a abordagem didático-pedagógica do tema que concerne à Educação em Direitos Humanos é desenvolvida no âmbito dos conteúdos do componente curricular “Educação e Direitos Humanos”.

2.12. Metodologia

A metodologia empregada no Curso de Licenciatura em Letras busca harmonizar o processo de ensino-aprendizagem com os propósitos e metas da instituição, em conformidade com a Lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008) e os objetivos da educação profissional, científica e tecnológica. O curso está em sintonia com o propósito do IFPB de proporcionar a educação profissional, tecnológica e humanística em todas as suas abordagens e modalidades, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

No Curso de Licenciatura em Letras, a construção dos procedimentos e dos recursos metodológicos visa reforçar os objetivos do curso e o perfil do profissional formado, estimulando a curiosidade, o raciocínio lógico, a análise crítica, a percepção e a criatividade dos alunos na construção do conhecimento.

A estrutura curricular do curso é dialógica, inter-transdisciplinar, formativa e processual, e tem como objetivo provocar uma reflexão contínua sobre o processo de ensino-aprendizagem, valorizando as diferentes habilidades, por meio de ferramentas educacionais que integram teoria e prática. Para isso, devem ser desenvolvidas práticas profissionais em escolas parceiras, considerando o contexto sócio-histórico-cultural dos estudantes. As ferramentas tecnológicas estão sendo incorporadas de maneira intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem no âmbito

do curso. Isso possibilita uma abordagem dinâmica e atualizada, ao mesmo tempo em que prepara os estudantes para o uso efetivo das tecnologias no campo educacional.

Neste contexto, atividades e práticas pedagógicas foram concebidas para ir além do ensino fragmentado em disciplinas isoladas. A estratégia adotada é a de fomentar a transversalidade e a interdisciplinaridade, valorizando simultaneamente a aplicação prática do conhecimento em uma gama diversificada de ambientes de aprendizado ao longo da trajetória acadêmica. Assim, a estruturação dos procedimentos e recursos metodológicos é direcionada para reforçar os objetivos educacionais e o perfil do profissional ao término do curso, ao mesmo tempo em que amplia a perspectiva cultural e humanística, essencial para a prática profissional consciente e a cidadania ativa.

A estrutura curricular é organizada em blocos distintos, que abrangem conteúdos gerais e específicos da área de estudo, dispostos sequencialmente para permitir uma progressão lógica e integrada dos temas, favorecendo a conexão e a interdisciplinaridade entre as disciplinas. As disciplinas oferecem uma base de formação, incentivando debates e a adoção de estratégias alinhadas com questões sociais. As disciplinas teóricas fomentam a reflexão e a capacidade crítica, enquanto as disciplinas práticas e específicas proporcionam o desenvolvimento de habilidades e competências, aproximando o estudante de situações reais do ensino nas escolas parceiras. Métodos e técnicas de ensino são empregados para desenvolver as atividades das disciplinas, incluindo aulas expositivas, seminários, projetos integradores, pesquisas e atividades colaborativas.

O curso se compromete com uma educação democrática e inclusiva, atendendo às necessidades de estudantes em situações de exclusão ou vulnerabilidade social; promove ações que estimulam a contextualização e a integração dos conhecimentos, bem como a pesquisa científica e a interação com a sociedade e o meio ambiente. O IFPB, alinhado com sua missão de formar cidadãos profissionais, adota práticas acadêmicas baseadas em princípios de respeito às diferenças, inclusão, sustentabilidade, gestão democrática, diálogo, humanização, qualidade de vida e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para superar os desafios

associados à implementação de novas metodologias de ensino-aprendizagem, é essencial desenvolver uma gestão de ensino eficaz e um corpo docente engajado, bem como revisar continuamente a matriz curricular e os instrumentos de avaliação, visando não apenas a formação dos estudantes, mas também o aprimoramento constante do curso.

Os projetos de extensão, integrados às disciplinas obrigatórias de atividades de extensão, são planejados com base no aprendizado ativo e na resolução de problemas das escolas parceiras. Essas ações têm por objetivo enriquecer a formação dos alunos, proporcionando-lhes um contato direto com o ambiente profissional e a oportunidade de aprender com profissionais experientes. Estas visam, também, complementar a abordagem interdisciplinar e a prática adotada ao longo do curso, proporcionando uma educação que vai além dos limites tradicionais das disciplinas ao integrar conhecimento teórico com aplicações do mundo real.

2.13. Estágio Curricular Supervisionado

Em conformidade com a Resolução CS/IFPB nº 61/2019, de 1 de outubro de 2019, que dispõe sobre a Reformulação das Normas de Estágio do IFPB e a Resolução CS/IFPB nº 44/2018 que dispõe sobre a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica do IFPB, o estágio supervisionado compreende uma importante etapa para o licenciando compreender a relação entre aspectos teórico-metodológicos do ensino de língua portuguesa e de literatura com o contexto da sala de aula da Educação Básica. Tal processo ocorrerá de forma contínua, desde o primeiro semestre do curso, em articulação com os demais componentes curriculares. Além disso, o estágio supervisionado será organizado em diferentes etapas, norteadas por enfoques específicos, que contemplam desde a ambientação do licenciando no espaço escolar até as atividades de observação e de regência no Ensino Fundamental - Anos Finais e no Ensino Médio. O objetivo principal é proporcionar a experiência da aprendizagem profissional e a socialização inicial com a profissão.

O estágio será realizado em escolas públicas das redes estadual e municipal de educação, com a colaboração de professores supervisores das instituições de educação básica e orientação dos docentes do Curso de licenciatura em Letras Semipresencial.

Para fins de acompanhamento e avaliação do percurso acadêmico do estagiário, serão adotados dois tipos de instrumento que se complementam: o portfólio e o memorial. Enquanto o portfólio abriga os registros dos estágios em fase inicial (ambientação e observação), o memorial consolida as vivências da regência nos dois ciclos principais do estágio: Ensino Fundamental - anos finais e Ensino Médio. Esses gêneros acadêmicos prestam-se a reunir os relatos e descrições relativos ao estágio assim como as reflexões que resultam do contato do licenciando com esse aspecto de sua formação docente. Ao concluir a carga horária total do estágio, todos esses documentos deverão ser reunidos num só documento que será apresentado à Coordenação de Estágio do campus responsável pela oferta do curso para que o aluno tenha, dessa forma, a obtenção da avaliação do estágio curricular como um todo.

Em atendimento à Resolução CNE/CP 04/2024, que determina a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, o estágio supervisionado, no âmbito do Curso de Licenciatura em Letras, totaliza 400 horas, distribuídas em 80 horas para cada uma das cinco etapas do estágio. Para viabilizar o processo de orientação do estágio, serão ofertados os componentes curriculares de orientação teórico-metodológica, assim distribuídos:

- Orientação de Estágio Supervisionado I - 1º período - 15h
- Orientação de Estágio Supervisionado II - 3º período - 15h
- Orientação de Estágio Supervisionado III - 4º período - 30h
- Orientação de Estágio Supervisionado IV - 6º período - 15h
- Orientação de Estágio Supervisionado V - 7º período - 30h

O estágio supervisionado constitui um espaço de vivência profissional do licenciando em Letras, no qual se estabelece uma relação mais próxima com a realidade da educação básica. Nesse processo, espera-se que o estagiário aprofunde seu contato com as unidades escolares onde será realizado o estágio, assumindo o papel da docência sob a supervisão de profissionais

experientes, além da orientação acadêmica do professor da IES. Com isso, a troca de experiências fundamentada em planos de atividade conduzirá o licenciando em Letras a uma prática alicerçada na relação entre teoria e prática. Além disso, o estágio organiza-se de modo que a atuação do estagiário *in loco* se dê de forma processual e contínua, iniciando com a atividade de observação em cada ciclo e encerrando com a regência.

O estágio supervisionado deve ser realizado nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em escolas da rede pública, com as quais o IFPB estabeleça parceira ou no próprio IFPB, atuando na Educação Básica e profissionalizante de nível médio, seja no ensino regular ou na modalidade EJA.

Em conformidade com a resolução CNE/CP nº 04 de 29 de maio de 2024, cada etapa de estágio será norteada por um foco relacionado ao nível de ensino e aos demais componentes curriculares do curso, de modo que se articulem teoria e prática, conforme o quadro a seguir:

Quadro 7 - Correlação entre o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e os Componentes Curriculares

Etapa	SEM	Foco	CC	I R A	CH/ APF
I	1	- Ambientação no espaço escolar. - Reconhecimento da abordagem do texto (literário ou não) no ensino de língua portuguesa e de literatura.	• OES I • HEB; • LPT I	Portfólio	80
II	3	- Observação no Ensino Fundamental - Anos Finais - Concepções de linguagem; - O papel da interação; - Leitura literária.	• OES II • L I; • L II; • LP II; • LE	Portfólio	80
III	4	- Regência no E. F. - Anos Finais - Aspectos da didática - Metodologias do ensino de língua portuguesa	• Did; • L I; • L II; • LE	Memorial Acadêmico	80
IV	6	- Observação no Ensino Médio - Literatura na sala de aula; - Metodologias do ensino de literatura - Perspectiva enunciativo-discursiva do ensino de língua portuguesa	• OES III • MEL; • MELP; • LALP; • SLP; • PRG • LPOB.	Portfólio	80
V	7	- Regência no Ensino Médio - Estudo das metodologias do ensino de literatura e de língua portuguesa	• MEL; • MELP; • LJ; • LCP; • LALP; • SOCIOL	Memorial Acadêmico	80
Total					400

2.13.1. Relação com a rede de escolas da Educação Básica

O curso de Licenciatura em Letras mantém uma relação com a rede de escolas do ensino básico, por meio dos convênios estabelecidos pela Coordenação de Estágio e Relações Empresariais, vinculada à Reitoria. Por ocasião do desenvolvimento do Projeto Residência Pedagógica, realizado junto ao Curso de Licenciatura em Letras EaD, ambos em extinção, foi firmado um convênio para fins de realização das atividades de iniciação profissional com a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, o que permitiu que os estudantes realizassem seus estágios docentes na rede de escolas públicas estaduais, especialmente no ensino médio. Para o desenvolvimento das atividades no Ensino Fundamental - Anos Finais, os estudantes são direcionados às escolas municipais, nas quais estabelecem contato com a gestão local e, quando necessário, realizam um cadastro junto à Secretaria Municipal de Educação, atendendo as exigências e protocolos específicos da região em que se situam os PEaD.

Em cada campus do IFPB há uma Coordenação de Estágio responsável por firmar o Termo de Compromisso com a escola em que o estudante realizará o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e que, por meio do SUAP.Edu, registra os dados do estudante e da escola campo. É disponibilizado também pelo sistema, um formulário de avaliação das atividades desenvolvidas durante o estágio, que deve ser preenchido tanto pelo professor orientador pertencente ao quadro docente do IFPB quanto pelo supervisor do estágio na escola campo.

Para além do trâmite burocrático, a equipe de docentes responsável pela condução do estágio supervisionado acumulou experiências exitosas de práticas educativas junto às escolas vinculadas ao Programa Residência Pedagógica. Além disso, cumpre destacar as experiências dos estudantes que realizaram práticas de estágio e extensão durante o funcionamento do curso ora extinto. A atuação do IFPB nas escolas públicas da Paraíba é reconhecida e tem sido bem recebida pelas unidades da região, o que consolida a visão de uma integração eficiente entre os

níveis de ensino. Esta parceria visa promover o desenvolvimento profissional dos futuros docentes, além de contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino nas escolas parceiras.

Durante a prática de estágio e de extensão, os estudantes do curso são estimulados a compreenderem o universo da gestão escolar, orientados a visitar os ambientes administrativos e espaços de convivência docente e discente, a fim de vivenciar a dinâmica da Educação Básica. Durante a orientação, os docentes do IFPB instruem os estudantes a conversarem com gestores de diversos espaços, desde a secretaria escolar até o refeitório, para compreenderem os processos burocráticos e assistenciais que envolvem a educação. Estas observações devem ser registradas em portfólios e memoriais, com espaço para reflexões sobre a convergência entre a teoria aprendida na licenciatura e a observação e prática experimentadas na sala de aula das escolas-campo.

Todo este processo permite ao estudante vivenciar o ambiente escolar, aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e desenvolver competências práticas essenciais para a docência. Esta prática supervisionada é fundamental para a formação de professores que estejam alinhados com as demandas contemporâneas da educação básica. O curso promove projetos de extensão que envolvem a participação ativa dos estudantes em atividades colaborativas com as escolas do ensino básico. Estes projetos incluem ações como a realização de oficinas, programas de reforço escolar e a aplicação de novas metodologias pedagógicas. Além disso, o curso mantém um diálogo constante com os gestores e professores das escolas das redes parceiras, garantindo que a formação dos futuros docentes esteja em sintonia com as necessidades e desafios reais enfrentados na prática escolar.

2.13.2. Relação Teoria e Prática

Na esteira do que propõe a Resolução CNE/CS nº 04/2024, o Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial visa formar um licenciado capaz de desenvolver a práxis. Os conteúdos são sempre trabalhados numa constante articulação entre a teoria e a prática, permitindo o

desenvolvimento de temas inerentes às atividades profissionais, de forma integrada, propiciando ao estudante o aprimoramento científico, a busca do avanço tecnológico e o estímulo ao desenvolvimento de suas capacidades acadêmicas.

Neste contexto, a estrutura curricular desenvolvida foi organizada de forma a propiciar uma articulação dinâmica entre prática e teoria, ambiente acadêmico e convívio comunitário, o básico e o profissionalizante, de modo que favoreça a formação futuro profissional do magistério, compreendendo as dimensões científica, ética, humanista, ético-políticas das ciências da educação e da aprendizagem.

No curso de Licenciatura em Letras tem-se o fortalecimento de da relação teoria e prática por meio das seguintes ações:

- **Componentes Teórico-Prático:** conjuntos de componentes curriculares com divisão da carga horária entre horas teóricas e horas práticas, em que os aspectos conceituais são fortalecido em ambiente de aplicação prática, laboratório e/ou projeto, combinando as potencialidades e vantagens dos componentes curriculares teórico e práticos, com reflexão prática da teoria aprendida.
- **Componentes de Atividades Acadêmicas de Extensão:** promovem oportunidades de aplicar os conhecimentos teóricos em projetos que buscam atender às demandas apresentadas pela comunidade, visando desenvolver habilidades práticas do Licenciado nas diversas etapas do processo de ensino-aprendizagem.
- **Componentes de estágio supervisionado:** promovem participação ativa em instituições escolares que ofertam a Educação Básica, oportunizando a aplicação de teorias em ações práticas reais de ensino.

Na esteira do que propõe a Resolução CNE/CS nº 04/2024, o Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial visa formar um licenciado capaz de desenvolver a práxis. Os conteúdos são sempre trabalhados numa constante articulação entre a teoria e a prática, permitindo o

desenvolvimento de temas inerentes às atividades profissionais, de forma integrada, propiciando ao estudante o aprimoramento científico, a busca do avanço tecnológico e o estímulo ao desenvolvimento de suas capacidades acadêmicas.

Neste contexto, a estrutura curricular desenvolvida foi organizada de forma a propiciar uma articulação dinâmica entre prática e teoria, ambiente acadêmico e convívio comunitário, o básico e o profissionalizante, de modo que favoreça a formação futuro profissional do magistério, compreendendo as dimensões científica, ética, humanista, ético-políticas das ciências da educação e da aprendizagem.

No curso de Licenciatura em Letras tem-se o fortalecimento de da relação teoria e prática por meio das seguintes ações:

- **Componentes Teórico-Prático:** conjuntos de componentes curriculares com divisão da carga horária entre horas teóricas e horas práticas, em que os aspectos conceituais são fortalecido em ambiente de aplicação prática, laboratório e/ou projeto, combinando as potencialidades e vantagens dos componentes curriculares teórico e práticos, com reflexão prática da teoria aprendida.
- **Componentes de Atividades Acadêmicas de Extensão:** promovem oportunidades de aplicar os conhecimentos teóricos em projetos que buscam atender às demandas apresentadas pela comunidade, visando desenvolver habilidades práticas do Licenciado nas diversas etapas do processo de ensino-aprendizagem.
- **Componentes de estágio supervisionado:** promovem participação ativa em instituições escolares que ofertam a Educação Básica, oportunizando a aplicação de teorias em ações práticas reais de ensino.

2.13.3. Aproveitamento do PIBID como Carga Horária de Estágio Supervisionado

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), constitui uma ação formativa de caráter complementar e articulador no processo de formação inicial de professores. A experiência propiciada pelo PIBID favorece a aproximação dos licenciandos com a realidade escolar desde os períodos iniciais do curso, possibilitando uma vivência prática que integra teoria e prática, de modo a fortalecer a identidade docente.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Letras reconhece o PIBID como espaço privilegiado de iniciação à docência, com atividades que se aproximam dos objetivos e das práticas previstas para o estágio supervisionado. O aproveitamento será realizado mediante análise e comprovação das atividades efetivamente realizadas pelo licenciando no âmbito do Programa, desde que haja compatibilidade com os objetivos pedagógicos do estágio supervisionado, em especial aqueles que envolvem:

- a inserção do licenciando no cotidiano das escolas da educação básica;
- a observação e a participação em práticas pedagógicas;
- a elaboração, a execução e a avaliação de atividades de ensino;
- a reflexão crítica sobre o trabalho docente e o contexto escolar.

Para fins de integralização curricular, o aproveitamento da carga horária dependerá da apresentação de documentação comprobatória apresentada pelo discente, contendo registro das atividades desenvolvidas, carga horária cumprida e avaliação de desempenho. O colegiado do curso será responsável por validar a equivalência e estabelecer os limites máximos de carga horária a ser aproveitada, garantindo a consonância entre as práticas vivenciadas no PIBID e as exigências acadêmicas e legais do estágio supervisionado.

Dessa forma, o reconhecimento do PIBID como componente formativo do estágio supervisionado reforça a indissociabilidade entre teoria e prática, fortalece a articulação entre o

IFPB e a escola básica, além de ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos futuros professores de Língua Portuguesa e de Literatura.

2.13.4. Estágios Não Obrigatórios Remunerados

Seguindo a previsão da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e a Resolução-CS Nº 61, DE 01 de outubro de 2019, que dispõe sobre a reformulação das Normas de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, o IFPB, no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia, poderá viabilizar estágios remunerados não obrigatórios. Desse modo, unidades públicas ou privadas poderão ofertar bolsa ou qualquer outra forma de contraprestação, como também auxílio-transporte, quando da realização de estágio não obrigatório.

A coordenação de estágio atuará na oficialização do estágio, buscando o cumprimento de todas as medidas necessárias para formalização do estágio entre as instituições.

2.14. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Em atendimento ao Regulamento Didático para os Cursos Superiores, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, aprovado pela Resolução Nº 3, do Conselho Superior, datada de 5 de março de 2009, o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante TCC, no IFPB, está institucionalizado por meio da Resolução AR nº 28/2022. A referida Resolução ordena os trâmites administrativos e pedagógicos referentes ao TCC no âmbito do IFPB. O TCC deverá ser apresentado como condição obrigatória para obtenção do grau de licenciado em Letras.

No contexto do curso de Licenciatura em Letras, na modalidade semipresencial, o TCC caracterizar-se-á como um tipo de atividade acadêmica que propõe a sistematização de conhecimentos elaborados a partir dos estudos, reflexões e práticas propiciadas pela formação específica e pedagógica, estabelecendo, preferencialmente, estreita correlação com aspectos

observados ao longo do Estágio Supervisionado, a partir da relação estabelecida entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Esse instrumento tem como objetivos estimular a capacidade investigativa e produtiva do graduando e contribuir para a sua formação profissional, científica, humana e sociopolítica. Os trabalhos resultantes dessa vivência escolar poderão ser divulgados em eventos acadêmicos internos ou, ainda, apresentados/publicados em eventos externos.

Na produção do TCC, o aluno será acompanhado por um orientador, devendo este dar suporte ao discente nos procedimentos básicos e orientações metodológicas essenciais à realização do trabalho.

O TCC deve se constituir em uma produção acadêmica que, no contexto da licenciatura, apresente um percurso metodológico sistematizado, devidamente fundamentado em um referencial teórico adequado para o gênero ao qual se aplica, ficando a coordenação de TCC responsável pelo estabelecimento dos requisitos mínimos e forma de apresentação.

São consideradas modalidades de TCC:

- a) Monografia;
- b) Artigo científico;
- c) Ensaio;
- d) Relatório de projeto de pesquisa;
- e) Relatório de projeto de extensão.

Os gêneros adotados para o TCC poderão ser redefinidos pelo Colegiado do Curso de Letras, que avaliará a conjuntura do curso, no que se refere aos recursos materiais e humanos para o desenvolvimento dos trabalhos de orientação e defesa bem como a adequação de novas propostas, visando à melhoria dos resultados. Dependendo da necessidade, o Colegiado poderá estabelecer mudanças tanto em relação ao gênero adotado quanto às regras gerais de apresentação do trabalho.

Para a realização do TCC, ao aluno será reservada a carga horária de dois componentes curriculares, denominados Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, ofertados no sétimo e oitavo períodos, com carga horária de 60 e 45 horas, respectivamente.

A carga horária reservada para a escritura do TCC será de 70 horas, correspondente à parte da carga horária das disciplinas TCC I e II (horas contabilizadas no item “prática como componente curricular”). As 35 horas restantes (20 e 15, respectivamente) serão utilizadas para orientações gerais e gerenciamento das atividades pelo docente responsável pelas disciplinas.

O TCC será registrado por escrito, com o mínimo de páginas estabelecido por Nota Técnica emitida pelo Colegiado do curso. Será de responsabilidade do Colegiado estabelecer, também, em Nota Técnica, os detalhes e procedimentos mais específicos relativos à orientação, defesa e entrega do trabalho.

Conforme dispõe o Regulamento Didático para os Cursos Superiores do IFPB, o acompanhamento dos discentes no TCC será realizado por um orientador, escolhido de acordo com a área de conhecimento do projeto, a área de atuação e a disponibilidade do docente. Esse orientador deverá ser, preferencialmente, docente do IFPB vinculado ao curso de Letras. A carga horária de orientação contabilizada será de 02 horas semanais. O orientador poderá acompanhar a produção do TCC presencialmente, por meio do AVA e de outros canais de comunicação, desde que acessíveis ao discente.

Quando necessário, poderá haver a participação de um coorientador, indicado pelo orientador e aprovado pelo coordenador do curso, com anuência do orientador. Também será permitida a participação de técnicos administrativos do IFPB na atividade de orientação, desde que possuam formação compatível com a área e haja aprovação da Coordenação do Curso. A mudança de orientador é permitida, devendo ser solicitada por escrito e avaliada pelo Coordenador do Curso.

O acompanhamento do TCC será feito por meio de reuniões semanais (uma hora por semana), podendo estas serem realizadas a distância utilizando os mecanismos disponíveis para

interação virtual, previamente agendadas entre o docente orientador e o orientando. A produção científica resultante do TCC será construída em dois momentos:

1. Elaboração do projeto de pesquisa, produzido ao longo da disciplina *Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I*;
2. Produção do TCC, realizada na disciplina *Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II*.

Ao longo do curso, outras disciplinas contribuirão de forma indireta para a construção do TCC, com destaque para as disciplinas *Metodologia do Trabalho Científico*, *Metodologia do Ensino de Literatura e de Língua Portuguesa*, *Didática* e *Seminários de Pesquisa Interdisciplinar*.

A defesa do trabalho poderá acontecer presencialmente, com a participação do orientador, do aluno e de dois avaliadores no mesmo espaço físico; ou a distância, com os participantes em espaços distintos, interligados por meio de ferramentas disponíveis para a interação virtual, desde que não haja prejuízo para nenhuma das partes.

Na elaboração do TCC, o aluno tem a oportunidade de materializar, por meio de um gênero escrito, os resultados de experiências vivenciadas durante o estágio curricular, desenvolvendo a capacidade de reflexão crítica e mantendo o rigor técnico-científico.

O TCC oportuniza o aprofundamento de um tema específico a partir da interação entre o aluno, o professor orientador e outros profissionais envolvidos com a temática escolhida.

Com base nas experiências adquiridas ao longo da construção do TCC, o estudante desenvolve competências necessárias para elaboração de trabalhos acadêmicos que servirão de alicerce para futuras atividades profissionais e acadêmicas.

2.14.1. Repositório Digital

A Nota Técnica PRE/IFPB nº 06/2020 dispõe sobre as orientações e procedimentos para depósito dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Relatórios de Estágios (RE) no Repositório Institucional (RI) no âmbito do IFPB.

Os Trabalho de Conclusão de Curso, após as correções e homologação da banca, devem ser encaminhadas ao Repositório Institucional para armazenamento. Portanto, para o Curso Superior de Licenciatura em Letras do IFPB, Campus João Pessoa Centro, devem ser seguidas as orientações e procedimentos para depósito de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Relatórios de Estágios (RE) no Repositório Institucional (RI) no âmbito do IFPB.

Para normatizar os procedimentos do sistema de apoio na elaboração dos trabalhos acadêmicos no âmbito das bibliotecas do IFPB, devem ser seguidas a Instrução Normativa PRE/IFPB nº 03/2017.

2.15. Apoio ao Discente

O IFPB, no intuito de garantir aos seus estudantes uma permanência e êxito nos conhecimentos da educação profissional e tecnológica, implementou a Política de Assistência Estudantil a partir da Resolução CS nº 16, de 02 de agosto de 2018, articulada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, definida pelo Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem como objetivos: i) Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; ii) Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; iii) Reduzir as taxas de retenção e evasão; e iv) Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

2.15.1. Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito Estudantil

O IFPB vem implementando o Plano Estratégico de Ações de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes, regulamentado conforme a Resolução CS nº 24, de 30 de abril de 2019, que visa substancialmente evitar a exclusão de estudantes que se matriculam nos mais diversos cursos ofertados pela instituição em todos os níveis e modalidades de ensino, buscando como meta reduzir os índices de evasão e garantir a permanência e o êxito dos estudantes.

Como parte integrante das ações de permanência e êxito do Curso de Licenciatura em Letras foram consideradas as seguintes iniciativas para facilitar a adaptação dos estudantes recém-ingressos, visando aumentar o interesse pelo curso e reduzir a repetência e a evasão: disciplinas com conteúdos profissionalizantes desde o 1º semestre, programas de Monitoria e Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem.

2.15.2. Acessibilidade

As políticas de acessibilidade do IFPB são delineadas pela Resolução nº 240/2015, promulgada pelo Conselho Superior da instituição, que assegura que cada campus deve contar com o funcionamento do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), atuando como o setor encarregado da Educação Especial, fornecendo recursos necessários para apoiar e consolidar o processo de educação inclusiva. Com a Resolução nº 6/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que dispõe sobre o Regulamento das Coordenações de Acessibilidade e Inclusão (CLAIs) do IFPB, os NAPNEs e COAPNEs passam a ter nova nomenclatura e atribuições conforme essa normativa.

No apoio pedagógico aos alunos do Curso de Licenciatura em Letras, conta-se com equipe multidisciplinar, além dos profissionais da CLAI, incluindo especialistas em Psicologia Educacional, Serviço Social, Pedagogia e Técnicos em Assuntos Educacionais da Coordenação de Assistência Estudantil (CAEST) e do Departamento de Articulação Pedagógica (DEPAP), que atuam em resposta às demandas espontâneas dos alunos e por encaminhamentos de coordenadores e/ou professores.

Para o Curso de Licenciatura em Letras, as ações prioritárias para assegurar a inclusão de todos nas atividades acadêmicas englobam:

- I. Promoção de formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades de atendimento educacional especializado;
- II. Promoção de formação de profissionais especializados, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e docentes, para atendimento educacional especializado (AEE) aos

- discentes com deficiência, com transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- III. Prorrogação do tempo máximo para integralização dos cursos, não excedendo o limite de 50%;
 - IV. Antecipação do currículo ou adiantamento para os casos de estudantes com altas habilidades/superdotação;
 - V. Garantia dos serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

2.15.3. Monitoria

As atividades de Monitoria estão previstas na Resolução AR N° 38 – CONSUPER, de 12 de setembro de 2022, que regulamenta os procedimentos para o Programa de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (PROMIFPB), que tem como objetivo principal oportunizar atividades formativas de ensino, com vistas ao desenvolvimento das habilidades e competências para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e o enriquecimento do perfil do egresso dos cursos técnicos e de graduação.

O curso de Licenciatura em Letras oferece oportunidade aos alunos para participarem como monitores, auxiliando os docentes em atividades práticas e contribuindo para o esclarecimento de dúvidas dos alunos quanto a conteúdos teóricos e/ou práticos. A monitoria contribui para o seu engajamento e dos seus pares no desenvolvimento do trabalho colaborativo, interação e a autonomia acadêmica do estudante, visando a superação das dificuldades de aprendizagem.

2.15.4. Nivelamento

O IFPB vem buscando implementar o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) para os cursos superiores, alinhado ao Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes. Trata-se de uma intervenção que potencializa o interesse

dos alunos ingressantes e demais a desenvolverem habilidades e competências que possibilitem a sua permanência com êxito no curso.

No Curso de Licenciatura em Letras indicam-se atividades de nivelamento para adequação do processo de ensino-aprendizagem, por meio da revisão de conteúdo, participação em cursos de curta duração, bem como projetos de ensino necessários à formação profissional, mas não contemplados no currículo do seu curso, que ampliem e enriqueçam a sua formação.

2.15.5. Apoio Psicopedagógico

A Psicopedagogia do IFPB, Campus João Pessoa Centro, desenvolve suas atividades analisando e assinalando os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam o processo de aprendizagem, tendo por objetivo prevenir essas dificuldades. Portanto, o profissional de psicopedagogia torna-se importante, no contexto educacional, ao desempenhar o papel de orientação/auxílio aos docentes, aos pais e às demais equipes de apoio ao ensino, para que aconteça a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas durante a sua permanência na instituição, contribuindo para o seu processo de desenvolvimento e inclusão.

2.15.6. Centros Acadêmicos

Os discentes do Curso Superior de Licenciatura em Computação Letras, Campus João Pessoa, se organizam politicamente por intermédio do Diretório Acadêmico Estudantil, em parceria com os alunos dos demais cursos superiores da Instituição.

O Diretório Acadêmico é um espaço sujeito a disputas democráticas no campo dos interesses da categoria dos estudantes no âmbito geral do IFPB. É assegurada a participação dos discentes e seus representantes de centros nos colegiados e comissões, buscando a inserção efetiva destes na gestão pedagógica do curso e na organização de eventos institucionais, e em demais ações de seu interesse.

2.15.7. Intercâmbios nacionais e internacionais

A Política de Internacionalização do IFPB está instituída a partir da Resolução CS-IFPB Ad Referendum nº 19/2018. A internacionalização é um processo que integra as atividades que envolvem diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior. As diretrizes referentes à mobilidade acadêmica no IFPB são estabelecidas na Resolução CONSUPER nº 60/2019. A Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER do IFPB, aprovada pela Resolução CONSUPER nº 144/2017, assume o papel de coordenar, propor e implementar políticas de colaboração no âmbito nacional e internacional.

No Curso de Licenciatura em Letras, a internacionalização é incentivada, principalmente, por meio do estímulo à participação em eventos internacionais e mobilidade acadêmica de discentes e docentes.

2.16. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Externa e Interna

A gestão administrativa e pedagógica do Curso de Licenciatura em Letras é realizada pelo Coordenador do Curso, com o apoio de órgãos consultivos, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do Curso, que o assessoram em assuntos de natureza acadêmica e aspectos relacionados à consolidação e contínua avaliação e atualização curricular.

No que diz respeito à avaliação, sua realização ocorre por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com caráter formativo, e constituirá o referencial básico para os processos de regulação e de supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade (parágrafo 3º, art. 1º do Decreto nº 9.235/2017).

A avaliação institucional do curso é acompanhada pela Coordenação do Curso, pelo NDE e pelo Colegiado, devendo contemplar, além das dimensões estruturais, administrativas e acadêmicas, a articulação entre a Licenciatura em Letras e o mundo do trabalho.

2.16.1. Avaliação Interna

A avaliação do curso deve ser realizada semestralmente, por meio de questionário virtual, no momento em que os alunos acessam o sistema SUAP EDU para efetuarem suas matrículas. Esse questionário contém itens sobre a metodologia utilizada em cada componente curricular/disciplina, o desempenho dos professores, o modelo de avaliação e o material didático-pedagógico, a qualidade das instalações físicas e os recursos tecnológicos da instituição, como também a estrutura administrativa de apoio ao curso.

Os procedimentos e processos utilizados na avaliação institucional privilegiam as abordagens qualitativas e quantitativas, buscando formar um banco de dados que venha a balizar alterações pedagógicas e melhorias na qualidade dos recursos físicos ofertados, bem como verificar se as práticas pedagógicas estão em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

As avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) proporcionam ao Curso de Licenciatura em Letras um conjunto de dados com informações sobre o desempenho dos professores, dos alunos, da estrutura administrativa da instituição e dos recursos físicos e tecnológicos disponibilizados. Por meio da análise desses dados, é possível propor alterações e ajustes na proposta pedagógica do curso, bem como solicitar à Instituição políticas de formação de pessoal docente e técnico administrativo; requerer materiais e novos recursos tecnológicos voltados às suas necessidades; identificar problemas que venham a comprometer o processo de ensino-aprendizagem; propor novos métodos de avaliação, bem como ações que promovam a interdisciplinaridade.

Vale destacar que todos os procedimentos adotados para a avaliação do curso no âmbito institucional devem considerar os indicadores das três dimensões do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância, com suas respectivas atualizações normativas: Dimensão Didático-pedagógica, Dimensão Corpo Docente e Tutorial e Dimensão Infraestrutura,

visando sempre o aperfeiçoamento desses indicadores no processo de avaliação interna e externa.

2.16.2. Comissão Própria de Avaliação - CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPB é instituída pela Resolução nº 63/2021 -CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que dispõe sobre a aprovação do seu Regulamento e suas atividades. A CPA vem contribuindo com o aperfeiçoamento do processo de avaliação interna, com a ampliação da participação da comunidade acadêmica, o desenvolvimento de novos instrumentos e mecanismos de acompanhamento e divulgação dos resultados das avaliações. Assim, com base nas orientações constantes na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, o atual projeto de avaliação contempla o uso de instrumentos de consulta à comunidade acadêmica que abrangem as dimensões definidas pelos documentos do SINAES, facilitando o desenvolvimento do relatório de autoavaliação.

O acompanhamento contínuo destes resultados, com o objetivo de identificar as fragilidades apontadas nos relatórios e verificar as ações de superação propostas e implantadas pelos cursos avaliados, é realizado por meios de formulários específicos, garantindo que os cursos se apropriem dos resultados das avaliações anteriores. Para destacar a relevância da autoavaliação na IES e garantir a participação de todos os atores envolvidos no processo de avaliação, a CPA conta com canais de comunicação e divulgação de suas ações para toda a comunidade na página da comissão no portal da instituição, nas redes sociais e murais.

Os resultados e análises dos processos de avaliação, bem como a proposição de ações de superação são consolidados nos relatórios de autoavaliação, e, após serem discutidos junto aos gestores da instituição e a comunidade acadêmica, são publicizados para todos os agentes envolvidos, assim como postados no e-MEC, em cumprimento à legislação vigente. Os relatórios das avaliações internas, realizados pela CPA, e das avaliações externas, realizados pelo INEP, estão disponíveis no portal da instituição e no Portal da Transparência do IFPB.

2.17. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras seguirá o disposto na Resolução N° 54–CONSUPER, de 20 de março de 2017, que dispõe sobre o Regimento Didático dos cursos Superiores, Presenciais e a Distância, do Instituto Federal da Paraíba. Com relação às disciplinas na modalidade EAD tem-se adicionalmente a RESOLUÇÃO-CS REITORIA/IFPB N° 72, de 13 de dezembro de 2019, que trata sobre a composição das atividades online, atividades presenciais e a constituição do quadro de notas dos cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade à distância.

A avaliação da aprendizagem, realizada semestralmente, deve determinar o grau de progresso dos estudantes, incluindo controle da assiduidade nas atividades didáticas presenciais e avaliação dos resultados da aprendizagem. Logo, a frequência das atividades didáticas significa a frequência do aluno às aulas teóricas e práticas, aos estágios supervisionados e aos exercícios de verificação previstos. Quanto às frequências dos alunos tem-se:

- O aluno é obrigado a participar de pelo menos 75% do tempo previsto para as disciplinas presenciais.
- No caso das disciplinas ofertadas na modalidade de Educação à Distância, é prevista a presença para a realização de uma Avaliação Escrita presencial e uma Avaliação escrita de reposição da Avaliação presencial, no mínimo, por componente curricular (IFPB, Resolução N° 72 – CONSUPER , 2019, art. 2).

As notas serão expressas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). O desempenho acadêmico deverá refletir o acompanhamento contínuo do estudante em todas as atividades didáticas, por meio de algumas ferramentas de avaliação da aprendizagem. Serão propostos debates, exercícios, atividades escritas, trabalhos teórico-práticos, projetos, relatórios e

seminários, estudos de caso, portfólio, estudos orientados, aplicados individualmente ou em grupo, entre outras possibilidades planejadas pelo professor.

Antes do início do período letivo, será disponibilizado o plano de ensino da disciplina com os critérios da avaliação quantitativa, a periodicidade das avaliações, e a definição dos conteúdos necessários para cada uma delas. Para o caso das disciplinas lecionadas na modalidade EaD, será disponibilizado também o Plano Instrucional, que deve prever o desenvolvimento das semanas didáticas, adequadas ao semestre, conforme a adequação da carga horária descrita na seção 2.11, itens a e b. Ainda para a EaD, serão disponibilizados os dias e horários das web-conferências, chamadas Web-aulas, planejadas pelos professores e o calendário das avaliações escritas presenciais.

Para as disciplinas presenciais, o aluno poderá realizar duas ou mais avaliações durante o semestre, no mínimo: a) 02 (duas) avaliações para disciplinas de até 50 horas; b) 03 (três) verificações para disciplinas com carga horária superior a 50 horas. O aluno que não obtiver média mínima de 40 (quarenta) ao final do semestre não terá direito à avaliação final.

No caso das disciplinas na modalidade EaD, a nota do estudante é o resultado da média ponderada das atividades online (60%) e presenciais (40%) (IFPB, Resolução Nº 72 – CONSUPER, 2019, art. 10). Para cada 10h/aula de um componente curricular na modalidade a distância, deverá haver no mínimo uma atividade avaliativa online (art. 25). Na hipótese de o quociente da divisão da carga horária total do componente curricular por 10 resultar em um número com décimos diferente de 0 (zero), deverá haver o arredondamento para o número natural maior que o quociente obtido nesta divisão.

Nas disciplinas ofertadas no formato EaD, será aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 70 (setenta). No caso das disciplinas presenciais, além da média igual ou superior a 70 (setenta), é obrigatório uma frequência mínima de 75% no componente curricular. A avaliação final, para disciplinas presenciais, só será possível para o aluno que, além de pelo menos 75% de assiduidade na disciplina (requisito apenas para disciplinas presenciais), obtenha

média igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta). É considerado aprovado na avaliação final, o aluno que obtiver média maior ou igual a 50 (cinquenta).

Será garantido ao aluno o direito de solicitar a revisão do instrumento de verificação escrita no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação e análise dos resultados pelo professor da área, após encaminhar a solicitação à Coordenação do Curso, indicando os critérios não cumpridos, bem como os itens e aspectos a serem revisados. A revisão do instrumento de avaliação seguirá rigorosamente os procedimentos previstos nos Regulamentos Didáticos vigentes das disciplinas dos Cursos Superiores.

2.18. Números de Vagas

O Curso de Licenciatura em Letras tem oferta anual de 320 vagas em 2026, com duas entradas, sendo 160 para o primeiro semestre e 160 para o segundo semestre. Estas vagas serão distribuídas entre os quatro pólos institucionais, a saber: João Pessoa, Campina Grande, Picuí e Sousa.

Vagas adicionais podem ser oferecidas para transferência escolar voluntária de alunos de outras instituições de ensino superior que atendam aos requisitos legais ou para graduados por meio de um processo seletivo específico, de acordo com o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do IFPB e a Resolução 21/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. O IFPB, também, prevê outras modalidades de ingresso, como convênios, intercâmbios ou acordos interinstitucionais, com critérios de seleção estabelecidos no acordo de parceria e detalhados em edital. Especificamente, a admissão de candidatos oriundos do ensino médio segue a Lei nº 12.711/2012, que reserva vagas para estudantes de escolas públicas, além de cotas étnico-raciais e para pessoas com deficiência.

2.19. Integração com as redes públicas de ensino

A instituição procura estabelecer vínculos com as instituições escolares a partir de projeto de extensão, do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e outras dimensões das práticas integrativas como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

Além disso, a prática de estágio supervisionado, consolidada por meio da oferta de cursos de licenciatura pelo IFPB, amplia as relações com as redes públicas de ensino. Reiteramos que ao longo dos treze anos de funcionamento do Curso de Licenciatura EaD, por sua capilaridade, o IFPB estabeleceu convênios e parcerias em diversos municípios, além do convênio com a Secretaria de Estado da Paraíba, pela Coordenação de Estágio e Relações Empresariais, juntamente com as Coordenações de Estágio que atuam em cada um dos campi do IFPB. Estas últimas são as responsáveis por firmar os Termos de Compromisso que regularizam o estágio Curricular Supervisionado dos estudantes matriculados e proporciona oportunidades de estágios não-obrigatórios.

Essa aproximação com a rede pública será articulada valorizando perfis diferentes do sistema de ensino, incluindo professores, alunos e gestores, pois favorece o aperfeiçoamento

2.20. Atividades práticas de ensino para licenciaturas

A Resolução CNE/CP nº 04/2024 estabelece que a formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como um dos seus fundamentos a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas. Nesse sentido, torna-se essencial o desenvolvimento de atividades práticas dentro das componentes curriculares ao longo do curso, a fim de viabilizar um ambiente favorável para a transposição do conhecimento teórico na construção de atividades adequadas à prática docente.

O Curso de Licenciatura em Letras do IFPB, campus João Pessoa possui em sua estrutura curricular 745 h de prática, distribuídas do primeiro ao oitavo período do curso, sendo 400 h Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (I, II, III, IV e V) e 345 h, distribuídas nas disciplinas Práticas de Extensão (I, II e III). Adicionalmente, o professor regente de cada componente curricular poderá adotar dimensões das práticas acadêmicas e/ou profissionais no desenvolvimento didático-pedagógico dos conteúdos, conforme registro no seu plano de ensino. No âmbito do Curso de Licenciatura em Letras, as práticas a serem desenvolvidas nas disciplinas ao longo do curso devem consistir em:

- Seminários;
- Oficinas;
- Desenvolvimento de sequências didáticas;
- Organização de olimpíadas e outras competições;
- Elaboração de materiais didáticos;
- Desenvolvimento de jogos didáticos;
- Atividades de monitoria e tutoria;
- Organização de eventos voltados para o ensino;
- Desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Nesta perspectiva teórico-prática, os discentes desenvolvem, além das competências e das habilidades fundamentais para o exercício da docência, uma visão crítica e reflexiva do processo ensino/aprendizagem.

2.21. Aproveitamento de Estudos

O Curso de Licenciatura em Letras oportuniza o aproveitamento de estudos e, também, o extraordinário aproveitamento nos estudos pelo discente, que detém as competências e/ou habilidades exigidas no Projeto Pedagógico do Curso, referentes ao componente curricular

requerido, seja pelas experiências acumuladas, seja pelo desempenho intelectual (Resolução CONSUPER 22/2022), possibilitando o prosseguimento ou conclusão de estudos, conforme artigo 41 da LDB nº 9.394/1996.

O aproveitamento de estudos não implica necessariamente na redução do tempo de integralização do curso, ou adiantamento da oferta de componentes curriculares, ainda que possa dispensar o estudante de cursar um ou alguns componentes curriculares.

O aproveitamento de estudos não se aplica ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, salvo conforme está disposto na seção 2.13.3 deste PPC, conforme o que prevê o parágrafo 3º do Art. 1º da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

As normas mais específicas quanto aos critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências profissionais, anteriormente desenvolvidas pelos discentes estão regulamentados na Resolução nº 79/2021, homologada pelo Conselho Superior da Instituição, que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento dos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB, no Regimento dos Cursos Superiores do IFPB e nas respectivas Resoluções que tratam do tema.

3. CORPO DOCENTE E DE MEDIADORES DA APRENDIZAGEM

3.1. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Licenciatura em Letras do IFPB campus João Pessoa é um órgão consultivo e propositivo que se responsabiliza pela concepção, acompanhamento e revisão do Projeto Pedagógico do Curso, de modo garantir constantemente o aperfeiçoamento e a qualidade da oferta. O NDE se estrutura com base na

Resolução CONAES no 1/2010, Portaria 386/2016, Resolução CS nº 143/2015, de 02 de outubro de 2015.

Conforme o Art. 6º da Resolução CS nº 143/2015, o NDE terá a seguinte composição:

- I. Ser constituída por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- II. Ter o coordenador do curso, como seu presidente;
- III. Ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- IV. Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

O Art. 7º da mesma norma estabelece que os membros descritos no artigo 6º, inciso I, serão eleitos pelos docentes do curso para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, definindo sua concepção e fundamentos;
- b) Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- c) Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
- d) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- e) Supervisionar as formas de avaliação e de acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- f) Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- g) Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

3.2. Colegiado do Curso

A coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Letras, no formato Semipresencial, é exercida por um docente do quadro efetivo do IFPB, indicado ou eleito pelos pares.

O coordenador deve ser um professor do quadro permanente, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva (DE), com experiência no magistério superior e, idealmente, com titulação em nível de pós-graduação (Mestrado ou Doutorado).

As principais atribuições do coordenador incluem:

- I. Gestão Acadêmica e Pedagógica: planejar, executar e avaliar as atividades acadêmicas e pedagógicas do curso, promovendo a integração entre docentes e discentes e garantindo o desenvolvimento adequado das disciplinas e dos programas, e dos estágios supervisionados (IFPB, Resolução Nº 18 – CONSUPER, 2023; Normas de Estágio, 2019).
- II. Supervisão do Corpo Docente e Discentes: acompanhar as atividades dos professores, orientadores, tutores e coordenadores de polos, promovendo reuniões de planejamento e supervisão. Além disso, o coordenador deve atuar diretamente junto aos alunos, avaliando suas expectativas e estreitando a relação com o corpo docente, promovendo a integração e a qualidade do ensino.
- III. Representação e Planejamento: representar institucionalmente o curso, despachando processos e documentos, além de elaborar relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas e o desempenho da equipe, garantindo a conformidade com as normas institucionais (IFPB, Resolução Nº 141 – CONSUPER, 2015).
- IV. Presidência de Órgãos Deliberativos: presidir o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenando o planejamento semestral e a elaboração de editais de monitoria e outras iniciativas que promovam a qualidade do curso (IFPB, Resolução Nº 143 – CONSUPER, 2015).

- V. Supervisão de Material Didático e Avaliações: acompanhar a produção e a revisão de material didático, além de supervisionar o desempenho dos tutores e organizar avaliações nos campi e polos. O coordenador também promove a avaliação contínua do curso, assegurando a eficácia das atividades pedagógicas (MEC, Portaria Nº 386 – MEC, 2016).

O coordenador, portanto, exerce papel central na organização e na execução das atividades pedagógicas e administrativas, promovendo a articulação entre as áreas técnicas e acadêmicas, sempre com foco na qualidade e no desenvolvimento do curso.

3.3. Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar é responsável por criar, revisar e disponibilizar os materiais didáticos das disciplinas na modalidade de Educação a Distância (EaD), refletindo o compromisso do campus com uma educação de qualidade e acessível. Composta principalmente por profissionais locais, essa equipe trabalha de forma integrada para garantir que o conteúdo esteja alinhado às diretrizes institucionais e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Os professores das disciplinas colaboram com a elaboração do material didático com base no conteúdo programático, sempre em sintonia com as normas educacionais e as particularidades regionais. A Diretoria de Educação a Distância (DED) coordena o processo de aquisição dos recursos necessários, conforme a Resolução nº 51 – CONSUPER, de 1º de outubro de 2019. Para garantir o cumprimento dos prazos, os pedidos devem ser feitos com 3 (três) meses de antecedência ao início das disciplinas.

Uma vez concluída a elaboração, o material passa por revisão realizada por profissionais da área de Letras e pela equipe pedagógica, em colaboração com os docentes responsáveis. Essa revisão garante que o material seja claro, correto e adequado para o uso na EaD, respeitando as diretrizes institucionais e as necessidades dos estudantes.

3.4. Coordenação de Curso

A coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Letras, no formato Semipresencial, é exercida por um docente do quadro efetivo do IFPB, indicado ou eleito pelos pares.

O coordenador deve ser um professor do quadro permanente, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva (DE), com experiência no magistério superior e, idealmente, com titulação em nível de pós-graduação (Mestrado ou Doutorado) na área do curso (IFPB, Regimento Geral, Art. 166, 2018).

As principais atribuições do coordenador incluem:

- I. Gestão Acadêmica e Pedagógica: planejar, executar e avaliar as atividades acadêmicas e pedagógicas do curso, promovendo a integração entre docentes e discentes e garantindo o desenvolvimento adequado das disciplinas, dos programas, das atividades de extensão e dos estágios supervisionados (IFPB, Resolução Nº 18 – CONSUPER, 2023; Normas de Estágio, 2019).
- II. Supervisão do Corpo Docente e Discentes: acompanhar as atividades dos professores, orientadores, tutores e coordenadores de polos, promovendo reuniões de planejamento e supervisão. Além disso, o coordenador deve atuar diretamente junto aos alunos, avaliando suas expectativas e estreitando a relação com o corpo docente, promovendo a integração e a qualidade do ensino.
- III. Representação e Planejamento: representar institucionalmente o curso, despachando processos e documentos, além de elaborar relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas e o desempenho da equipe, garantindo a conformidade com as normas institucionais (IFPB, Resolução Nº 141 – CONSUPER, 2015).
- IV. Presidência de Órgãos Deliberativos: presidir o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenando o planejamento semestral e a

elaboração de editais de monitoria e outras iniciativas que promovam a qualidade do curso (IFPB, Resolução Nº 143 – CONSUPER, 2015).

- V. Supervisão de Material Didático e Avaliações: acompanhar a produção e a revisão de material didático, além de supervisionar o desempenho dos tutores e organizar avaliações nos campi e polos. O coordenador também promove a avaliação contínua do curso, assegurando a eficácia das atividades pedagógicas (MEC, Portaria Nº 386 – MEC, 2016).

O coordenador, portanto, exerce papel central na organização e na execução das atividades pedagógicas e administrativas, promovendo a articulação entre as áreas técnicas e acadêmicas, sempre com foco na qualidade e no desenvolvimento do curso.

3.5. Corpo Docente

O Curso Superior de Licenciatura em Letras, na Formato Semipresencial, possui um corpo docente qualificado, composto por profissionais com experiência no ensino superior e/ou atuação prática em áreas correlatas à Letras, no contexto educacional.

<u>CORPO DOCENTE</u>		
Docente	Regime de Trabalho	Tempo de vínculo ininterrupto no curso (meses)
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	D.E.	156
BENEDITA VIEIRA DE ANDRADE	D.E.	156
CÍCERO NICÁCIO DO N. LOPES	D.E.	18
DANIELA OLIVEIRA SILVEIRA	D.E.	108
DENIZE DE OLIVEIRA ARAÚJO	D.E.	156
GIRLENE MARQUES FORMIGA	D.E.	156
HERTHA CRISTINA CARNEIRO PESSOA	D.E.	108

JACKELINE MARIA DE A. ARAGÃO	D.E.	156
JOSALI DO AMARAL	D.E.	156
JOSE MOACIR SOARES DA COSTA FILHO	D.E.	156
KELLY SHEILA INOCÊNCIO COSTA	D.E.	156
MARIA ANALICE PEREIRA DA SILVA	D.E.	156
MARIA BETANIA DA SILVA DANTAS	D.E.	156
MARIA SUELY PAULA DA SILVA	D.E.	84
MARTA CELIA FEITOSA BEZERRA	D.E.	156
MONICA MARIA FIRMINO PEREIRA SEIXAS	D.E.	156
NEILSON ALVES DE MEDEIROS	D.E.	156
REGINA DE FÁTIMA FREIRE VALENTIM MONTEIRO	D.E.	156
OTONIEL MACHADO DA SILVA	D.E.	156
SOLANGE MAIMONI GONÇALVES	D.E.	108
ROSANA DE OLIVEIRA SÁ	D.E.	108

3.5.1. Titulação

O corpo docente do curso superior de Licenciatura em Letras é composto por profissionais com experiência tanto no ambiente acadêmico quanto em práticas pedagógicas e de gestão educacional. Além disso, contamos com profissionais pós-graduados, com experiência no desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, desenvolvimento de projetos de Iniciação a Docência e Residência Pedagógica. Essa diversidade de vivências permite oferecer aos discentes uma perspectiva abrangente sobre as múltiplas possibilidades de atuação na área da educação. Predominantemente formado por mestres e doutores, o corpo docente proporciona uma formação sólida e diversificada.

<u>TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE</u>		
Docente	Titulação	Área de Conhecimento
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	Doutor	Literatura

BENEDITA VIEIRA DE ANDRADE	Doutora	Linguística
CÍCERO NICÁCIO DO N. LOPES	Doutor	Literatura
DANIELA OLIVEIRA SILVEIRA	Mestra	História
DENIZE DE OLIVEIRA ARAÚJO	Doutora	Linguística
GIRLENE MARQUES FORMIGA	Doutora	Literatura
HERTHA CRISTINA CARNEIRO PESSOA	Mestra	Linguística
JACKELINE MARIA DE A. ARAGÃO	Doutora	Linguística
JOSALI DO AMARAL	Doutora	História
JOSE MOACIR SOARES DA COSTA FILHO	Doutor	Linguística
KELLY SHEILA INOCÊNCIO COSTA	Doutora	Literatura
MARIA ANALICE PEREIRA DA SILVA	Doutora	Literatura
MARIA BETANIA DA SILVA DANTAS	Mestra	Educação
MARIA SUELY PAULA DA SILVA	Mestra	Ciências Sociais
MARTA CELIA FEITOSA BEZERRA	Doutora	Literatura
MONICA MARIA FIRMINO PEREIRA SEIXAS	Doutora	Linguística
NEILSON ALVES DE MEDEIROS	Doutor	Linguística
OTONIEL MACHADO DA SILVA	Doutor	Literatura
REGINA DE FÁTIMA FREIRE VALENTIM MONTEIRO	Mestra	Educação
SOLANGE MAIMONI GONÇALVES	Especialista	Linguística
ROSANA DE OLIVEIRA SÁ	Mestra	Linguística

3.5.2. Experiência Profissional e no Magistério

Os docentes do IFPB, pela natureza da sua carreira, acumulam experiências em níveis e etapas diferentes do Sistema Educacional. Por ser uma instituição que oferta cursos para o Ensino Médio e Subsequente, como ação social prioritária, os professores vivenciam as práticas da educação básica.

EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE

Docente	Experiência Profissional	Magistério Superior	Magistério na Educação Básica	Magistério na EaD (anos)
Antonio Rodrigues da Silva				13
Benedita Vieira de Andrade				13
Cícero Nicácio do N. Lopes				3
Daniela Oliveira Silveira				7
Denize de Oliveira Araújo				13
Girlene Marques Formiga				13
Hertha Cristina Carneiro Pessoa				13
Jackeline Maria de A. Aragão				13
Josali do Amaral				13
Jose Moacir Soares da Costa Filho	-			13
Kelly Sheila Inocencio Costa				13
Maria Analice Pereira da Silva				13
Maria Betania da Silva Dantas				13
MARIA SUELY PAULA DA SILVA				4
Marta Celia Feitosa Bezerra				13
Monica Maria Firmino Pereira Seixas				13
Neilson Alves de Medeiros				13
Otoniel Machado da Silva				13
REGINA DE FÁTIMA FREIRE VALENTIM MONTEIRO				10
Solange Maimoni Gonçalves				10
Rosana de Oliveira Sá				10

3.5.2.1. Experiência Profissional

A partir da sua experiência acadêmica consolidada, o corpo docente é capaz de abordar exemplos reais, estimulando o pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades práticas nos discentes. Além disso, a experiência acumulada permite aos docentes orientar de forma eficaz projetos de pesquisa, extensão, estágios supervisionados e a inserção dos discentes no campo educacional.

O corpo docente será formado por professores com ampla experiência no magistério superior, o que é fundamental para garantir uma formação acadêmica de qualidade e socialmente referenciada. Esses profissionais trazem para o ambiente educacional não apenas o conhecimento teórico, mas também a capacidade de aplicar esses saberes de forma prática, tornando o processo de aprendizagem mais significativo.

3.5.2.2. Experiência no exercício da docência na educação a distância

Considerando que o IFPB tem experiência consolidada na oferta de Cursos em EaD, com uma diversidade de professores efetivos que atuaram e desenvolvem projetos na EaD, assumindo diversos papéis no processo de consolidação da modalidade na instituição, o corpo de mediadores de aprendizagem que constituirá o quadro docente do Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial detém experiência acumulada no desenvolvimento das práticas de ensino, bem como no desenvolvimento de estratégias pedagógicas que viabilizam o melhor desenvolvimento do educando. Vale ressaltar que o corpo docente do atualmente extinto Curso de Licenciatura em Letras na modalidade EaD deixará como legado para a execução dos componentes curriculares em EaD do curso Semipresencial os saberes teórico, práticos e didático-pedagógicos acumulados nos últimos treze anos.

3.6. Mediadores de Aprendizagem

O mediador de aprendizagem é o responsável por orientar os discentes em seu processo de ensino-aprendizagem, prestando suporte acadêmico em todas as atividades do curso. Para atuar como mediador de aprendizagem, o profissional deve ter formação superior, preferencialmente, com pós-graduação e com formação do componente curricular, além de experiência prévia no ensino e na modalidade de educação a distância. Assim como os docentes, os tutores são selecionados por processo seletivo.

3.6.1. Experiência do Corpo de Mediadores de Aprendizagem no Ensino a Distância

Considerando que o IFPB tem experiência consolidada na oferta de Cursos em EaD, com uma diversidade de professores efetivos que atuaram e desenvolvem projetos na EaD, assumindo diversos papéis no processo de consolidação da modalidade na instituição, o corpo de mediadores de aprendizagem que constituirá o quadro docente do Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial detém experiência acumulada no desenvolvimento das práticas de ensino, bem como no desenvolvimento de estratégias pedagógicas que viabilizam o melhor desenvolvimento do educando. Vale ressaltar que o corpo docente do atualmente extinto Curso de Licenciatura em Letras na modalidade EaD deixará como legado para a execução dos componentes curriculares em EaD do curso Semipresencial os saberes teórico, práticos e didático-pedagógicos acumulados nos últimos treze anos.

3.6.2. Titulação e Formação do Corpo de Mediadores de Aprendizagem

No Curso de Licenciatura em Letras, institucional, cujo exercício da docência é realizado pelos servidores da carreira EBTT e/ou professores substitutos, ambos habilitados para atuar como Professores Formadores ou Professores Mediadores. Durante o ano letivo, os docentes participam dos programas de formação continuada, reuniões de planejamento com a coordenação do curso, capacitações promovidas pela Diretoria de Educação a Distância e pela Coordenação de Educação a Distância do Campus João Pessoa.

Considerando que o IFPB tem experiência consolidada na oferta de Cursos em EaD, com uma diversidade de professores efetivos que atuaram e desenvolvem projetos na EaD, assumindo diversos papéis no processo de consolidação da modalidade na instituição, o corpo de mediadores de aprendizagem que constituirá o quadro docente do Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial detém experiência acumulada no desenvolvimento das práticas de ensino,

bem como no desenvolvimento de estratégias pedagógicas que viabilizam o melhor desenvolvimento do educando. Vale ressaltar que o corpo docente do atualmente extinto Curso de Licenciatura em Letras na modalidade EaD deixará como legado para a execução dos componentes curriculares em EaD do curso Semipresencial os saberes teórico, práticos e didático-pedagógicos acumulados nos últimos treze anos.

3.6.3. Interação entre Professores Formadores, Mediadores de Aprendizagem e Coordenação de Curso

A interação entre os docentes -Professores Regentes das unidades curriculares presenciais, os Professores Formadores e Mediadores de Aprendizagem da EaD - e a coordenação de curso é essencial para a eficácia do Curso de Licenciatura em Letras.

Reuniões de alinhamento são agendadas regularmente, proporcionando um espaço para discussão e planejamento conjunto. Nessas reuniões, serão abordados os objetivos educacionais do curso, estratégias pedagógicas, acompanhamento dos estudantes e a integração entre as atividades síncronas e assíncronas..

Avaliações periódicas serão conduzidas para monitorar e avaliar a eficácia da interação entre os envolvidos. Essas avaliações permitirão a identificação de desafios e a implementação de melhorias contínuas, garantindo que o curso seja responsivo às necessidades dos alunos e mantenha um alto padrão de qualidade educacional.

Por meio dessas práticas, a instituição assegura que a experiência de aprendizagem no curso de Licenciatura em Letras, seja nas atividades presenciais ou nas atividades em EAD, ocorrerão de forma coesa, interativa e enriquecedora. A colaboração contínua e bem planejada entre tutores, docentes e coordenação é ação potencializadora da evolução e satisfação dos discentes do curso.

3.7. Pessoal Técnico Administrativo

A coordenação do Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial dispõe de um servidor Técnico-Educacional, que assessora nos trâmites burocráticos da vida acadêmica dos estudantes selecionados. Conta, ainda, com os servidores técnico-administrativos lotados no Polo de Educação a Distância, responsáveis pelo agendamento e atendimento dos estudantes que necessitam utilizar o espaço físico e equipamentos eletrônicos para desenvolver suas atividades, além de auxiliarem na organização e divulgação das atividades e eventos propostas no âmbito do curso.

Além deste corpo técnico lotado no Campus João Pessoa, por se tratar de um curso na Semipresencial, cujos quarenta e oito por cento dos componentes curriculares ocorrerão em EaD, o Curso de Licenciatura em Letras contará com o apoio da Diretoria de EAD - DED - Reitoria, que regulamenta e coordena a oferta de cursos e componentes curriculares por meio do AVA institucional no IFPB. Esta Diretoria possui um corpo de servidores do quadro técnico-administrativo, responsável pela infra-estrutura do Moodle institucional, pela aquisição, diagramação e adequação de materiais didáticos, por proporcionar a formação aos docentes e servidores em geral no uso das ferramentas utilizadas na modalidade EAD, além de oferecer suporte técnico a estudantes e professores.

<u>PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO</u>			
Servidor	Regime de Trabalho	Graduação	Titulação
Jansen Almeida Diniz	40 horas	Letras	Licenciado
Amanda Olivia Alves Cavalcante	20 horas	Direito	Bacharelado

3.8. Política Institucional de Capacitação de Servidores

A política de formação e qualificação dos servidores do IFPB é regulamentada pela Resolução AR nº 2/2024 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que define as ações de desenvolvimento de qualificação e capacitação por meio das seguintes possibilidades:

- I. licença para capacitação;
- II. participação em treinamento regularmente instituído;
- III. participação em ação de desenvolvimento em serviço;
- IV. afastamento para qualificação em pós-graduação stricto sensu;
- V. participação em eventos de curta duração;
- VI. concessão de horário especial.

As políticas de capacitação propostas para o curso de Licenciatura em Letras serão aplicáveis, nos que couber, aos servidores (docentes e técnico-administrativos) e visam promover o desenvolvimento contínuo dos docentes, proporcionando-lhes as habilidades e conhecimentos necessários para oferecer uma formação atualizada e de qualidade aos estudantes. Além do acesso liberado aos professores às ferramentas de cursos online, como a Alura2 (<https://www.alura.com.br>), outras medidas podem ser consideradas para fortalecer a capacitação do corpo docente:

- I. Programas de capacitação internos: programas internos de capacitação, nos quais os docentes possam participar de cursos, workshops e treinamentos voltados para as competências da área técnica.
- II. Participação em eventos e conferências: incentivar e apoiar a participação dos professores em eventos e conferências acadêmicas e profissionais na área de pedagogia ou ensino. Esses eventos proporcionam um ambiente propício para o compartilhamento de conhecimentos, networking e atualização sobre as últimas

pesquisas e práticas da área. Além disso, a participação ativa dos docentes em tais eventos reforça a imagem do curso e da instituição como referências na área.

Estímulo à pesquisa e produção científica: incentivar a pesquisa e a produção científica entre os docentes, por meio de apoio financeiro, bolsas de pesquisa e reconhecimento institucional. A participação em projetos de pesquisa permite que os professores estejam na vanguarda do conhecimento e contribuam para a produção de novos conhecimentos na área, enriquecendo a qualidade do ensino oferecido.

Ao implementar essas políticas de formação, o curso de Licenciatura em Letras demonstra compromisso em manter um corpo docente atualizado e preparado para enfrentar os desafios da área. Essas medidas não só beneficiam os docentes, mas também impactam positivamente os estudantes, que terão uma formação de excelência, alinhada às demandas do mundo do trabalho e com as últimas tendências tecnológicas para o curso.

4. INFRAESTRUTURA

4.1. Infraestrutura do Campus Ofertante

O Campus João Pessoa está situado na Av. Primeiro de Maio, 720, no Bairro de Jaguaribe, bairro próximo ao centro da cidade de João Pessoa. Todas as suas instalações e ambientes de uso público estão acessíveis, de acordo com a NBR 9050/2005.

O campus oferece uma infraestrutura completa para o bem-estar e o desenvolvimento integral dos discentes, que inclui áreas de convivência como pátio, refeitório, gabinete médico-odontológico, duas quadras poliesportivas, sala de musculação, piscina semiolímpica e campo de futebol. Para atividades acadêmicas e eventos, o campus conta com quatro auditórios equipados. As instalações sanitárias do campus são amplas, com quarenta e sete (47) banheiros disponíveis para uso dos estudantes, professores e funcionários. A biblioteca do campus é um

recurso valioso para pesquisa e estudo, com um acervo que atende às diversas áreas do conhecimento. Para o trabalho diário, há quarenta e três (43) laboratórios de informática e quarenta e duas (42) salas de aula, todas equipadas com projetores tipo Data Show e computadores, além de carteiras escolares e mesas para professores, proporcionando um ambiente de aprendizado moderno e eficiente. Essa infraestrutura é essencial para apoiar o Curso de Licenciatura em Letras, assegurando que os estudantes tenham acesso a todas as ferramentas e recursos necessários para uma formação de excelência.

É importante reforçar que todo o campus está conectado à internet, com acesso livre para estudantes, professores, servidores técnico-administrativos e visitantes, mediante login específico para cada categoria.

Para o desenvolvimento das atividades acadêmicas do Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial, o Campus João Pessoa disponibilizará uma sala de Coordenação, o espaço polo de Educação a Distância e salas de aula para o desenvolvimento das atividades presenciais.

Cabe destacar que as informações detalhadas dos equipamentos e registros patrimoniais das instalações do IFPB - Campus João Pessoa Centro devem ser consultadas em Relatório de Inventário de Bens do Campus, via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), Módulo Patrimônio, em <https://suap.ifpb.edu.br/patrimonio>.

4.2. Infraestrutura dos Polos

Os Polos de Educação a Distância institucionais seguem as diretrizes da Resolução AD REFERENDUM nº 26, que em seu Artigo 5º, orienta que a infraestrutura do polo deve dispor de espaços, com mobiliário correspondentes às suas finalidades, além de condições adequadas do conforto ambiental, iluminação, acústica e climatização. Os Polos EaD foram concebidos e equipados para o melhor atendimento aos estudantes, constituindo um espaço adequado ao estudo, participar de web conferências, receber auxílio presencial para familiarizar-se com o AVA e

com as TDIC que integram o rol de atividades que devem ser desenvolvidas para uma educação de qualidade.

A rede wi-fi garante acesso aos recursos digitais disponíveis no AVA e demais sítios eletrônicos que dão suporte a pesquisas, informações, coleta de dados e acesso a videoaulas. Além disso, os Polos são ambientes para reunião e trabalhos coletivos, para orientações de pesquisa, de TCC, apresentação de seminários e defesas de TCC. e ainda um espaço para a oferta de minicursos que visam o aprofundamento dos conhecimentos. Não se deve deixar de fora desta lista de atividades acadêmicas a orientação para as práticas de estágio e extensão.

4.2.1 Infraestrutura do Polo de Educação a Distância do Campus João Pessoa

<u>INFRAESTRUTURA DOS POLOS</u>		
Ambiente	Quantidade	Área
Salão de estudo	1	11,90 x 6,20 = 73,78 m ²
Depósito/arquivo	1	1,28 x 2,22 = 2,84 m ²
Área total		76,62 m ²
Estação de estudo	24	1m ²
Equipamentos para realização de atividades de Ensino e aprendizagem		
Notebooks	25	
Desktop	2	
Tela retrátil para Projeção motorizada	1	
Datashow	1	
Softwares para gravação, edição de textos, planilhas e apresentações	–	
Recursos e Materiais Disponíveis		
Condicionador de ar	2	
Armário alto com 2 portas em MDF	1	
Armário baixo com 2 portas em MDF	1	
Armário alto com 2 portas em Aço	1	
Mesa para 2 computadores - para estudo ou práticas laboratoriais de ensino e aprendizagem	17	

Mesas individuais para leitura e escrita	4	
Cadeiras ergonômicas	25	
Scanner de base plana	1	
Quadro branco	2	
Quadro de avisos	1	

4.3. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Letras - Campus Ofertante - é lotado na Unidade Acadêmica IV - Unidade de Formação Geral e Licenciaturas, situada no prédio principal do Campus João Pessoa. Este setor dispõe de um espaço com estações de trabalho para coordenações de área, um espaço de convivência com mesa e cadeiras, uma copiadora para uso comum dos professores e computadores. Neste prédio, há, ainda, uma sala para os professores, dividida em quatro ambientes: espaço para café/lanche (com pia, mesa, cadeiras, cafeteira, armários, microondas e utensílios de cozinha); espaço para o trabalho (estações com computadores e cadeiras); espaço com armários individuais e o setor dos banheiros.

Para melhor atender às necessidades dos docentes que atuam na EaD, o Polo de Educação a Distância é também um espaço para o trabalho docente, equipado com notebooks e uma estação de trabalho para realizar web-conferências, gravá-las e realizar web-aulas síncronas.

4.4. Espaço de trabalho para o coordenador

A coordenação do Curso em Letras do campus João Pessoa está instalada em uma sala localizada no prédio principal do campus. O espaço físico possui três estações de trabalho, equipadas com computadores, mesa e cadeiras para compartilhamento de atividades de rotina, 1 armário para materiais didático-pedagógicos, 1 armário com boxes individuais e chave para uso

dos professores, um scanner de mesa, uma web-cam, uma televisão conectada ao computador para realização de webconferências e telefone.

O coordenador dispõe de uma mesa de trabalho com equipamento de informática que atende às suas demandas. A coordenação conta com o apoio administrativo de um Técnico Educacional, que ocupa uma estação de trabalho equipada com computador, cadeira e materiais de escritório; e um prestador de serviços no cargo de recepcionista.

A coordenação utiliza o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) para gerenciar os processos e as atividades acadêmicas do curso, mantendo a transparência e a agilidade na administração do Curso de Licenciatura em Letras. Este sistema permite o acompanhamento e a execução das tarefas relacionadas à coordenação, contribuindo para a qualidade e a excelência do curso.

4.5. Espaço de Trabalho para o Coordenador do Polo de Educação a Distância do Campus ofertante

A coordenação do Polo de Educação a Distância dispõe de uma estação de trabalho, equipada com mesas e computadores, telefone fixo, telefone celular, quadro branco e quadro de feltro, além de armários e material de expediente. Estes materiais são suficientes para apoiar a Coordenação do Curso de Letras Semipresencial no planejamento do uso do polo para a realização de avaliações presenciais obrigatórias, agendamento de atendimentos aos discentes, divulgação das informações acadêmicas, articulação com os demais PEaD vinculados ao Curso e demais necessidades de uso do Polo de Educação a Distância.

O SUAP.Edu é utilizado para acessar os dados dos estudantes e realizar o levantamento necessário para contatar os estudantes e fazer relatórios de acompanhamento das atividades desenvolvidas no PEaD.

4.6. Sala coletiva de professores

O IFPB campus João Pessoa possui uma sala coletiva de professores, com infraestrutura adequada em termos de dimensão, limpeza, iluminação e conforto. O ambiente é climatizado, possui mesas e cadeiras que permitem a realização de reuniões e trabalhos em equipe de maneira eficiente, como também, o desenvolvimento dos trabalhos além da sala de aula. A sala dos professores coletiva conta com computadores com conexão à internet e armários individuais com chave disponíveis para guardar livros, materiais de aula e outros pertences dos docentes. O ambiente proporciona conforto e permite a socialização entre os docentes.

4.7 Salas de aula

As salas de aula do IFPB campus João Pessoa atendem ao Curso de Licenciatura em Letras com infraestrutura física e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e de atendimento aos públicos interno e externo.

As salas de aula estão equipadas com cerca de 40 carteiras confortáveis, projetores multimídia e sistemas de som, em espaços amplos e com acessibilidade. Além disso, as salas possuem quadro branco, computador, mesa e cadeira para o professor. Todos os ambientes possuem acesso à internet, são climatizados, sendo a limpeza realizada pelo menos duas vezes ao dia.

As salas de aula possuem configurações espaciais distintas que permitem adaptações do espaço para a realização de diferentes atividades acadêmicas, sendo possível a realização de atividades de encontros científicos, apresentação de trabalhos e entre outras.

4.8 Biblioteca

A Biblioteca Nilo Peçanha (BNP) do IFPB tem acompanhado as evoluções institucionais, ajustando-se para atender às necessidades informacionais específicas dos alunos e docentes do Curso Superior de Licenciatura em Letras. A BNP alinhando-se com as políticas institucionais estabelecidas pelas Resoluções CONSUPER, tais como:

- Resolução nº 111, de 10 de abril de 2017, que aprova o regimento geral das bibliotecas do IFPB;
- Resolução nº 114, de 10 de abril de 2017, que aprova o Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do IFPB;
- Resolução nº 48, de 2017, que reformula a política de manutenção e guarda do acervo acadêmico;
- Resolução nº 54, de 2018, que estabelece o Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas;
- Resolução nº 08, de 2018, que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPB.

A BNP tem a missão de apoiar efetivamente o processo de ensino desenvolvido pelo atual IFPB, além de contribuir na formação intelectual e integral de seus usuários, de forma individual e/ou coletiva, subsidiando a Instituição no que se refere às necessidades informacionais dos seus usuários. Além de, atender a uma clientela bastante diversificada, formada por professores, técnicos administrativos e alunos dos cursos técnicos subsequentes e integrados, dos cursos de nível superior e de pós-graduação, bem como à comunidade externa para consulta local. A biblioteca oferece serviços fundamentais para a formação e tratamento da coleção, como seleção, aquisição, registro, classificação, organização de catálogos, preservação e avaliação da coleção, e serviços voltados para a circulação e uso da informação, como acesso e disponibilização da coleção, disseminação da informação, orientação no uso dos recursos e serviços oferecidos pela biblioteca, busca e recuperação da informação e consulta e empréstimo do acervo documental. A biblioteca do IFPB Campus João Pessoa possui uma área total de 1.098 m² sua estrutura interna

é formada pelos seguintes ambientes: coordenação; hall de exposições; guarda-volumes; processos técnicos; coleções especiais e assistência aos usuários; empréstimo; biblioteca virtual; A Biblioteca tem a missão de apoiar efetivamente o processo de ensino desenvolvido pelo atual IFPB, além de contribuir para a formação intelectual e integral de seus usuários, de forma individual e/ou coletiva, subsidiando a Instituição no que se refere às necessidades informacionais dos seus usuários. A Biblioteca do campus atende a uma clientela diversificada, formada por docentes, técnicos administrativos e discentes dos cursos técnicos subsequentes e integrados, dos cursos de nível superior e de pós-graduação, bem como à comunidade externa para consulta local. Seu espaço foi projetado para receber pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Além da área de consulta ao acervo, disponibiliza para os seus usuários mesas de estudo em grupo, cabines de estudo individual e um espaço para leituras. A biblioteca possui 13 servidores, dos quais 5 são bibliotecárias documentalistas e 5 são assistentes em administração, 1 auxiliar em administração e 2 auxiliares de biblioteca, que atendem aos usuários.

Atualmente a biblioteca está subordinada ao Departamento de Apoio ao Ensino. A Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, no horário das 07h00min às 21h00min, compreendendo assim os três turnos do instituto, possibilitando uma maior flexibilidade quanto ao horário de estudos dos discentes. O acervo da BNP é dividido em setores, com coleções especiais no piso térreo (periódicos impressos, obras de referência, tabuleiros de xadrez, multimeios, teses, monografias e dissertações impressas) e o acervo geral (livros para empréstimo domiciliar e os exemplares que estão disponíveis apenas para a consulta na Biblioteca), organizado de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU), facilitando o acesso e a pesquisa dos alunos. O acervo é armazenado em estantes em aço, com livre acesso, e possui uma limpeza periódica das estantes e do material bibliográfico. A política de aquisição, expansão e atualização do acervo é regida pela Resolução N° 114-CS, de 10 de abril de 2017, e segue critérios de relevância acadêmica, científica, social e cultural.

Atualmente, o Acervo geral da BNP possui aproximadamente 36.000 exemplares (livros, obras de referência, teses, dissertações, monografias, CD's e DVD's), disseminados nas

seguintes áreas: Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Engenharia e Tecnologia, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes.

A Biblioteca Nilo Peçanha dispõe de uma sala climatizada com cabines para estudo individual com capacidade para 23 pessoas, com internet Wi-Fi, tomadas e pontos de rede, além de uma sala para estudo individual com acessibilidade arquitetônica. Ela dispõe de duas salas climatizadas para estudo em grupo com capacidade para 8 pessoas, com quadro branco para auxiliar nos estudos e internet Wi-Fi. E possui um salão climatizado para leitura e/ou estudo em grupo e/ou individual contendo 50 mesas e 85 cadeiras, com internet Wi-Fi. Em suma, a Biblioteca Nilo Peçanha oferece um ambiente propício para estudo, pesquisa e desenvolvimento intelectual dos alunos e docentes do curso.

4.8.1 Política Institucional de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico

A Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico visa à guarda e à manutenção do Acervo Acadêmico, documentos de arquivo relativos às Atividades-Fim da Instituição, cuja gestão de documentos garantirá o cumprimento do previsto nos prazos de guarda, destinações finais e observações previstas na legislação vigente. O acervo acadêmico da IES é constituído pelo conjunto de documentos recebidos, produzidos e acumulados no curso das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão) e das atividades-meio, que servem como referência, prova, informação e/ou fonte de pesquisa. No âmbito do IFPB a Resolução 48-CS, de 20 de fevereiro de 2017 regulamenta a Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico. Visando facilitar a aplicação da norma foi produzido o Manual de Gestão de Documentos Acadêmicos do IFPB que busca didaticamente auxiliar na produção, classificação, tramitação, arquivamento e uso dos documentos acadêmicos.

Já a Resolução CS/IFPB nº 54/2018 dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia da Paraíba – IFPB. No qual compete ao Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas:

- i. Estabelecer diretrizes para uso do sistema de automação das bibliotecas do IFPB;
- ii. Definir critérios de apresentação visual, acessibilidade, usabilidade e navegabilidade para o sistema de automação das bibliotecas do IFPB;
- iii. Recomendar procedimentos, normas e padrões técnicos operacionais para as atividades de processamento técnico e de circulação a serem adotados pelas equipes das bibliotecas, em relação às atividades dentro do sistema de automação vigente;
- iv. Colaborar com pesquisas e iniciativas de desenvolvimento e manutenção do nível de qualidade técnica do sistema de automação de bibliotecas do IFPB;
- v. Produzir relatórios para subsidiar tomada de decisões.

A Resolução N° 114-CS, de 10 de abril de 2017, é o instrumento que define critérios, estratégias e etapas para formação do acervo. Compreende diretrizes que orientam o processo de decisão sobre o que adquirir, manter ou descartar, garantindo a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções. A Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do IFPB, regida pela Resolução N° 114-CS, de 10 de abril de 2017, é o instrumento que define critérios, estratégias e etapas para formação do acervo. Compreende diretrizes que orientam o processo de decisão sobre o que adquirir, manter ou descartar, garantindo a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções.

A aquisição, expansão e atualização do acervo da Biblioteca é realizada por meio de compra e doação. Todos os documentos adquiridos com recursos financeiros do IFPB são considerados compras. Todos os documentos não adquiridos com recursos financeiros do IFPB são considerados doações, incluídos livros e periódicos enviados pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e os depósitos obrigatórios. Os processos de compra, e os processos de doação entre instituições são regidos pela Lei no 14.133 (BRASIL, 2021), nova lei de licitações. Compras e doações obedecem a critérios de relevância acadêmica, científica, social e cultural.

A compra é realizada através de licitação, de acordo com os recursos disponíveis anualmente. Para essa forma de aquisição, são estabelecidas algumas prioridades:

- I. Títulos das bibliografias dos cursos;
- II. Títulos nas áreas dos cursos indicados por docentes;
- III. Títulos indicados para projetos de pesquisa e extensão;
- IV. Solicitações dos setores dos campi;
- V. Demandas da formação social e cultural dos usuários.

Nos critérios para seleção de doações deve-se observar, além da pertinência educativa, científica, social ou cultural, a boa conservação, a conservação e a integridade física e atualização dos documentos.

No caso dos cursos de graduação, aquisição dos livros e periódicos deve atender aos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, atualizado e publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, considerando o disposto no Art. 14 da Resolução CONSUPER nº 114 (IFPB,2017).

4.8.2 Sistema de Gestão do Acervo Bibliográfico

O IFPB instituiu o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, através da Resolução-CS nº 08, de 23 de maio de 2018, consequentemente convalidar a Resolução-AR nº 05, de 08/02/2018, utilizando um software de sistema único de gerenciamento de bibliotecas Koha. Além disso, o Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPB será responsável pelo gerenciamento do software, treinamentos e formações, tomadas de decisões quanto às ferramentas e usabilidade, e definir perfil e pré-requisito para acesso ao “superlibrarian” do sistema.

O IFPB utiliza o sistema de gerenciamento digital de bibliotecas Koha, operado via Internet em formato de software livre e aberto. O Koha é uma ferramenta de gestão de biblioteca, sendo essencial para as atividades de processamento técnico como: o cadastramento de usuários, a circulação do acervo, o controle de autoridades, a extração de relatórios entre outros.

No IFPB, o sistema de classificação de acervo adotado é CDU – Classificação Decimal Universal. Atualmente, por meio do Portal do IFPB é possível consultar os exemplares disponíveis, utilizando no termo da busca, nome da disciplina, nome do curso ou nome do docente. Além disso, o sistema permite ações quando logado no sistema, como a renovação e reserva dos materiais, sugestões de compra e elaboração de listas. Através do sistema é possível para o usuário realizar a renovação dos livros que estão emprestados no seu nome e fazer a reserva dos títulos desejados da sua própria casa, não sendo necessário realizar a renovação e a reserva no ambiente da biblioteca.

4.8.3 Plano de Contingenciamento

No intuito de assegurar as condições para o funcionamento das rotinas diárias da biblioteca, prezando pela garantia de acesso aos serviços prestados à comunidade acadêmica, são aplicados procedimentos tanto no aspecto de segurança, preservação e conservação do ambiente. Nesse sentido, seus recintos são climatizados com sistemas de refrigeração, garantindo conforto térmico aos ocupantes (leitores e servidores) e condições de temperatura e umidade relativa do ar para conservação do acervo.

Preservação e conservação são ações conjuntas que visam à salvaguarda e ao prolongamento da vida útil do acervo e infraestrutura das edificações. A disposição das estantes com o acervo também permite uma iluminação e climatização adequada. As medidas de prevenção de incêndio adotadas: na biblioteca contam com a existência de extintores de incêndio com manutenção periódica; os equipamentos eletrônicos (computadores, impressoras, entre outros) são desligados quando do encerramento do expediente e permanecem desligados

enquanto a biblioteca está fechada; os livros têm boas condições de armazenamento, sendo que as prateleiras ficam longe de canalizações e instalações elétricas.

No Campus João Pessoa, as atividades de suporte ao Ensino são gerenciadas e executadas pela Coordenação de Administração, fazendo parte do dia a dia cuidar da infraestrutura, até gerenciar orçamento, patrimônio, execução financeira e gestão de pessoas.

A infraestrutura da Biblioteca é preservada para garantir o acesso ao acervo e sua conservação, observando-se os seguintes aspectos:

- I. Condições estruturais da edificação – recebem manutenção predial preventiva e corretiva regularmente;
- II. Prevenção contra incêndio – são verificadas anualmente as instalações e os equipamentos de combate a incêndio;
- III. Controle de sinantrópicos – há dedetização, regular, entre outros procedimentos para prevenção e controle de pragas urbanas. Os materiais adquiridos por doação passam por vistoria e higienização antes de sua incorporação ao acervo;
- IV. Controle de agentes biológicos – há limpeza e a manutenção periódica dos equipamentos de condicionamento de ar.

4.9 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

Os Polos de Educação a Distância vinculados ao Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial são equipados com cerca de 30 computadores, localizados em ambientes climatizados, com acesso à Internet e acessibilidade física e digital. Todos esses equipamentos são tombados e apresentam manutenção periódica e adequação de hardware e de software.

A manutenção e supervisão dos dispositivos são realizadas sob uma política específica, que trata dos aspectos de segurança, integridade e disponibilidade. Todos os equipamentos passam por manutenção preventiva periódica, a cada fim de semestre, onde são realizadas atualizações de softwares e hardware. A manutenção corretiva é realizada sob demanda, podendo ser

solicitada por qualquer servidor através de um sistema de abertura de chamados específico para o setor de Tecnologia da Informação (TI), além de número de telefone e endereço de e-mail específico.

4.10 Laboratórios didáticos de formação básica

A estrutura do Polo de Educação a Distância é o lugar indicado para o desenvolvimento de atividades práticas de ensino, extensão e pesquisa e deve ser utilizado para o desenvolvimento de aulas, seminários, orientações de pesquisa, planejamento de aulas para a prática do estágio curricular supervisionado obrigatório, além de outras atividades didático-pedagógicas. Dispõe de infraestrutura e insumos adequados para atender ao número de vagas autorizadas para o curso, além de apresentar acessibilidade arquitetônica.

A realização das aulas e execução dos projetos de pesquisa/extensão vinculados ao curso de Licenciatura em Letras devem acontecer no Polo de Educação a Distância, considerando o agendamento da coordenação do curso, que deve levar em consideração a programação dos professores e agendamentos dos estudantes que necessitam de apoio presencial para o desenvolvimento de suas atividades.

4.11 Laboratórios didáticos de formação específica

A estrutura do Polo de Educação a Distância é o lugar indicado para o desenvolvimento de atividades práticas de ensino, extensão e pesquisa e deve ser utilizado para o desenvolvimento de aulas, seminários, orientações de pesquisa, planejamento de aulas para a prática do estágio curricular supervisionado obrigatório, além de outras atividades didático-pedagógicas. Dispõe de infraestrutura e insumos adequados para atender ao número de vagas autorizadas para o curso, além de apresentar acessibilidade arquitetônica.

A realização das aulas e execução dos projetos de pesquisa/extensão vinculados ao curso de Licenciatura em Letras devem acontecer no Polo de Educação a Distância, considerando o agendamento da coordenação do curso, que deve levar em consideração a programação dos professores e agendamentos dos estudantes que necessitam de apoio presencial para o desenvolvimento de suas atividades.

4.12 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático

A Produção de Materiais didáticos para a Educação a Distância é regulamentada pela RESOLUÇÃO-CS/IFPB N° 51, de 01 de outubro de 2019, que orienta o processo de roteirização, produção escrita, visual, audiodônica ou audiovisual; bem como a distribuição, transmissão, retransmissão, editoração, entre outros processos. Para tanto, define cada tipo de material quanto aos meios de produção, aos atores do processo e a difusão dos materiais produzidos.

As unidades do IFPB demandantes de produção de material didático devem constituir uma Coordenação de Materiais didáticos, que será responsável pelo:

planejamento, desenvolvimento e avaliação da produção de materiais didáticos e por acompanhar e intermediar as relações entre autores, coautores e os demais profissionais envolvidos na produção de materiais didáticos durante todo o processo de produção - da contratação a publicação. Deve garantir a qualidade final do material didático destinado aos estudantes de cursos, componentes curriculares e atividades na modalidade a distância.

A Diretoria de Educação a Distância é a responsável por orientar o desenvolvimento do processo e disponibiliza os recursos técnicos e profissionais para a finalização dos materiais escritos. É também responsável por conduzir o subprocesso de aquisição de materiais didáticos, que envolve procedimentos de avaliação da demanda solicitada, firmar contratos, submeter à avaliação os materiais adquiridos, instruir sobre os pagamentos referentes à aquisição de conteúdos, conforme determina a legislação vigente quando todo o processo for concluído.

4.13 Comitê de Ética em Pesquisa

O IFPB possui Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), criado por determinação federal (Conforme Resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Saúde - Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos), sendo um comitê central, composto por um colegiado interdisciplinar e independente, com sede em João Pessoa. Tem como missão primária salvaguardar os direitos dos voluntários (sujeitos da pesquisa), colaborando para que seus direitos e dignidade sejam preservados.

O Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB – CEP/IFPB contribui para a qualidade dos trabalhos científicos e para a discussão do papel da produção de conhecimento no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da comunidade. Contribui, ainda, para a valorização do pesquisador que recebe o reconhecimento de que sua proposta é eticamente adequada. Este é um comitê interdisciplinar que tem por função avaliar os projetos de pesquisa que envolvam a participação de seres humanos.

As características e as atribuições dos Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil estão contidas nas normativas emitidas pelo Conselho Nacional de Saúde. Constituído nos termos das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, o CEP/IFPB está homologado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), prestando atendimento para a comunidade acadêmica do IFPB e para diversas instituições parceiras.

A instalação, composição e atribuições deste comitê estão regulamentados pela Resolução AR do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE nº 01 (IFPB, 2019).

4.14 Ambientes profissionais vinculados ao curso

O Curso de Licenciatura em Letras Semipresencial contará com suporte da DED e do Campus João Pessoa, além da infraestrutura dos campi que sediam os PEaD, para promover aos estudantes uma experiência de aprendizado de qualidade. Além disso, o Campus ofertante do Curso de Licenciatura em Letras dispõe de uma Coordenação de Produção Audiovisual (CPAV) com recursos para a produção de vídeos de divulgação e vídeo-aulas.

Como exemplos de ações de apoio às ofertas na modalidade EAD, desenvolvidas no IFPB tem-se:

I. **Suporte para a elaboração de materiais audio-visuais:**

- A TV IFPB, unidade vinculada à Reitoria, localizada na Rua das Trincheiras, nº 275, oferece um suporte abrangente aos docentes na elaboração de videoaulas, visando garantir a qualidade e eficácia do material educacional. Para isso, a instituição disponibiliza um estúdio de gravação, onde os professores podem produzir conteúdos audiovisuais com alta qualidade de imagem e som.

- No Campus João Pessoa, a Coordenação de Produção Audiovisual (CPAV) dispõe de uma sala equipada com câmeras, equipamento de áudio gravação e computadores, que possibilitam a gravação de vídeos, a edição de vídeos feitos autonomamente pelos professores, além de dar suporte para a transmissão de vídeo conferências em redes sociais, como o YouTube.

II. **Suporte para a elaboração de materiais escritos:**

- A equipe de suporte da DED coordena a pós-produção do material didático desenvolvido pelo corpo docente. Isso consiste no processo de revisão textual, ilustração e diagramação dos materiais, o que lhes confere identidade institucional.

III. **Disponibilização e configuração do AVA:**

- A DED é responsável por disponibilizar o ambiente virtual no qual os alunos podem acessar materiais didáticos, assistir aulas gravadas, participar de fóruns de discussão e realizar avaliações. Esses espaços virtuais são projetados para promover a interação e o engajamento dos alunos. No AVA, encontram-se salas de tutoriais para docentes, que auxiliam no uso das ferramentas de aprendizagem; a sala da coordenação do curso e a sala de atendimento aos estudantes. O AVA está vinculado ao SUAP.Edu, o que garante a vinculação dos documentos acadêmicos dos estudantes (diários de classe e boletins) ao MOODLE, além do suporte técnico disponível para estudantes e professores que tenham alguma dificuldade com seu login ou uso das ferramentas.

IV. **Polos EAD nos campi:**

- Dispõem de laboratórios de informática equipados com computadores e acesso à internet, proporcionando aos alunos os recursos necessários para participar das atividades online, realizar pesquisas e interagir com os colegas e professores.

4.15 Política Institucional de Acessibilidade

A partir da Resolução nº 240/2015 e o exposto no inciso I do 2º Artigo, da Lei 10.098/2000, acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.”

O objetivo é assegurar o acesso amplo e seguro para todos os usuários, sem distinção de idade, tamanho ou limitações de mobilidade ou percepção, às atividades, serviços, sistemas e meios de comunicação e informação do IFPB. Isso inclui a utilização de espaços, edificações, mobiliário, equipamentos e dispositivos, bem como serviços de transporte, de maneira independente, autônoma, assistida e segura.

No campus João Pessoa, Campus ofertante do Curso Superior de Licenciatura em Letras, o IFPB se compromete com a acessibilidade de suas instalações, mobiliário e espaços urbanos, desenvolvendo projetos arquitetônicos e urbanísticos que incorporam os conceitos do desenho universal, além de remover barreiras arquitetônicas e adaptar unidades existentes durante reformas. Especificamente no curso, todos os laboratórios e espaços vinculados possuem rotas acessíveis, com caminhos contínuos, livres de obstáculos e devidamente sinalizados, que conectam ambientes internos e externos, permitindo o uso autônomo por todas as pessoas. Isso inclui a presença de pisos táteis direcionais e de alerta.

A circulação vertical nas edificações do curso é assegurada por pelo menos duas opções de deslocamento, como escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos. Além disso, as portas de corredores, acessos, escadas de emergência e áreas de resgate que fazem parte das rotas de fuga acessíveis são equipadas com barras antipânico, de acordo com a Norma NBR 11785 (ABNT, 2018).

No IFPB Campus João Pessoa, diversas adequações são implementadas para assegurar a acessibilidade e inclusão:

- Ingresso:
 - Editais e suas divulgações são feitos de forma acessível, incluindo a tradução para LIBRAS dos editais do PSCT.
 - As provas são adaptadas para atender às necessidades dos candidatos, como a disponibilização de intérprete de LIBRAS, materiais em Braille ou tempo adicional.
 - Candidatos têm o direito de utilizar múltiplas adaptações que facilitem sua participação no processo seletivo. Por exemplo, uma pessoa cega pode utilizar uma reglete para escrever em Braille ou um computador fornecido pela instituição.
 - A matrícula é garantida independentemente da deficiência do estudante, e as adaptações necessárias são mantidas ao longo de sua vida acadêmica, conforme estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146).
- Políticas Institucionais:

- As normativas gerais da instituição contemplam a diversidade, permitindo formatos alternativos para apresentações e TCCs, e orientam ações inclusivas, como o apoio da Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI) e dos intérpretes de LIBRAS.
 - As instalações são projetadas para promover a mobilidade, com pisos nivelados e antiderrapantes, banheiros adaptados, rampas e sinalização tátil, sonora e visual.
 - Mobiliário e dispositivos de segurança ou controle de acesso são acessíveis, em conformidade com a NBR 9050 e o Plano de Acessibilidade do IFPB.
- Comunicação e Informação: quanto para os seus acompanhantes; além da implantação da sinalização de todos os ambientes da Instituição, bem como a colocação de piso tátil.
- Comunicação e Informação:
 - Materiais didáticos e acervos de bibliotecas estão disponíveis em Braille, áudio, arquivos digitais e/ou LIBRAS.
 - Sites, sistemas e redes sociais institucionais são acessíveis digitalmente.
 - O Ava institucional é acessível em LIBRAS (VLBRAS) e dispõe de opções para controle de luminosidade, formato, cor e tamanho dos caracteres.
 - No Curso de Licenciatura em Letras no AVA foi criada uma Sala de Atendimento Individualizado; como o objetivo de atender a estudantes com necessidades específicas;
 - Informações são divulgadas em linguagem simples, acompanhadas de imagens, LIBRAS e audiodescrição.
 - Conteúdos audiovisuais incluem legendas e audiodescrição.
 - Computadores com softwares de acessibilidade e periféricos adaptados estão disponíveis, assim como meios de contato alternativos, como telefones com chamada de vídeo e chat.
 - Objetivos e Conteúdos:
 - Os objetivos e conteúdos são planejados considerando as necessidades dos estudantes, com a possibilidade de priorização, adição ou supressão de temas.

- Procedimentos Didáticos e Atividades:

- A apresentação dos conteúdos e as atividades são diversificadas, com ajustes na sequência ou complexidade das tarefas conforme necessário.

- Materiais:

- Recursos didáticos, incluindo tecnologias assistivas, são utilizados para tornar as explicações e atividades acessíveis a todos os sentidos.

- Avaliação:

- As técnicas e instrumentos de avaliação são adaptados às características do estudante, permitindo expressão por meio de fala, Braille, textos ampliados, computador, LIBRAS e comunicação alternativa.
- Avaliações podem ser documentadas através de portfólios e relatórios.

- Tempo:

- O tempo para realização de atividades e avaliações é flexibilizado de acordo com as necessidades e progresso do estudante.

É importante ressaltar que as políticas e práticas de inclusão do IFPB estão alinhadas com as Resoluções nº 240/2015 e 6/2024 do Conselho Superior. Estas estabelecem a Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI) em cada campus, responsável pela educação especial. A CLAI fornece recursos humanos e materiais essenciais para apoiar o processo de educação inclusiva, refletindo o compromisso institucional com a acessibilidade e equidade educacional.

5. CERTIFICAÇÃO

A Resolução CONSUPER nº 44 (IFPB, 2017) regulamenta os requisitos e o processo para a diplomação em todos os cursos superiores do IFPB, entre eles o Curso de Licenciatura em Letras, campus João Pessoa Centro.

O processo de Certificação (Diplomação) dos acadêmicos concluintes do Curso Licenciatura em Letras, campus João Pessoa, está condicionado ao cumprimento dos Requisitos de Conclusão, a saber: integralização da carga horária total do curso, realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e Colação de Grau.

A Colação de Grau será concedida, apenas, aos discentes que tiverem integralizado todo o currículo do curso, conforme previsto neste PPC. Entende-se por integralização do curso a conclusão com aprovação de todas as disciplinas obrigatórias da matriz curricular e ter condição regular em relação ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). A Colação de Grau dependerá, ainda, da comprovação, pelo discente, de regularidade acadêmica quanto às documentações exigidas pela Coordenação de Controle Acadêmico do campus, aos serviços de biblioteca e a outros atendimentos ou exigências formais requeridas do discente no processo educacional.

A solenidade de Colação de Grau será agendada pela Direção de Ensino do campus com, pelo menos, 45 dias de antecedência, sendo a Comissão de Cerimonial do campus responsável por comunicar, à Coordenação de Cerimonial da Reitoria, a previsão de data da solenidade. É importante observar que os prazos estabelecidos estão relacionados à data de entrada do requerimento do aluno e sua homologação ou não junto à Coordenação de Controle Acadêmico do Campus João Pessoa

A Colação de Grau extemporânea poderá ser solicitada pelo formando, com as devidas justificativas, devendo ter o deferimento dado pela Direção de Ensino do campus.

No ato da Colação de Grau, o graduando receberá um certificado de conclusão de curso e a Coordenação de Controle Acadêmico dará início ao procedimento para emissão do diploma,

encaminhando os processos dos graduados aos setores responsáveis para sua emissão e registro.

A emissão e o registro dos diplomas em formato digital são normatizadas no âmbito das instituições de ensino superior pelos seguintes portarias:

- I. Portaria Nº 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino;
- II. Portaria nº. 554, de 11 de março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- III. Portaria no. 1.001, de 8 de dezembro de 2021, que altera a Portaria MEC no. 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino;
- IV. Portaria MEC no. 554, de 11 de março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao sistema federal de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Portaria nº 330, de 5 de abril de 2018. Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino. Disponível em:

<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-330-de-5-de-abril-de-2018>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8368.htm.

BRASIL. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9991&ano=2019&ato=554EzaU9keZpWTde3>.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do Art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do Art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, ed. extra, Brasília, DF, ano 159, n. 61-F, p. 1-23, 1 abr. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.001, de 8 de dezembro de 2021. Altera a Portaria MEC nº 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino, e a Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao sistema federal de ensino. Disponível em:
<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-MEC-1001-2021-12-08.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 554, de 11 de março de 2019. Dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em:
https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/66544171/do1-2019-03-12-portaria-n-554-de-11-de-marco-de-2019-66543842

BRASIL. Resolução Conselho Nacional de Educação - CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em:
<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2665>.

BRASIL. Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União: Brasília, 31 de maio de 2012. Seção 1, p. 48. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Resolução Conselho Nacional de Educação/CP nº 01, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União: Brasília, 06 de janeiro de 2021. Seção: 1, p. 19. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>.

BRASIL. Resolução Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-cp-2024>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População da Paraíba. 2022. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html>.

IFPB. Instrução Normativa nº 02/2016 - PRE/REITORIA/IFPB, de 29 de novembro de 2016. Dispõe sobre obrigatoriedade da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/instrucao-normativa-pre-no-02-2016-oferta-disciplina-libras.pdf>.

IFPB. Instrução Normativa nº 02/2021 - PRE/REITORIA/IFPB, de 18 de junho de 2021. Institui e normatiza os procedimentos para elaboração do Plano de Disciplina dos Cursos de Graduação e outros procedimentos. Disponível em:
https://www2-2021-pre-reitoria-ifpb-de18-de-junho-de-2021_-plano-de-disciplina.pdf/view.

IFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020 – 2024. João Pessoa: IFPB, 2021. Disponível em:
https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf/view.

IFPB. Portaria nº 933/2016 - Reitoria, de 23 de março de 2016. Dispões sobre a disponibilização do mapa de atividades docentes. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/portaria-933-2016-torna-disponivel-o-mapa-de-atividades.pdf>.

IFPB. Resolução CEPE nº 01, de 15 de março de 2019. Aprova os Calendários Acadêmicos para o ano letivo 2019 dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio do Campus Avançado João Pessoa Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/cepe/resolucoes/ano-2019/aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-01>.

IFPB. Resolução Conselho Deliberativo nº 111, de 10 de abril de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 29, de 25/10/2016, que dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/bibliotecas/arquivos/resolucao-no-111-de-10-de-abril-de-2017-convalida-rs-29-2016-regimento-geral-bibliotecas.pdf>.

IFPB. Resolução Conselho Diretor Campus João Pessoa AR nº 07, de 23 de outubro de 2023. Aprova, Ad Referendum, o Plano de Contingência da Biblioteca Nilo Peçanha - IFPB - campus João Pessoa. Disponível em:

https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/conselho-diretor/resolucoes/ano-2023/resolucao-ar-7_2023.pdf/view.

IFPB. Resolução Conselho Superior AR nº 17, de 20 de maio de 2022. Altera a Resolução nº 62-CS, de 20/03/2017, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-ad-referendum/resolucao-ar-no-17/view>.

IFPB. Resolução Conselho Superior AR nº 19, de 24 de abril de 2018. Dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/ad-referendum/resolucao-no-19>.

IFPB. Resolução Conselho Superior AR nº 20, de 24 de abril de 2018. Dispõe sobre a Política de Línguas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/ad-referendum/resolucao-no-20>.

IFPB. Resolução nº 21/2023 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 03 de março de 2023. Regulamenta a admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial-PSE, e dá outras providências Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2023/resolucoes-aprovadas-pe-lo-colegiado/resolucao-no-21>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 08, de 23 de maio de 2018. Convalida a Resolução-AR nº 05, de 08/02/2018 que institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-08>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 114, de 10 de abril de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 03, de 06/01/2017 que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/bibliotecas/arquivos/resolucao-no-114-de-10-de-abril-de-2017-convalida-rs-03-2017-acervo-das-bibliotecas.pdf>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 13, de 23 de janeiro de 2023, que Convalida a Resolução-AR nº 27, de 08/07/2022, que dispõe sobre o Regulamento dos procedimentos para o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2023/resolucoes-aprovadas-pe-lo-colegiado/resolucao-no-13/view>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 13, de 23 de maio de 2018. Dispõe sobre Regulamento referente à utilização do uso do Nome Social de Travestis e Transexuais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/prae/acoes-inclusivas/legislacao-e-documentos-pertinentes/nome-social-resolucao-no-13-2018-ifpb.pdf/view>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 132, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação da Política Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/resolucao-ifpc-cs-132-2015.pdf>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 138, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação da Política de Educação das Relações Étnico-raciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-138>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 139, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre o regulamento dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-139/view>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 141, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a Regulamentação do Colegiado dos Cursos Superiores presenciais e a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:
<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-141>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 143, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a Regulamentação do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-143>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 144, de 11 de agosto de 2017. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos termos da legislação em vigor. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/inovacao/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-144-2017-consuper-regimento-geral-do-ifpb>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 146, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de educação superior e educação profissional técnica de nível médio oferecidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuegislaçãocoos/2egislaçãucaao-no-146>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 16, de 02 de agosto de 2018. Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assistencia-estudantil/documentos/resolucao-no-16-2018.pdf>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 21, de 03 de março de 2023. Convalida a Resolução AR 16/2022-CONSUPER, que altera a Resolução AR nº38, de 28/09/2020, e a Resolução 37, de 06/11/2020, que dispõe sobre o Regulamento de admissão de discentes de graduação por meio de Reingresso, Transferência Interna, Transferência Externa e Ingresso de Graduados, através de Processo Seletivo Especial-PSE, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2023/resolucoes-aprovadas-pe-lo-colegiado/resolucao-no-21>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 22, de 30 de junho de 2022. Convalida a Resolução AR 79/2021 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB que dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-aprovadas-pe-lo-colegiado/resolucao-no-22/view>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 24, de 30 de abril de 2019. Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-24>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 240, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-240/view>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 34, de 22 de setembro de 2022. Convalida a Resolução-AR nº 84/2021 que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-34-2022-consuper-ifpb/resolucao-34-2022-curricularizacao-da-extendao-do-ifpb.pdf>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 38, de 19 de dezembro de 2018. Convalida a Resolução-AR nº 54, de 13/12/2018, que dispõe sobre o Regulamento referente às atribuições e competências do profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/prae/acoes-inclusivas/legislacao-e-documentos-pertinentes/resolucao-no-38.pdf>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 43, de 20 de fevereiro de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 15, de 03/10/2016, que dispõe sobre Regulamento do Programa de Acompanhamento de Egresso-PAE do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-43>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 44, de 20 de fevereiro de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 18, de 10/10/2016, que dispõe sobre a Colação de Grau dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/resolucao-no-44-2017/view>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 54, de 19 de dezembro de 2018. Dispõe sobre Regimento do Comitê Gestor do Sistema de Automação de Bibliotecas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2018/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-54>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 54, de 20 de março de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 31, de 21/11/2016, que dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2017/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-54>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 60, de 12 de julho de 2019. Convalida a Resolução-AR nº 23, de 12/06/2019, que dispõe sobre alteração da Resolução-CS nº 142, de 02/10/2015 que dispõe sobre as normas, critérios e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e

internacional de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2019/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-60>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 61, de 01 de outubro de 2019. Dispõe sobre a reformulação das Normas de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

https://www.ifpb.edu.br/campinagrande/assuntos/estagio/documentos/resolucao_cs_61_2019_normas-de-estagio_ifpb.pdf.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 63, 16 de julho de 2021. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2021/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-no-63/view>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 64, de 16 de julho de 2021. Dispõe sobre o Plano de Qualificação dos Servidores (PQS) do IFPB (2020-2024). Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/servidor/pndp/normativos/resolucao-no-64-2021.pdf/view>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 65, 01 de maio de 2010. Dispõe sobre a aprovação do documento que dispõe sobre as diretrizes para a gestão das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do IFPB. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2010/resolucao-no-65>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 79, de 22 de setembro de 2021. Dispõe sobre o regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/pre/educacao-superior/legislacao-e-normas/Arquivos/res-ar-no-79-2021-reg-competencias-1.pdf>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 82, de 18 de outubro de 2021. Dispõe sobre a alteração da Regulamentação da Política de Capacitação e Qualificação dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/servidor/pndp/normativos/resolucao-no-82-2021.pdf>.

IFPB. Resolução Conselho Superior nº 96, de 04 de novembro de 2021. Dispõe sobre aprovação da Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em:

https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-96-2021-consuper-daaoc-reitoria-ifpb/resolucao96_2021consuper_daaoc_reitoria_ifpbaprovaapoliticadeextensodoifpb.pdf.

INEP. Nota técnica da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior/Diretoria de Avaliação da Educação Superior nº 065, de 09 de outubro de 2014. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/egislaçaoacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf>.

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens, v.2, 2015. PARAÍBA. Boletim Informativo 2022: Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba - Resultados 2020. Contas Regionais do Brasil - SEPLAG-PB/IBGE. SEPLAG-PB - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão da Paraíba. Gerência Executiva de Desenvolvimento Municipal e Regional (GEDMR).

PARAÍBA. Mesorregiões do Estado da Paraíba. Governo do Estado da Paraíba, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente - SECTMA/PB, 2016. Disponível em:
http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/PE_07.pdf.

PRIGOGINE, I. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: UNESP, 1996.

APÊNDICE A – Ementário

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS (ASM)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária		60h	
Pré-Requisitos		Não Há					
Docente		Otoniel Machado da Silva					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	ASM	56h	Extensão	–
Ementa							
A leitura literária e a formação do leitor. Conceitos de literatura. O cânone literário e sua problematização. Conceitos básicos da teoria literária. A linguagem literária e a dimensão estética. Natureza, valores e funções da literatura. Introdução aos gêneros e às formas literárias: texto poético, narrativo e dramático. Análise e interpretação de textos literários. Crítica textual.							
Bibliografia Básica							
ABREU, Márcia. Cultura letrada : literatura e leitura. São Paulo: Unesp, 2006.							
EAGLETON, Terry. Teoria da literatura : uma introdução. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.							
FORMIGA, Girlene Marques; SILVA, Otoniel Machado da; SILVA, Maria Analice Pereira da. Introdução aos estudos literários . João Pessoa: IFPB, 2014.							
Bibliografia Complementar							
BOLOGNINI, Carmen Zink Bolognini (org.). História da literatura : o discurso fundador. Campinas: Mercado de Letras, 2003.							
CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos . 2. ed. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.							
COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria : literatura e senso comum. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.							
MACHADO, Ana Maria. Como e por que ler os clássicos universais desde cedo . Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.							
ROSENFELD, Anatol. O teatro épico . 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. SOUZA, Roberto Acízelo de. Iniciação aos estudos literários . São Paulo: Martins Fontes, 2006.							
SOARES, Angélica. Gêneros literários . 7. ed. São Paulo: Ática, 2007.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
--							

INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA (ASM)						
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Não Há				
Docente		Rosana de Oliveira Sá				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	ASM	56h	Extensão –
Ementa						
Visão histórica da linguística. Linguística como ciência. Conceitos de língua, linguagem, linguística e gramática. Teoria dos signos. Dupla articulação. Contribuições de Saussure para a linguística do século XX.						
.						
Bibliografia Básica						
FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística : objetos teóricos. Vol 1. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.						
SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral . 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.						
WEEDWOOD, Barbara. História concisa da linguística . São Paulo: Parábola Editorial, 2002.						
Bibliografia Complementar						
LEROY, Murice. As grandes correntes da linguística moderna . São Paulo: Cultrix, 1977.						
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística : domínios e fronteiras. Vol. 1. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.						
_____. Introdução à Linguística : domínios e fronteiras. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2004.						
_____. Introdução à Linguística : domínios e fronteiras. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.						
ORLANDI, E. P. O que é linguística? . São Paulo: Brasiliense, 1990.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
-						
Observações						
-						

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO I (ASM)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos			Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Não há					
Docente		Solange Maimoni Gonçalves					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	51h	Prática/Presencial	9h	ASM	51h	Extensão	–
Ementa							
Noções e concepções de leitura. Conceito de texto e os elementos de textualidade. Conceituação e caracterização dos gêneros textuais. Prática de leitura e produção de gêneros textuais variados.							
Bibliografia Básica							
KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria & prática. 16 ed. Campinas: Pontes, 2016.							
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. 2009. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.							
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.							
Bibliografia Complementar							
ANTUNES, I. Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola, 2017.							
BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas a edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.							
CAVALCANTE, M. M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.							
KLEIMAN, A. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 6 ed. São Paulo: Pontes, 1999.							
KOCH, I.G. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

Educação a Distância e suas Tecnologias (EaD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária	45h		
Pré-Requisitos		Não Há					
Docente		Maria Betânia da Silva Dantas / Josali do Amaral					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão	-
Ementa							

Fundamentos da Educação a Distância. Histórico da EaD no mundo e no Brasil. Políticas públicas e marcos regulatórios. A EaD no IFPB: trajetória e desafios. Fundamentos Teóricos e Metodológicos. Abordagens pedagógicas na EaD. Modelos de mediação e tutoria. Papel do estudante e do professor na EaD. Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Estrutura e funcionalidades dos AVA. Práticas de organização de ambientes virtuais. Avaliação em contextos digitais. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Recursos digitais aplicados à educação. Multimodalidade e letramentos digitais. Tendências e inovações no ensino mediado por tecnologia.

Bibliografia Básica

ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. **Educação a Distância**: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson, 2009.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias**: o novo ritmo da informação. 9. ed. Campinas: Papirus, 2021.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

Bibliografia Complementar

GARRISON, D. Randy; ANDERSON, Terry. **E-Learning in the 21st Century**: a framework for research and practice. 3. ed. New York: Routledge, 2017.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara. **Educação a Distância**: desafios contemporâneos. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador**: comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

—

Observações

—

INGLÊS INSTRUMENTAL (EaD)						
Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária		45h
Pré-Requisitos						
Docente		Adriana Araujo Costeira de Andrade/Jackeline Maria de Albuquerque de Aragão				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão
Ementa						
Gêneros textuais das esferas acadêmica, científica e jornalística. Estratégias e técnicas de leitura. Elementos linguísticos e paralinguísticos necessários à compreensão e interpretação da leitura de eventos comunicativos.						
Bibliografia Básica						
DUDLEY-EVANS, Tony; ST JOHN, Maggie Jo. Developments in english for specific purposes: a multi-disciplinary approach . Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.						
MUNHOZ, Rosangela. Inglês instrumental: estratégias de leitura . São Paulo: Texto Novo, 2000.						
OUVERNEY-KING, Jamylle Rebouças; COSTA FILHO, José Moacir Soares da. Inglês instrumental . João Pessoa: IFPB, 2014.						
Bibliografia Complementar						
BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação . Tradução de Ângela Paiva Dionísio e Judith ChamblissHoffnagel, C. J. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.						
GRELLET, Françoise. Developing reading skills: a practical guide to reading comprehension exercises . Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.						
HUTCHINSON, Tom; WATERS, Alan. English for specific purposes: a learningcentred approach . Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.						
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008.						
SOUZA, Adriana Gade Fiori et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental . 2. ed. São Paulo: Disal, 2011.						
OUVERNEY-KING, Jamylle Rebouças; COSTA FILHO, José Moacir Soares da. (Org.) Reflexões didáticas sobre o ensino de língua estrangeira na atualidade . João Pessoa: Editora do IFPB, 2015.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
—						
Observações						
—						

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (EaD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária		60h	
Pré-Requisitos				Não Há			
Docente		Josali do Amaral					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão	
Ementa							

Ementa

A educação jesuítica. O império e a formação da elite. A primeira república e a crise da educação elitista. Os povos originários e afrodescendentes na política educacional brasileira. A educação nova no Brasil. O avanço da educação popular. A educação brasileira a partir de 1964. Análise histórica da educação, com foco na educação brasileira; O reflexo da história na configuração atual da educação brasileira. Implicações da história na prática pedagógica e na organização das instituições educacionais: caminhos contemporâneos e políticas afirmativas.

Bibliografia Básica

ARANHA, M. **História da educação e da pedagogia geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna. 2006.

STEPHANOU, M. BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. v. I. Petrópolis: Vozes, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa dos Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 21 ed. São Paulo: Autores Associados, 2021.

Bibliografia Complementar

BRASIL, **Lei** nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei** Federal 11.645 de 10 de março de 2008.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2001.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil: História e Teoria**. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

FAVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituições brasileiras**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2009.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

HISTEDBR On-line - Revista História da Educação Brasileira da Universidade Federal de Campinas/SP - UNICAMP, disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>

Observações

Conteúdos específicos que atendem a Política de educação em direitos humanos, Política de educação das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena:

- Os povos originários e afrodescendentes na política educacional brasileira.
 - Caminhos contemporâneos e políticas afirmativas
-

Orientação do Estágio Supervisionado I (EaD)

Tipo de Disciplina:	Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)	Carga Horária	15h
Pré-Requisitos	Não Há		
Docente	Josali do Amaral		
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	11h	Prática/Presencial	4h
		EaD	11h
		Extensão	
Ementa			

Aspectos legais do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório. Procedimentos para a formalização do estágio na instituição. A postura ética do estagiário no espaço escolar. Reconhecimento do ambiente escolar: infraestrutura, projeto pedagógico da escola, aspectos gerais da gestão escolar.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BARREIRO, Iríade Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019;

PICONEZ, S. C.; BERTHOLO, C. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. São Paulo: Papirus 1991.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Mariana; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

SILVA, Maria Analice Pereira Da; SEIXAS, Monica Maria Firmino. **Reflexões sobre ensino de língua e literatura no planejamento do estágio supervisionado no curso de Letras EaD/IFPB**. CONEDU - Formação de Professores (Vol. 02). Campina Grande: Realize Editora, 2024.

Observações

—

2º PERÍODO

TEORIA LITERÁRIA I (EAD)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos			Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Introdução aos Estudos Literários					
Docente		Antonio Rodrigues da Silva					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	56h	Prática/Presencial	4H	EaD	56	Extensão	—
Ementa							
Abordagens e perspectivas das teorias do texto poético. Discussões sobre teoria, literatura e cânone. Estudo das poéticas clássicas: mimesis e representação. Os conceitos de moderno e de tradicional no texto poético. A poesia moderna e contemporânea. Análise-interpretação de textos poéticos. Crítica textual.							
Bibliografia Básica							
ARISTÓTELES, HORÁCIO e LONGINO. A poética clássica . 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.							
BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia . 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.							
SILVA, Otoniel Machado da; BEZERRA, Marta Célia Feitosa. Teoria literária I . João Pessoa: IFPB, 2016.							
Bibliografia Complementar							
CANDIDO, Antonio. Na sala de aula : caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 2004.							
GOLDSTEIN, Norma. Versos, sons, ritmos . 14. ed. São Paulo: Ática, 2006. MOISÉS, Massaud. A criação literária: poesia e prosa . 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.							
MORICONI, Ítalo. Como e por que ler a poesia brasileira do século XX . Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.							
PLATÃO. A República . Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Martins Fontes, 2009.							
POUND, Ezra. ABC da literatura . 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
—							
Observações							
—							

MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (EAD)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária		60h	
Pré-Requisitos		Introdução à Linguística					
Docente		Benedita Vieira de Andrade					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56	Extensão	–
Ementa							

O vocábulo formal, sua estrutura e suas funções. Morfemas lexicais e morfemas gramaticais. Morfemas derivacionais e morfemas flexionais. Diferença entre derivação e flexão. Princípios da análise mórfica. Estrutura e formação de palavras. Flexão nominal e flexão verbal. Critérios para classificação de palavras do inventário aberto. Classes de palavras e categorias gramaticais.

Bibliografia Básica

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. R.J.: Lucerna, 2004.

CÂMARA JR., J.M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça; SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza. **Linguística aplicada ao Português: morfologia**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

ALEXANDRE, Carlos. **Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português**. São Paulo: Contexto, 211.

BASILIO, Margarida Maria de Paula. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

LAROCA, Maria N. C. **Manual de Morfologia do Português**. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2011.

MARTINS, Marcos Antônio (org.). **Gramática e ensino**. Natal, RN: EDUFRRN, 2013.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à Morfologia**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

–

Observações

–

LITERATURA E ENSINO (EaD)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos			Carga Horária	45h	
Pré-Requisitos		Introdução aos Estudos Literários					
Docente		Kelly Sheila Inocêncio Costa					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	36h	Prática/Presencial	– 9h	EaD	36h	Extensão	–
Ementa							
A leitura literária na escola. Livro didático, PCNs, OCNs e Referenciais Curriculares Estaduais. Práticas curriculares. Debates sobre o ensino de literatura por meio do historicismo literário e dos estilos de época. Literatura no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Vestibular.							
Bibliografia Básica							
PINHEIRO, Hélder e NÓBREGA, Marta (org.). Literatura e ensino : aspectos metodológicos e críticos. Campina Grande: EDUEFCG, 2014.							
SILVA, Maria Analice Pereira da; AIRES, Kelly Sheila Inocêncio Costa; FORMIGA, Girlene Marques. Literatura e ensino . João Pessoa: IFPB, 2016. Mimeo.							
SOUZA, Roberto Acízelo de. Iniciação aos estudos literários . São Paulo: Martins Fontes, 2006.							
Bibliografia Complementar							
BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola : de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.							
DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa . São Paulo: Editora Autores Associados. 2015.							
EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al. A escolarização da leitura literária : o jogo do livro infantil e juvenil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.							
MACHADO, Ana Maria. Como e por que ler os clássicos universais desde cedo . Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. SOARES, Angélica. Gêneros literários . 7. ed. São Paulo: Ática, 2007.							
FOSCHED, D.; WUNENBURGER, J-J. Metodologia filosófica . Tradução Paulo Neves. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

LINGUÍSTICA I (EaD)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos			Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA					
Docente		Denize de Oliveira Araujo					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão	–
Ementa							
Introdução às correntes da Linguística: Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo. Concepção de língua nas diferentes correntes linguísticas. Introdução ao Cognitivismo. A virada linguístico-pragmática.							
Bibliografia Básica							
FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística : objetos teóricos. Vol 3. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.							
MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de linguística . 2 ed. São Paulo: Contexto, 2024.							
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à Linguística : domínios e fronteiras. Vol. 3. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.							
Bibliografia Complementar							
DIJK, Teun A. Van. Cognição, discurso e interação . 7. ed. São Paulo: Contexto, 2011.							
FREIRE, Maximina et al. (orgs.). Linguística Aplicada e Contemporaneidade . Campinas/S Paulo: Pontes/ALAB, 2005.							
LEROY, Murice. As grandes correntes da linguística moderna . São Paulo: Cultrix, 1977.							
LYONS, John. Lingua(gem) e linguística : uma introdução. Trad. Marilda Winkler Averborg, Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2011.							
LOPES, Edward. Fundamentos da linguística contemporânea . São Paulo: Cultrix, 2000.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

Filosofia da Educação (EaD)						
Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)			Carga Horária	60h
Pré-Requisitos		História da Educação				
Docente		Cleyton Leandro Galvão				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão
Ementa						
Reflexão filosófica sobre a educação, seus fundamentos epistemológicos, ético-políticos e estéticos. Estudo das tradições clássicas, modernas e contemporâneas da filosofia da educação, com atenção especial às teorias críticas e pós-críticas. Investigação de temas contemporâneos como diversidade, direitos humanos, inclusão, tecnologia educacional, educação ambiental e sustentabilidade. A Filosofia da Educação como instrumento para formar professores críticos, criativos e comprometidos com a justiça social.						
Bibliografia Básica						
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação : fundamentos clássicos e contemporâneos. São Paulo: Moderna, 2006.						
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . 62. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.						
GADOTTI, Moacir. Educação e poder : introdução à pedagogia do conflito. 16. ed., São Paulo: Cortez, 2012.						
LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação . São Paulo: Cortez, 1994.						
SAVIANI, Dermeval. A escola e o currículo na contemporaneidade . 45. ed, São Paulo: Cortez, 2024.						
Bibliografia Complementar						
DOS SANTOS, Sales Augusto. Educação : um pensamento negro contemporâneo. Paco Editorial, 2015. MAZZOTTI, Tarso. A virada retórica da Filosofia da Educação . Editora Dialética, 2024.						
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro . 2a edição. São Paulo: Cortez, 2018. ZIZEK, Slavoj. Violência : seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
—						
Observações						
—						

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA (EAD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária	60h
Pré-Requisitos		Não Há			
Docente		Fernanda Maria Almeida Floriano			
Distribuição da Carga Horária					
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h
					Extensão
Ementa					

O Conhecimento Científico. Conceitos Básicos de Pesquisa. O uso da razão e as formas de raciocínio como método de investigação. Tipos de Pesquisa. Tema, problema e objetivos. Metodologia do Projeto de Pesquisa. As Técnicas e Métodos para Pesquisa em Educação. Aspectos Técnicos da Redação. Estrutura do Trabalho Acadêmico. Aspectos Técnicos da Escrita Científica e de Textos Acadêmicos (ABNT). Articulação do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Bibliografia Básica

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

OUVERNEY-KING, Janylle; SILVA, Fabiana Sena da; AMARAL, Josali do. **Metodologia da pesquisa /TCC**. João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.

Bibliografia Complementar

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos sem rodeio e sem medo da ABNT**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BONILLA, Victor et al. Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

FRANCO, Jeferson José Cardoso. **Como elaborar trabalhos acadêmicos nos padrões da ABNT aplicando recursos de informática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**: contém técnicas de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

MAGNANI, Ivetti. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2002. Acesso em: 25 maio 2005.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária**: bases ontológicas. João Pessoa: Editora Universitária, 2002. Extensão universitária e produção do conhecimento. Revista da ADUF/PB, n. 9, p. 13-17, jan./jun. 2003.

Observações

—

PRÁTICAS CURRICULARES DE EXTENSÃO I (PRESENCIAL)

Tipo de Disciplina:		Atividades Acadêmicas de Extensão		Carga Horária		120 h	
Pré-Requisitos		Não Há					
Docente		José Moacir Soares da Costa Filho					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	Prática/Presencial	120h	EaD	-	Extensão	120h
Ementa							

Extensão como prática curricular. A Literatura na escola. Produção e desenvolvimento de projeto de extensão vinculado à área de literatura.

Bibliografia Básica

COSTA, W. N. G. Curricularização da Extensão: o desafio no contexto das licenciaturas. **Revista Panorâmica**, Edição Especial, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PINHEIRO, Hélder; NÓBREGA, Marta (Org.). **Literatura e ensino**: aspectos metodológicos e críticos. Campina Grande: EDUEFCG, 2014.

FRUTUOSO, T. P. **O Processo de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC**. Dissertação Mestrado - Centro de Referência em Formação e Educação a Distância.

Bibliografia Complementar

EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al. **A escolarização da leitura literária**: o jogo do livro infantil e juvenil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GAVIRA, M.; GIMENEZ, A. M.; BONACELLI, M. B. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 395-415, Ago. 2020.

PEREIRA, N. F. VITORINI, R. A. Curricularização da Extensão: desafio da educação superior. Interfaces – **Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 01-591 jan./jun., 2019.

PIEROZAN, S. S. H. et al. **Curricularização da extensão**: debates e trajetórias no Ensino Superior. Recife: Even3 Publicações.

SANTOS, J. B. ALMEIDA, J. M. AZEREDO, L. D. DIAS, A. P. LUQUETTI, E. C. A. **importância da curricularização da extensão no processo de formação discente**. In: XI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos (Sinefil).

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Disponível em: https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf.

Observações

3º PERÍODO

TEORIA LITERÁRIA II (ASM)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos			Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Teoria Literária I					
Docente		Marta Célia Feitosa Bezerra					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão	–
Ementa							
As narrativas de ficção: aspectos formais e gêneros narrativos (romance, conto, novela, crônica e dramaturgia). Os recursos narrativos: personagem, tempo, espaço, ação, narrador, enredo. Estudo do narrador: aspectos formais e históricos; do narrador tradicional ao moderno. Análise-interpretação de textos narrativos. Crítica textual.							
Bibliografia Básica							
AIRES, Kelly Sheila Inocência Costa; BEZERRA, Marta Célia Feitosa; SILVA, Maria Analice Pereira da. Teoria literária II . João Pessoa: IFPB, 2013, mimeo.							
BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política : ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.							
EAGLETON, Terry. Teoria da literatura : uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.							
Bibliografia Complementar							
AUERBACH, Erich. Mimesis : a representação da realidade na literatura ocidental. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.							
CANDIDO, Antonio et al. A personagem de ficção . São Paulo: Perspectiva, 2011.							
CORTÁZAR, Julio. Valise de cronópio . São Paulo: Perspectiva, 1974.							
LEITE, Lígia Chiappini Moraes. O foco narrativo . São Paulo: Ática, 1985.							
NUNES, Benedito. O tempo na narrativa . 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO II (ASM)						
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Leitura e Produção de Texto I				
Docente		Mônica Maria Pereira Seixas				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	356h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão
Ementa						
Considerações e concepções sobre a escrita. O texto, os elementos de textualidade e os processos argumentativos. Prática de leitura e produção de diferentes gêneros textuais acadêmicos.						
Bibliografia Básica						
KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. Ler e escrever : estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.						
MACHADO, A. R. (Coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L.S. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola, 2005.						
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008.						
Bibliografia Complementar						
ANTUNES, I. Textualidade : noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola, 2017.						
KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. Escrever e argumentar . São Paulo: Contexto, 2016.						
KOCH, I.G. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2002.						
MACHADO, A. R. (Coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. Planejar gêneros acadêmicos . Vol. 1. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.						
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
—						
Observações						
—						

LITERATURA BRASILEIRA I (EaD)

Tipo de Disciplina:	Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos	Carga Horária	45h
----------------------------	---	----------------------	-----

Pré-Requisitos	Teoria Literária I
-----------------------	--------------------

Docente	Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues
----------------	---

Distribuição da Carga Horária

Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão	–
----------------	-----	---------------------------	----	------------	-----	-----------------	---

Ementa

Retórica, teologia e política nos escritos do Brasil Colonial. Escritos dos cronistas e viajantes. Condicionamentos externos e internos da “literatura” do Brasil Colônia. 139 Sistema Colonial e Condição Colonial. Análise-interpretação de textos quinhentistas, barrocos e árcades e seus reflexos na produção modernista. Crítica textual.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 12. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2012.

INÁCIO, Francilda Araújo; SILVA, Otoniel Machado da; RODRIGUES, Sílvia Sérgio Oliveira. **Literatura brasileira I**. João Pessoa: IFPB, 2013, mimeo.

Bibliografia Complementar

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COUTINHO, Afrânio (dir.); COUTINHO, Eduardo (co-direção). **A literatura no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Global, 2001. V. 2.

CAMPOS, Haroldo de. **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira**: o caso Gregório de Mattos. São Paulo: Iluminuras, 2011.

HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

OLIVEIRA, Antonio Carlos; VILLA, Marco Antonio (Org.). **Cronistas do descobrimento**. São Paulo: Ática, 1999.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

–

Observações

–

LITERATURA PORTUGUESA I (EaD)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos			Carga Horária		45h
Pré-Requisitos		Teoria Literária I					
Docente		Anna Giovanna Rocha Bezerra					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão	–
Ementa							
Os cancioneiros medievais e o romance de cavalaria. O humanismo português. As representações do mar e da conquista marítima. O teatro de Gil Vicente. O Barroco e as formas retóricas. Arcádia e tendências iluministas. O romance passional e o romantismo em Portugal. Análise-interpretação de textos literários. Crítica Textual.							
Bibliografia Básica							
BEZERRA, Marta Célia Feitosa; MOREIRA, Edilane Rodrigues Bento; INÁCIO, Francilda Araújo. Literatura portuguesa I . João Pessoa: IFPB, 2013, mimeo.							
MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa através dos textos . 36. ed. São Paulo: Cultrix, 2009.							
SPINA Segismundo (Org.). História da língua portuguesa . Cotia, SP: Ateliê, 2008.							
Bibliografia Complementar							
BRAGA, Rubem; BRAGA, Edson Rocha. Os lusíadas . 10. ed. São Paulo: Scipione, 1995. (Série reencontro)							
CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade : estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.							
GUEDES, António César. Um olhar sobre o passado . Oliveira de Azeméis, Portugal Caima Press, 1998.							
OLIVIERI, Antonio Carlos e VILLA, Marco Antonio (Orgs.). Cronistas do descobrimento . São Paulo: Ática, 1999.							
SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. Teoria da literatura . 8. ed. Coimbra: Almedina, 2010.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

LINGÜÍSTICA II (EaD)						
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Linguística I				
Docente		Valquíria da Silva Souza				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão
Ementa						
Interacionismo no campo da Linguística. Áreas de estudo da Linguística: definição e objetos de estudo. Introdução à Linguística Textual. Noções elementares de Psicolinguística. Noções elementares de Análise do Discurso.						
Bibliografia Básica						
MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de linguística . 2 ed. São Paulo: Contexto, 2024.						
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). Introdução à Linguística : domínios e fronteiras. Vol. 2. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.						
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). Introdução à Linguística : domínios e fronteiras. Vol. 3. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.						
Bibliografia Complementar						
BRAIT, Beth. (Org.). Estudos enunciativos no Brasil : histórias e perspectivas. Campinas: Pontes, 2001.						
KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual : trajetória e grandes temas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.						
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). Introdução à Linguística : domínios e fronteiras. Vol. 1. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.						
ORLANDI, E. P. Análise de discurso : princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.						
SCLIAR-CABRAL, L. Introdução à Psicolinguística . São Paulo: Ática, 1991.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
—						
Observações						
—						

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM (EaD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária	45h	
Pré-Requisitos		NÃO HÁ				
Docente		Ellis Ferreira dos Santos				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão
Ementa						

Introdução à Psicologia Geral. Visões atuais da Psicologia. A aprendizagem sob diferentes perspectivas teóricas. Problemas de aprendizagem e intervenções psicopedagógicas. O aprender no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Bibliografia Básica

ALENCAR, E.S (Org.). **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DANTAS, Maria Betânia da Silva; ARAÚJO, Glauco Barbosa de. **Psicologia da aprendizagem**. João Pessoa: IFPB, 2013, mimeo.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar

COLL, César; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2 ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1992.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. Trad.de José Cipolla Neto, Luís Silveira Mena Barreto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

—

Observações

—

ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (EaD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária	15h	
Pré-Requisitos		Orientação de Estágio Supervisionado I				
Docente		Maria Analice Pereira				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	11h	Prática/Presencial	4h	EaD	11h	Extensão –
Ementa						

Observação no Ensino Fundamental II - Anos Finais. O papel da interação. Concepções de Linguagem. Leitura literária na sala de aula. Subsídios teórico-metodológicos para atuação do estagiário no Ensino Fundamental II, no âmbito da observação.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARREIRO, Iriade Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

PICONEZ, S. C.; BERTHOLO, C. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. São Paulo: Papirus 1991.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Mariana; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

SILVA, Maria Analice Pereira Da; SEIXAS, Monica Maria Firmino. **Reflexões sobre ensino de língua e literatura no planejamento do estágio supervisionado no curso de letras ead/ifpb**. CONEDU - Formação de Professores (Vol. 02). Campina Grande: Realize Editora, 2024.

Observações

Para atender aos conteúdos obrigatórios, deve-se destacar e considerar os conhecimentos que serão abordados nas seguintes disciplinas: Linguística I; Linguística II; e Literatura e Ensino.

4º PERÍODO

LITERATURA BRASILEIRA II (ASM)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos			Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Teoria Literária II					
Docente		Ana Paula Sousa Silva					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	ASM	56H	Extensão	-
Ementa							
Formação e consolidação do sistema literário nacional. Debates sobre a identidade nacional: diálogos dos séculos XIX e XX. O surgimento do romance no Brasil. Os principais romancistas, poetas e dramaturgos do século XIX. Estéticas romântica e realista-naturalista. Análise-interpretação de textos literários. Crítica textual.							
Bibliografia Básica							
AIRES, Kelly Sheila Inocência Costa; RODRIGUES, Etienne Mendes; FREIRE, Rosângela Freire. Literatura brasileira II . João Pessoa: IFPB, 2014, mimeo.							
BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira . 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.							
GUINSBURG, Jacó. O romantismo . 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.							
Bibliografia Complementar							
BAKHTIN Mikhail. Estética da criação verbal . 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.							
CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade : estudos de teoria e história literária. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.							
_____. O romantismo no Brasil . São Paulo: Humanitas, 2002. MEYER, Marlyse. Caminhos do imaginário no Brasil . São Paulo: Edusp, 1993.							
SCHWARZ, Roberto. Que horas são? ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.							
SILVA, Otoniel Machado da. Retórica, roda de compadres, solidão e achaques da velhice: o Machado de Assis das cartas . João Pessoa: IFPB, 2015.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
-							
Observações							
-							

MORFOSSINTAXE (ASM)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos			Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Morfologia da Língua Portuguesa e Linguística II					
Docente		Benedita Vieira de Andrade					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	ASM	56H	Extensão	-
Ementa							

Apresentação da relação morfologia e sintaxe. Articulação de componentes gramaticais sob influência da interpretação semântica. Funções sintáticas dos termos no período simples. Estruturação sintagmática. Estruturas arbóreas. Organização e morfossintaxe do período composto. Aplicação morfossintática de elementos de coesão e coerência textuais.

Bibliografia Básica

CARONE, Flávia de B. **Morfossintaxe**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

KENEDY, Eduardo; OTHERO, Gabriel. **Para conhecer Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUZA e SILVA, Maria Cecília P. de, KOCH, I. G. V. **Linguística aplicada ao Português: sintaxe**. 10. ed. São Paulo; Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à Sintaxe do Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECHARA, Evanildo. **Lições de português pela análise sintática**. 18. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

KATO, Mary A. ; NASCIMENTO, Milton do (Orgs). **Gramática do português culto falado no Brasil: vol. 2: a construção da sentença**. São Paulo: Contexto, 2015.

MIOTO, C.; SILVA, M.C.F.; LOPES, R. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

SAUTCHUK, Inez. **Prática de morfossintaxe**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2018.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

-

Observações

-

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (EAD)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária	60h	
Pré-Requisitos		Morfologia da Língua Portuguesa				
Docente		Danúbia Barros Cordeiro Cabral				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão
Ementa						

Origem e formação da língua portuguesa. Periodização e expansão da língua portuguesa. A formação lexical da língua portuguesa. Características gramaticais e fonéticas do latim à língua portuguesa. A produção literária galego-portuguesa. A prosa literária do século XV. Contribuições indígenas e africanas. Influências italiana, francesa, inglesa, espanhola. O português clássico. A língua portuguesa dos séculos XVIII, XIX e XX. Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

CASTRO, Ivo. **Introdução à História do Português**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

GALINDO, Caetano W. **Latim em pó: um passeio pela formação do nosso português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Bibliografia Complementar

ALI, M. Said. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 8 ed. Brasília: UNB, 2001.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

SPINA, Segismundo. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

VILELA, Mário. **Estruturas léxicas do português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

-

Observações

-

LITERATURA PORTUGUESA II (EaD)

Tipo de Disciplina:	Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos	Carga Horária	45h
Pré-Requisitos	LITERATURA PORTUGUESA I		
Docente	Antonio Rodrigues da Silva		

Distribuição da Carga Horária

Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão	-
----------------	-----	---------------------------	----	------------	-----	-----------------	---

Ementa

O realismo/naturalismo: representação da sociedade burguesa e os novos paradigmas científicos. Vanguarda e o alvorecer da modernidade. A poesia e as representações da modernidade na heteronímia de Fernando Pessoa. Solipsismo, saudade e morte em trânsito: o simbolismo e a modernidade. Tendências não-realistas e a crítica social. O romance contemporâneo e as novas formas da narrativa. Análise-interpretação de textos literários. Crítica textual.

Bibliografia Básica

MOISÉS Massaud. A literatura portuguesa através dos textos. 33. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

MOREIRA, Edilane Rodrigues Bento; BEZERRA, Marta Célia Feitosa; VASCONCELOS, Raíra Costa Maia de. Literatura portuguesa II. João Pessoa: IFPB, 2014, mimeo.

SPINA Segismundo (Org.). História da língua portuguesa. Cotia, SP: Ateliê, 2008.

Bibliografia Complementar

AMORA, Antônio Soares; MOISÉS, Massaud. Presença da literatura portuguesa: era clássica. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975.

CAMIGLIERI, Laurence; HUISMAN, Marcelle ; HUISMAN, Georges . As mais belas lendas da idade média. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DUBY Georges. Damas do século XII: a lembrança das ancestrais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PASTOUREAU, Michel. No tempo dos cavaleiros da tábua redonda: (França e Inglaterra, séculos XII e XIII). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. Teoria da literatura. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

—

Observações

—

DIDÁTICA (EaD)						
Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)			Carga Horária	60h
Pré-Requisitos		História da Educação Brasileira				
Docente		Maria Betânia da Silva Dantas				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão
Ementa						

Estudo da Didática como campo de conhecimento pedagógico, seus fundamentos históricos, políticos e epistemológicos, e sua relação com a prática docente. A didática no Brasil: desenvolvimento histórico e tendências pedagógicas. Reflexão crítica sobre o papel social do professor e da escola na contemporaneidade. Planejamento, organização, mediação e avaliação do processo de ensino-aprendizagem; Abordagem das dimensões ética, estética e política da prática docente, enfatizando o ensino de Língua Portuguesa e Literatura no contexto da Educação Básica. O papel da Didática no processo de construção da identidade do profissional do magistério.

Bibliografia Básica	
COMENIUS, J. Amos. Didática Magna (1621-1657). Versão para e-book. Fundação Calouste Gulbekian, 2001. Disponível em: . Acesso em: 27 de set.2025.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia . Paz e Terra, 1996.	
LIBÂNEO, José Carlos. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2020.	
PIMENTA, Selma Garrido. Didática e Formação de Professores : percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2019.	

Bibliografia Complementar	
CANDAU, Vera Maria. Didática : questões contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2018.	
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica : primeiras aproximações. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.	
ZABALA, Antoni. A prática educativa : como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.	
MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma educação inovadora : uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.	

Bibliografia Suplementar (Periódicos)	
-	
Observações	
-	

PRÁTICAS CURRICULARES DE EXTENSÃO II (PRESENCIAL)

Tipo de Disciplina:	Atividades Acadêmicas de Extensão	Carga Horária	105h
Pré-Requisitos	Não há		
Docente	José Moacir Soares da Costa Filho		
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	-h	Prática/Presencial	105
		EaD	-h
		Extensão	105
Ementa			

Extensão como prática curricular. A escola como espaço prático da formação docente. Produção e desenvolvimento de projeto de extensão vinculado à formação didático-pedagógica do professor de língua portuguesa e literatura.

Bibliografia Básica

COSTA, W. N. G. Curricularização da Extensão: o desafio no contexto das licenciaturas. Revista Panorâmica, Edição Especial, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática pedagógica. 48 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Didática e interdisciplinaridade.** 17. ed. Campinas: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar

GAVIRA, M.; GIMENEZ, A. M.; BONACELLI, M. B. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 395-415, Ago. 2020.

PEREIRA, N. F. VITORINI, R. A. Curricularização da Extensão: desafio da educação superior. Interfaces – Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p.01-591 jan./jun. 2019.

PIEROZAN, S. S. H. et al. Curricularização da extensão: debates e trajetórias no Ensino Superior. Recife: Even3 Publicações.

SANTOS, J. B. ALMEIDA, J. M. AZEREDO, L. D. DIAS, A. P. LUQUETTI, E. C. A. importância da curricularização da extensão no processo de formação discente. In: XI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos (Sinefil).

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

–

Observações

–

ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (EaD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária	30h		
Pré-Requisitos				Orientação de Estágio Supervisionado II			
Docente		Maria Analice Pereira da Silva					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	21h	Prática/Presencial	9h	EaD	21h	Extensão	-
Ementa							

Regência no Ensino Fundamental II - Anos Finais. Aspectos da Didática. Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa. Subsídios teórico-metodológicos para atuação do estagiário no Ensino Fundamental II, no âmbito do planejamento pedagógico e da regência de aulas.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARREIRO, Irlade Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FERREIRA, A. T. B; ROSA, E. C. de S. **O fazer cotidiano na sala de aula**: a organização do trabalho pedagógico no ensino da língua materna. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019;

PICONEZ, S. C.; BERTHOLO, C. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. São Paulo: Papirus 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

SILVA, Maria Analice Pereira Da; SEIXAS, Monica Maria Firmino. **Reflexões sobre ensino de língua e literatura no planejamento do estágio supervisionado no curso de letras ead/ifpb**. CONEDU - Formação de Professores (Vol. 02). Campina Grande: Realize Editora, 2024.

Observações

Para atender aos conteúdos obrigatórios, deve-se destacar e considerar os conhecimentos que serão abordados nas seguintes disciplinas: Didática e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa.

5º PERÍODO

METODOLOGIA DO ENSINO DE LITERATURA (ASM)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos			Carga Horária	60h	
Pré-Requisitos		Teoria Literária II					
Docente		Girlene Marques Formiga					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	51h	Prática/Presencial	9h	ASM	51h	Extensão	—
Ementa							
ALVES, Jose Hellder Pinheiro; LACERDA, Andrea Maria de Araújo; SEGABINAZI, Daniela Maria. Metodologia do ensino de literatura . João Pessoa: IFPB, 2014, mimeo.							
COSSON, Rildo. Letramento literário : teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2007.							
SOUZA, Roberto Acízelo de. Iniciação aos estudos literários . São Paulo: Martins Fontes, 2006.							
Bibliografia Básica							
CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos . 2. ed. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.							
DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais e ensino . São Paulo: Parábola, 2013.							
EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al. A escolarização da leitura literária : o jogo do livro infantil e juvenil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.							
LEITE, Ligia Chiappini Moraes. Reinvenção da catedral : língua, literatura, comunicação: novas tecnologias, políticas de ensino. São Paulo: Editora Cortez, 2005.							
SEGABINAZI, Daniela Maria; FRANCELINO, Pedro Farias (Org.). Língua, literatura e ensino : concepções diálogos e convergências. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.							
Bibliografia Complementar							
—							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
—							
Observações							
—							

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA (ASM)

Tipo de Disciplina:	Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos	Carga Horária	60h
Pré-Requisitos	Linguística II		
Docente	Jose Moacir Soares da Costa Filho		
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	51h	Prática/Presencial	9h
		ASM	51h
		Extensão	
Ementa			

Concepções de língua, linguagem e gramática. Abordagens para o ensino de gramática. Documentos oficiais para o ensino de língua Portuguesa. Eixos de ensino de língua Portuguesa. Gêneros textuais e ensino. O livro didático de língua portuguesa. Sequências didáticas para o ensino de língua portuguesa.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ-MESTRE, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2004. Tradução de Roxane Rojo.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Gramática contextualizada**: limpando “o pó das ideias simples”. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2014.

ELIAS, Vanda Maria (org.). **Ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

RIOLFI, Claudia et al. **Ensino de língua Portuguesa**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

—

Observações

—

Literaturas dos Povos Originários do Brasil (EaD)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária	30h
Pré-Requisitos		Teoria Literária II			
Docente		Kelly Sheila Inocêncio Costa			
Distribuição da Carga Horária					
Teórica	26h	Prática/Presencial	4h	EaD	26h
Extensão					
Ementa					

Introdução ao campo das literaturas indígenas brasileiras e suas múltiplas formas de manifestação e os contextos históricos, sociais e culturais que as perpassam. Obras literárias indígenas, de produções literárias orais das populações indígenas no Brasil, as tradições ancestrais e as produções contemporâneas. A oralidade, a identidade indígena e a literatura de resistência. Reflexões sobre a relação das literaturas indígenas com as questões decoloniais. Os movimentos sociais indígenas atuais.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, D. **O Nome das Coisas**: Poéticas da Literatura Indígena Brasileira. São Paulo: Editora da UNESP, 2024.

NASCIMENTO, L. **As Narrativas Indígenas no Brasil**: Cultura, História e Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SANTOS, A. A. **A Literatura Indígena Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, M. **Escrita e Oralidade nas Literaturas Indígenas Brasileiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

COSTA, V. R. **A Literatura Indígena e o Movimento de Reconhecimento no Brasil**. São Paulo: Editora EdUSP, 2021.

BARBOSA, A. E. **Linguagens Indígenas**: A Convergência entre a Literatura e os Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

GOMES, P. (2019). **Poéticas da Terra**: Literatura Indígena no Século XXI. Campinas: Editora Alínea, 2019.

KISIRIRI, L. **Literatura e Resistência**: A Produção Literária Indígena no Contexto da Colonização e Pós-Colonização. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

—

Observações

—

SEMÂNTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA (EaD)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária	45h	
Pré-Requisitos		Linguística II				
Docente		Edilane Rodrigues Bento Moreira				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão
Ementa						
A semântica no campo dos estudos da linguagem. Conceituação, objetivos e domínios da semântica. Níveis de estudos semânticos e principais teorias e modelos. Relações semântico-discursivas						
Bibliografia Básica						
FERRAREZI-JÚNIOR, Celso; BASSO, Renato. Semântica, semânticas : uma introdução. São Paulo: Contexto, 2013.						
GOMES, Ana Quadros; MENDES, Luciana Sanchez. Para conhecer semântica . São Paulo: Contexto, 2018.						
ILLARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. Semântica . 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.						
Bibliografia Complementar						
CANÇADO, Márcia. Manual de semântica : noções básicas e exercícios. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.						
ILLARI, Rodolfo. Introdução à semântica : brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.						
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). Introdução à linguística : domínios e fronteiras. 2v. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.						
PECHEUX, Michel. Semântica e Discurso . Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 2009.						
TAMBA, Irène. A semântica . Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.						
MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio . Educação em Revista. n.47, pp. 135-155.						
MOLINA, A. H; FERREIRA, C. A. L. (Orgs.). Entre Textos e Contextos : caminhos do ensino de História. Curitiba: CRV,2020.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
—						
Observações						
—						

FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (EaD)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária	60h	
Pré-Requisitos		Linguística II				
Docente		Hertha Cristina Carneiro Pessoa				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão –
Ementa						

Conceito de fonética e fonologia. Reflexões sobre variantes linguísticas. Estudo de casos de lexicalização. Reconhecimento de partes e funções do aparelho fonador. Estudos dos fonemas consonantais e vocálicos e sua articulação em grupos silábicos (ditongos, tritongos, hiatos e glides). Estudo dos alofones. Modelos fonológicos.

Bibliografia Básica

BISOL, Leda (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e à fonologia**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Bibliografia Complementar

BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia. **Fonologia e variação: recortes do Português Brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

MATEUS, Maria Helena Mira. **Aspectos da fonologia portuguesa**. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1975. (19).

_____. **O acento da palavra em português: uma nova proposta**. Boletim de Filologia, Lisboa 1983. (27).

_____. et al. **Fonética, fonologia e morfologia do português**. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

–

Observações

–

Currículo e Avaliação (EaD)							
Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)			Carga Horária	45h	
Pré-Requisitos		Didática					
Docente		Maria Betânia da Silva Dantas					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	41	Prática/Presencial	4h	EaD	41	Extensão	–
Ementa							
Estudo das teorias do currículo e suas implicações para a prática pedagógica; Concepções e práticas de avaliação no processo de ensino-aprendizagem. Funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Avaliação como prática emancipatória e como instrumento de controle. Interfaces entre currículo, planejamento e avaliação. Políticas educacionais e documentos oficiais relacionados à avaliação da aprendizagem e à organização curricular no Brasil.							
Bibliografia Básica							
APPLE, M. W. Repensando ideologia e currículo . Porto Alegre: Artmed, 2006.							
LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2021.							
MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. (orgs.). Currículo, cultura e sociedade . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2020.							
SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática . Porto Alegre: Artmed, 2000.							
HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho . Porto Alegre: Mediação, 2018.							
Bibliografia Complementar							
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 2019.							
PACHECO, J. A. Currículo: teoria e práxis . Porto: Porto Editora, 2005.							
HADJI, C. Avaliação desmistificada . Porto Alegre: Artmed, 2001.							
LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.							
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular . Brasília: MEC, 2017.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

Práticas Curriculares de Extensão III							
Tipo de Disciplina:		Atividades Acadêmicas de Extensão		Carga Horária		120h	
Pré-Requisitos							
Docente		José Moacir Soares da Costa Filho					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	-	Prática/Presencial	120h	EaD	-	Extensão	120
Ementa							
Extensão como prática curricular. A Linguística na escola. Produção e desenvolvimento de projeto de extensão vinculado à área de linguística.							
Bibliografia Básica							
COSTA, W. N. G. Curricularização da Extensão : o desafio no contexto das licenciaturas. Revista Panorâmica, Edição Especial, 2019.							
FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.							
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção Textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008.							
Bibliografia Complementar							
GAVIRA, M.; GIMENEZ, A. M.; BONACELLI, M. B. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão : um guia para universidades públicas brasileiras. Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 25, n. 2, p. 395-415, Ago. 2020.							
GERALDI, João Wanderley. (org.). O texto na sala de aula . São Paulo: Anglo, 2012.							
PEREIRA, N. F. VITORINI, R. A. Curricularização da Extensão : desafio da educação superior. Interfaces – Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p.01-591 jan./jun. 2019.							
PIEROZAN, S. S. H. et al. Curricularização da extensão : debates e trajetórias no Ensino Superior. Recife: Even3 Publicações.							
SANTOS, J. B. ALMEIDA, J. M. AZEREDO, L. D. DIAS, A. P. LUQUETTI, E. C. A. importância da curricularização da extensão no processo de formação discente. In: XI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos (Sinefil).							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
-							
Observações							
-							

6º PERÍODO

LITERATURA BRASILEIRA III (ASM)						
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Teoria Literária II				
Docente		Otoniel Machado da Silva				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	ASM	56h	Extensão
Ementa						
O moderno fora do Modernismo na Literatura Brasileira: Machado de Assis e Augusto dos Anjos. Simbolismo e Parnasianismo. O Pré-Modernismo brasileiro: representações sociais do urbano, das migrações e das políticas vigentes. Análise-interpretação de textos literários. Crítica textual.						
Bibliografia Básica						
BEZERRA, Marta Célia Feitosa; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico; PEREIRA, João Batista. Literatura brasileira III . João Pessoa: IFPB, 2014, mimeo.						
BOSI, Alfredo. Dialética da colonização . 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.						
MOISÉS, Massaud. A criação literária : poesia e prosa. São Paulo: Cultrix, 2012.						
Bibliografia Complementar						
CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade : estudos de teoria e história literária. São Paulo: T. A. Queiroz editor, 2002.						
FLAUBERT, Gustave. Madame Bovary . São Paulo: Abril Cultural, 1971.						
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.						
LAJOLO, Marisa. Monteiro Lobato : um brasileiro sob medida. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.						
LEITE, Lúgia Chiappini Moraes. O foco narrativo . São Paulo: Ática, 1993.						
MARQUES JUNIOR, Milton. Estudos de literatura brasileira . João Pessoa: Ideia, 2004.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
—						
Observações						
—						

SOCIOLINGÜÍSTICA (ASM)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Linguística II				
Docente		Mônica Maria Pereira Seixas				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	ASM	56h	Extensão
Ementa						

Sociolinguística: conceitos básicos e a realidade brasileira. Preconceito linguístico. A Sociolinguística como prática social. Panorama da Sociolinguística no Brasil: variação e diversidade linguística nas práticas sociais em diferentes esferas de circulação. Relação entre língua, sociedade, cultura e contexto. Implicações da sociolinguística para o ensino de língua portuguesa.

Bibliografia Básica

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 55. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

_____; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna**: letramento, variação & ensino. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

COELHO, Izete Lehmkuhl et. al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

Bibliografia Complementar

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?**: sociolinguística e educação. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2002.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Maria Helena de M. **Que gramática ensinar na escola?**: Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.

PRETI, Dino. **Variações na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2011.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**. 17 ed. São Paulo: Ática. 2000.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

–

Observações

–

PRAGMÁTICA (EAD)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos			Carga Horária		45h
Pré-Requisitos		Linguística II					
Docente		Neilson Alves de Medeiros					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica:	36h	Prática/Presencial	9h	EaD	36h	Extensão	–
Ementa							
A pragmática no campo de estudos da linguagem. Fronteiras entre semântica e pragmática. Conceituação, objetivos e o domínio da Pragmática. Teoria dos atos de fala. Máximas conversacionais. Dêixis. Pressuposição.							
Bibliografia Básica							
LEVINSON, Stephen C. Pragmática . São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.							
RASO, Tommaso. Pragmática . São Paulo: Parábola, 2023.							
SOUZA, Luisandro Mendes de; PAGANI, Luiz Arthur. Para conhecer pragmática . São Paulo: Contexto, 2022.							
Bibliografia Complementar							
ARMENGAUD, Françoise. A pragmática . 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.							
AUSTIN, J.L. Quando dizer é fazer: palavras e ação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.							
KOCH, I.G. Argumentação e linguagem . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.							
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras . Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2004.							
SEARLE, J. R. Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala . 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA (EaD)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária	45h
Pré-Requisitos		Teoria Literária II			
Docente		Maria Analice Pereira da Silva			
Distribuição da Carga Horária					
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h
		Extensão			
Ementa					

Ementa

Estudo da Lei 10.639/2003, acrescida de lei 11.645/2008. Racismo e antirracismo na educação. História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos. Olhar crítico sobre os processos de colonização. Utopias libertárias e a descolonização política e literária. Conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença, decolonialidade e pensamento afro-diaspórico. Cultura e hibridismo cultural. Panoramas de literaturas africanas em Língua Portuguesa. Leituras e análises críticas de literaturas africanas em Língua Portuguesa produzidas em Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Bibliografia Básica

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos; GOMES, Nilma Lino. **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. Autêntica Editora, 2024.

CHAVES, Rita. **Contos africanos dos países de língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 2009.

SOUZA, Francisca Zuleide Duarte de; LUCIO, Ana Cristina Marinho; MARQUES, Moama Lorena de Lacerda. **Literaturas africanas de língua portuguesa**. João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.

Bibliografia Complementar

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: SECADI, 2013.

DANTAS, Elisalva Madruga (Org.) et al. **Textos poéticos africanos de língua portuguesa e afro-brasileiros**. João Pessoa: Ideia, 2007.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008; São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Globais / Projetos Locais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RIBEIRO, Esmeralda ; BARBOSA, Márcio (Org.). **Cadernos negros: contos afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombo hoje, 2007.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

-

Observações

-



LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (EaD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)			Carga Horária	60h
Pré-Requisitos		Não Há				
Docente		Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	EaD	56h	Extensão
Ementa						
Compreender o processo histórico da Língua Brasileira de Sinais, sua estrutura e principais repercussões no campo linguístico, na cultura surda e educação das Pessoas Surdas.						
Bibliografia Básica						
ARAUJO, Joelma Remígio de ; NOBREGA, Ana Maria Zulema P. C. da; ALBUQUERQUE, Katia Micahela Conserva. Língua brasileira de sinais. João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.						
LOPES, M.C. Surdez e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.						
QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos (aquisição da linguagem). Porto Alegre: Artmed, 2008.						
Bibliografia Complementar						
DORZIAT, Ana (Org.). Estudos surdos : diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.						
QUADROS, Ronice Muller. Estudos surdos I . Petrópolis: Arara Azul, 2006.						
_____. Estudos surdos III . Petrópolis: Arara Azul, 2008.						
_____. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.						
VALENTINI, Carla Beatriz; BISOL, Cláudia Alquati. Inclusão no ensino superior : especificidades da prática docente com estudantes surdos. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.						
QUADROS, Ronice Muller. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa . Brasília: MEC, SEESP, 2004.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
—						
Observações						
—						

EDUCAÇÃO INCLUSIVA (EaD)

Tipo de Disciplina:	Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)	Carga Horária	60h
Pré-Requisitos	Não Há		
Docente	Marcley da Luz Marques		
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h
		EaD	56h
		Extensão	-

Ementa

Educação inclusiva no Brasil: conceito e história. Concepção e categorização das deficiências e altas habilidades. Discriminação e preconceito: classe, gênero, etnia e cultura. Legislação e políticas públicas de inclusão. O processo de inclusão: alunos com necessidades especiais no ensino regular. A estrutura escolar: adaptações físicas e curriculares necessárias para o atendimento educacional. O perfil pedagógico do professor da educação especial.

Bibliografia Básica

CARILLO, Elenir Ferreira Porto et al. **Educação e alteridade**: deficiências sensoriais, surdocegueira, deficiências múltiplas. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2011.

DANTAS, Olisangele Cristine Duarte Bonifácio; BARBOSA, Vera Lucia de Brito; DANTAS, Taisa Caldas. **Educação inclusiva**. João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.

ESPIGARES, Antonio Miñán et al. **Bases psicopedagógicas da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Bibliografia Complementar

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Jonas Alves da. **A escola diante da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

FERREIRA, Ana Cris. **A inclusão na prática**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

-

Observações

-

Orientação de Estágio Supervisionado IV - Ensino Médio (EAD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária	15h	
Pré-Requisitos		Orientação de Estágio Supervisionado III				
Docente		Neilson Alves de Medeiros				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	11	Prática/Presencial	4h	EaD	11h	Extensão
Ementa						

Observação no Ensino Médio: estratégias metodológicas no ensino de Língua Portuguesa e de Literatura. Reflexão sobre o contexto escolar. Subsídios teórico-metodológicos para atuação do estagiário no Ensino Médio, no âmbito da observação.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide; JOVER-FALEIROS, Rita. **Leitura de literatura na escola**. São Paulo: Parábola, 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis, Vozes: 2002.

Bibliografia Complementar

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS JUNIOR, Luiz; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; FROZZA, Marcia Vidal Candido (Organizadores). **Estágio curricular supervisionado**: aprendendo a ser professor/a. Campo Grande: Editora Inovar, 2020.

PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

REICHMANN, Carla Lynn, **Letras e Letramentos – Escrita Situada, Identidade e Trabalho Docente no Estágio Supervisionado**. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

—

Observações

—

7º PERÍODO

LITERATURA BRASILEIRA IV (ASM)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos			Carga Horária		60h
Pré-Requisitos		Teoria Literária II					
Docente		Otoniel Machado da Silva					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	51h	Prática/Presencial	9h	ASM	51h	Extensão	–
Ementa							
As vanguardas europeias e suas influências na produção literária do Brasil. A Semana de Arte Moderna e os modernistas: a identidade nacional nas artes. A Vanguarda Brasileira. Experimentalismo poético, formas narrativas modernas e o drama moderno. O Regionalismo de 30 e seus projetos estético e ideológico. Análise e interpretação de textos literários. Crítica textual. Livros didáticos como recurso de ensino e aprendizagem de Geografia.. Educação ambiental e geografia: buscando a interdisciplinaridade							
Bibliografia Básica							
BEZERRA, Marta Célia Feitosa; SILVA, Otoniel Machado da; PEREIRA, João Batista. Literatura brasileira IV . João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.							
BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira . 47. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.							
TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro . 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.							
Bibliografia Complementar							
HARRISON, Charles. Modernismo . São Paulo: Cosac Naify, 2001.							
HARVEY David. Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2013.							
HELENA Lúcia. Movimentos da vanguarda européia . São Paulo: Scipione, 1993.							
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1997.							
LUCAS Fábio. Do barroco ao moderno . São Paulo: Ática, 1989.							
MORICONI Ítalo. Como e por que ler a poesia brasileira do século XX . Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL (EaD)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária	45h	
Pré-Requisitos		Teoria Literária II				
Docente		Kelly Sheila Inocência Costa				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão
Ementa						

Origem e formação da literatura infanto-juvenil. Gêneros da literatura infanto-juvenil. Obras e autores representativos da literatura para crianças e jovens. Propostas de procedimentos metodológicos para a abordagem de tais obras no universo escolar. A literatura na educação escolar.

Bibliografia Básica

AIRES, Kelly Sheila Inocência; FORMIGA, Girlene Marques; INÁCIO, Francilda Araújo; SEGABINAZI, Daniela Maria. **Literatura infantojuvenil**. João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.

EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al. **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar

ABREU Márcia. **Cultura letrada: literatura e leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ZILBERMAN Regina. **A Literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

—

Observações

—

LITERATURA E CULTURA POPULAR (EaD)

Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária		30h	
Pré-Requisitos		Teoria Literária II					
Docente		Kelly Sheila Inocencio Costa					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	26h	Prática/Presencial	4h	EaD	26h	Extensão	-
Ementa							

Conceito de Cultura. Hibridismo Cultural. A oralidade e as formas poéticas. O conto popular e o contexto da comunidade narrativa. O folheto nordestino: os temas, os suportes, contextos de produção/recepção. Danças dramáticas.

Bibliografia Básica

AIRES, Kelly Sheila I. Costa; LACERDA, Andréa Maria de Araújo; LACERDA JÚNIOR, Arinélcio de Araújo. **Literatura e cultura popular**. João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.

ALBÓ, Xavier. **Cultura, interculturalidade, inculturação**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Global, 2002.

Bibliografia Complementar

ABREU, Márcia. **Cultura letrada: literatura e leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, C. R. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LUYTEN, Joseph M. **O que é literatura popular**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Principia. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia>

Observações

-

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM (EaD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária		45h	
Pré-Requisitos		Linguística II e Psicologia da Aprendizagem					
Docente		Hertha Carneiro Pessoa da Nóbrega					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão	-
Ementa							

Principais teorias da aquisição da linguagem. Psicolinguística e aquisição da linguagem. Aquisição e desenvolvimento da fala e da escrita.

Bibliografia Básica

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana; LICHTENSTEIN, Diana Myriam. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

KAIL, Michèle. **Aquisição de linguagem**. São Paulo: Parábola, 2013.

RÉ, Alessandra Del (org.). **Aquisição da Linguagem**: uma abordagem psicolinguística. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra; FARIA, Evangelina Maria Brito de. (org.). **Cenas em aquisição da linguagem**: multimodalidade, atenção conjunta e subjetividade. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

CHOMSKY, Noam. **Arquitetura da linguagem**. Santa Catarina: EDUSC, 2008.

FAVERO, Maria Leonor. **Oralidade e escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

QUADROS, Ronice Muller de; FINGER, Ingrid. Teorias de aquisição da linguagem. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

-

Observações

-

GESTÃO E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (EaD)

Tipo de Disciplina:	Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)	Carga Horária	60h
Pré-Requisitos	Currículo e Avaliação		
Docente	Maria Betânia da Silva Dantas/Josali do Amaral		
Distribuição da Carga Horária			
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h
		EaD	56h
		Extensão	–
Ementa			

Estudo da organização, estrutura e funcionamento da educação básica no Brasil. Legislação educacional (Constituição Federal, LDB, PNE, Diretrizes Curriculares Nacionais). Gestão democrática do ensino e seus desafios para o contexto da escola. Estrutura administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino: União, Estados e Municípios. O papel do planejamento, da avaliação institucional e da gestão escolar no desenvolvimento da qualidade social da educação. Modalidades da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. As interfaces entre políticas educacionais, currículo e gestão escolar.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996**.
BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**.
LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2017.
LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.
PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2018.

Bibliografia Complementar

FREITAS, Luiz Carlos de. **A avaliação e as reformas educacionais**. Campinas: Autores Associados, 2019.
GRACINDO, Regina Vinhaes. **O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos**. Campinas, SP: Papirus, 1994.
SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2018.
OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, José Carlos (orgs.). **Educação básica no Brasil: estrutura e problemas**. São Paulo: Cortez, 2020.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

–

Observações

TCC I (EAD)						
Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)			Carga Horária	45h
Pré-Requisitos		Metodologia da Pesquisa Científica				
Docente		Marta Célia Feitosa Bezerra				
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão
Ementa						
A pesquisa em Letras. Relação entre pesquisa e prática docente. Escrita acadêmico-científica. Ética em pesquisa. O Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração e delimitação de tema de pesquisa.						
Bibliografia Básica						
BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação . São Paulo: Cortez, 2005.						
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.						
RICARDO-BORTONI, Stella Maria. O professor pesquisador : introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.						
Bibliografia Complementar						
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalho na Graduação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.						
AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos sem rodeio e sem medo da ABNT . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.						
FRANCO, Jeferson José Cardoso. Como elaborar trabalhos acadêmicos nos padrões da ABNT aplicando recursos de informática . 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.						
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.						
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.						
SILVA, Genésio José da. Comitê de ética em pesquisa : contribuições na construção e desenvolvimento do conhecimento científico no IFPB. João Pessoa: IFPB, 2015.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
—						
Observações						
—						

Orientação de Estágio Supervisionado V (EAD)

Tipo de Disciplina:		Formação geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)		Carga Horária		30h	
Pré-Requisitos		Orientação de Estágio Supervisionado IV					
Docente		Neilson Alves de Medeiros					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	21h h	Prática/Presencial	9h	EaD	21h	Extensão	
Ementa							

Regência no Ensino Médio. Aspectos da Didática. Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura. Subsídios teórico-metodológicos para atuação do estagiário no Ensino Médio, no âmbito do planejamento pedagógico e da regência de aulas.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

FERREIRA, Andrea Tereza Brito; ROSA, Ester Calland de Sousa. **O fazer cotidiano na sala de aula**: a organização do trabalho pedagógico na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis, Vozes: 2002.

Bibliografia Complementar

MARTINS JUNIOR, Luiz; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; FROZZA, Marcia Vidal Candido (Organizadores). **Estágio curricular supervisionado**: aprendendo a ser professor/a. Campo Grande: Editora Inovar, 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica". In: PIMENTA, S. G. e GHEDIN, Evandro. (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

REICHMANN, Carla Lynn, **Letras e Letramentos – Escrita Situada, Identidade e Trabalho Docente no Estágio Supervisionado**. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

LIMA, M. S. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poiesis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24.

Observações

—

LITERATURA BRASILEIRA V (ASM)							
Tipo de Disciplina:		Aprendizagem e Aprofundamento dos conteúdos específicos		Carga Horária:		60h	
Pré-Requisitos		Teoria Literária II					
Docente							
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	56h	Prática/Presencial	4h	ASM	56h	Extensão	–
Ementa							
Rumos e perspectivas da literatura brasileira dos últimos decênios. Regionalismos: transformações e permanências. O universalismo de Guimarães Rosa. A prosa intimista de Clarice Lispector. Experimentalismos poéticos: poesia concreta e poesia práxis. Literatura-reportagem. O urbano e a violência em escritores contemporâneos. Imagens do Brasil contemporâneo através da literatura: hibridismos, representações de minorias. Análise-interpretação de textos literários. Crítica textual.							
Bibliografia Básica							
BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia . 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.							
_____. Dialética da colonização . São Paulo: Companhia das Letras, 2003.							
SANTOS, Carmem Sevilla Gonçalves dos; AZEVEDO, Natanael Duarte de; BEZERRA, Marta Célia Feitosa. Literatura Brasileira V . João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.							
Bibliografia Complementar							
ABDALA JUNIOR, Benjamin. Introdução à análise da narrativa . São Paulo: Scipione, 1995.							
ARAÚJO, Peterson Martins Alves. Os sertões infinitos de Rosa e Suassuna : a estética hiper-regional na literatura brasileira. Curitiba: Appris, 2013.							
CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade : estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A. Queiroz, 2002.							
_____. A Educação pela noite e outros ensaios . 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.							
NUNES Benedito. O tempo na narrativa . 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.							
SCHWARZ, Roberto. Que horas são? ensaios. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

TÓPICOS EM PROJETOS ESPECIAIS (EaD)

Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)			Carga Horária	30h	
Pré-Requisitos					–		
Docente		Renata Ferreira de Souza					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	26h	Prática/Presencial	4h	EaD	26h	Extensão	–
Ementa							
Compreensão da interdisciplinaridade e da transversalidade na educação como eixos norteadores da estrutura curricular das escolas brasileiras. Temas transversais e ensino de língua portuguesa e literatura. Pedagogia de projetos. Construção e prática de projetos interdisciplinares. Educação Integral. Conhecimento em rede.							
Bibliografia Básica							
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: SECADI, 2013.							
PESSOA, Marília. Transversalidade e inclusão: desafios para o educador. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.							
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Didática e interdisciplinaridade. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2012.							
Bibliografia Complementar							
DIAS, Carmem Lúcia et al. Projeto educativo escolar . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.							
LITTO, Fredric M. ; FORMIGA, Matos (org.) . Educação a distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.							
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências . 7. ed. São Paulo: Érica, 2007.							
ORLANDI, Eni Pulcinelli et al. Leitura: perspectivas interdisciplinares 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.							
PCN + ensino médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais - ciências humanas e suas tecnologias . Brasília: MEC, 2002.							
ROHDEN, Huberto. Educação do homem integral . 7. ed. São Paulo: Martin Claret, 1998.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

Educação em Direitos Humanos (EaD)							
Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)			Carga Horária		30h
Pré-Requisitos							
Docente		Kelly Sheila Inocêncio Costa/Maria Betânia da Silva Dantas					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	26h	Prática/Presencial	4h	EaD	26h	Extensão	–
Ementa							
Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Educação e Direitos Humanos: articulações para a construção de um currículo escolar interdisciplinar e transversal.							
Bibliografia Básica							
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: SECADI, 2013.							
PESSOA, Marília. Transversalidade e inclusão : desafios para o educador. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.							
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Didática e interdisciplinaridade . 17. ed. Campinas: Papirus, 2012.							
Bibliografia Complementar							
DIAS, Carmem Lúcia et al. Projeto educativo escolar . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.							
LITTO, Fredric M. ; FORMIGA, Matos (org.) . Educação a distância : o estado da arte. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.							
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências . 7. ed. São Paulo: Érica, 2007.							
ORLANDI, Eni Pulcinelli et al. Leitura : perspectivas interdisciplinares 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.							
PCN + ensino médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais - ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2002.							
ROHDEN, Huberto. Educação do homem integral . 7. ed. São Paulo: Martin Claret, 1998.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

Educação Ambiental e Interdisciplinaridade (EaD)							
Tipo de Disciplina:		Formação Geral (conhec. científicos, educacionais e pedagógicos)			Carga Horária		30h
Pré-Requisitos							
Docente		Kelly Sheila Inocêncio Costa/Maria Betânia da Silva Dantas					
Distribuição da Carga Horária							
Teórica	26h	Prática/Presencial	4H	EaD	26h	Extensão	–
Ementa							
Epistemologia da Educação Ambiental e os antecedentes históricos. As relações entre a sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Políticas de Educação Ambiental. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Prática interdisciplinar na educação ambiental.							
Bibliografia Básica							
ALMEIDA, J. R. Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Thex, 2010. BRASIL, Ministério da Educação; Secretaria de Educação básica. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica . Brasília: MEC, 2013. BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.795/1999, para assegurar atenção às mudanças do Clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos de vulnerabilidade a desastres socioambientais no âmbito da política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14926.htm . Acesso em: 22 set. 2025. PELICIONI, M. C. F. (Org).PHILIPPI JR. A. Educação Ambiental e sustentabilidade . Barueri, SP: Manole, 2025.							
Bibliografia Complementar							
Dias, Genebaldo. Freire. Educação ambiental : princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: gaia, 2024. GUZZO, R. S. Psicologia ambiental : entendendo as relações do homem com o seu ambiente. 3. ed. Campinas, SP, Alínea, 2014. SOLOMON. Michel. O Comportamento do consumidor : comprando, possuindo e sendo. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.							
Bibliografia Suplementar (Periódicos)							
–							
Observações							
–							

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO (EaD)						
Tipo de Disciplina:		Estágio Curricular Supervisionado		Carga Horária		45h
Pré-Requisitos		HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA				
Docente						
Distribuição da Carga Horária						
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h	Extensão
Ementa						
Os fundamentos da Sociologia da Educação. A educação como fato social, processo social e reprodução de estruturas sociais. A produção das desigualdades sociais e a desigualdade de oportunidades educacionais. Conexões entre processos culturais e educação. Questões atuais que envolvem a relação educação e sociedade.						
Bibliografia Básica						
FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade . 7. ed. São Paulo: Centauro, 2007.						
ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica : desafios e perspectivas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.						
SANTOS, Leandro José dos; AMARAL, Josali do; SANTANA, Ricardo Alexsandro de. Sociologia da educação . João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.						
Bibliografia Complementar						
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação . São Paulo: Brasiliense, 1981.						
GIL, Antonio Carlos. Sociologia geral . São Paulo: Atlas, 2011.						
LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa : uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2001.						
MARX, Karl. O capital : crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.						
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira : a organização escolar. 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.						
WEBER, Max. Sociologia . 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.						
Bibliografia Suplementar (Periódicos)						
—						
Observações						

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (EaD)

Tipo de Disciplina:		Obrigatória	Carga Horária		45h
Pré-Requisitos		Trabalho de Conclusão de Curso I			
Docente		Marta Celia Feitosa Bezerra			
Distribuição da Carga Horária					
Teórica	41h	Prática/Presencial	4h	EaD	41h
Extensão					

Ementa

Pesquisa bibliográfica. Estrutura e desenvolvimento de estudo de caso. Ética em pesquisa. Elaboração de artigo científico.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho na Graduação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

RICARDO-BORTONI, Stella Maria. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

Bibliografia Complementar

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos sem rodeio e sem medo da ABNT**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANCO, Jeferson José Cardoso. **Como elaborar trabalhos acadêmicos nos padrões da ABNT aplicando recursos de informática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Genésio José da. **Comitê de ética em pesquisa**: contribuições na construção e desenvolvimento do conhecimento científico no IFPB. João Pessoa: IFPB, 2015.

Bibliografia Suplementar (Periódicos)

Revista Principia. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia>

Observações

—

APÊNDICE B - Fluxograma

1º semestre			2º semestre			3º semestre			4º semestre			5º semestre			6º semestre			7º semestre			8º semestre			
11	Introdução aos Estudos Literários		21	Teoria Literária I	11	31	Teoria Literária II	21	41	Literatura Brasileira II	31	51	Metodologia do Ensino de Literatura	31	61	Literatura Brasileira III	31	71	Literatura Brasileira IV	61	81	Literatura Brasileira V	71	
60		ASM	60		EaD	60		ASM	60		ASM	60		ASM	60		ASM		60		ASN	60		ASM
12	Introdução à Linguística		22	Morfologia da Língua Portuguesa	12	32	Leitura e Produção de Texto II	13	42	Morfossintaxe	22, 35	52	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	35	62	Sociolinguística	35	72	Literatura Infantil e juvenil	31	82	Tópicos em Projetos Especiais		
60		ASM	60		EaD	60		ASM	60		ASM	60		ASM	60		ASM		45		EaD	30		EaD
13	Leitura e Produção de Texto I		23	Literatura e Ensino	11	33	Literatura Brasileira I	21	43	Fundamentos Históricos da Língua Portuguesa	22	53	Literaturas dos Povos Originários do Brasil	31	63	Pragmática	35	73	Literatura e Cultura Popular	31	83	Educação e Direitos Humanos		
60		ASM	45		EaD	45		EaD	60		EaD	30		EaD	45		EaD		30		EaD	30		EaD
14	EAD e suas Tecnologias		24	Linguística I	12	34	Literatura Portuguesa I	21	44	Literatura Portuguesa II	34	54	Semântica da Língua Portuguesa	35	64	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	31	74	Aquisição da Linguagem	35 36	84	Educação Ambiental e Interdisciplinaridade		
45		EaD	60		EaD	45		EaD	45		EaD	45		EaD	45		EaD		45		EaD	30		EaD
15	Inglês Instrumental		25	Metodologia da Pesquisa Científica		35	Linguística II	24	45	Didática	16	55	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	35	65	Educação Inclusiva		75	Gestão e Estrutura da Educação Básica	56	85	Sociologia da Educação		
45		EaD	60		EaD	60		EaD	60		EaD	60		EaD	60		EaD		60		EaD	45		EaD
16	História da Educação Brasileira		26	Filosofia da Educação		36	Psicologia da Aprendizagem		46	Prática Curricular de Extensão II		56	Currículo e Avaliação	45	66	Libras		76	TCC I	25	86	TCC II	76	
60		EaD	60		EaD	45		EaD	105		Pres	45		EaD	60		EaD		45		EaD	45		EaD
17	Orientação de Estágio Supervisionado I		27	Práticas Curriculares de Extensão I		37	Orientação de Estágio Supervisionado II	17	47	Orientação de Estágio Supervisionado III	37	57	Prática Curricular de Extensão III		67	Orientação de Estágio Supervisionado IV	47	77	Orientação de Estágio Supervisionado V	67				
15		EaD	120		Pres	15		EaD	30		EaD	120		Pres	15		EaD	30		EaD				
1	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I					3	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	1	4	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	3				6	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório IV	4	7	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório V	6				
80		Pres				80		Pres	80		Pres				80		Pres	80		Pres				
CH Semestral:		425	CH Semestral:		465	CH Semestral:		410	CH Semestral:		500	CH Semestral:		420	CH Semestral:		425	CH Semestral:		395	CH Semestral:		240	
C. H. das Disciplinas:		2.535	Carga Horária de Estágio:		400							Atividades Acadêmicas de Extensão:		345	Carga horária total:		3.280							
Para finalizar o curso, deverá ser entregue o Trabalho de Conclusão de Curso -TCC e os registros das vivências durante o estágio supervisionado, no gênero de portfólio para os estágios de observação e no gênero memorial acadêmico, para os estágios de regência																								
O aluno deverá cumprir o ENADE de acordo com o artigo 33-G da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.																								
Período de Integralização: Mínimo - 8 semestres; Máximo: 12 semestres																								

Atos legais:	
Titulação: Licenciado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa	
Prazo de Integralização:	
Mínimo: 8 semestres	
Máximo: 12 semestres	

OBRIGATORIAS			LEGENDA
N	NOME DA DISCIPLINA	P	N: Número da disciplina
			P: Pré-requisito
C		EaD	C: Carga Horária
			O: Oferta Presencial ou EaD

Atos legais:
Titulação: Licenciado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa
Prazo de Integralização:
Mínimo: 8 semestres
Máximo: 12 semestres

